

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL**

CAROLINA GROTTTO

SEGREGAÇÃO URBANA E VIOLÊNCIA: um olhar sobre as percepções de violência urbana e seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG.

Ituiutaba
2024

CAROLINA GROTTTO

SEGREGAÇÃO URBANA E VIOLÊNCIA: um olhar sobre as percepções de violência urbana e seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito obrigatório para a defesa.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano e Rural

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda

Ituiutaba

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G881 2024	<p>Grotto, Carolina, 1987- SEGREGAÇÃO URBANA E VIOLÊNCIA: um olhar sobre as percepções de violência urbana e seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG. [recurso eletrônico] / Carolina Grotto. - 2024.</p> <p>Orientadora: Carlos Roberto Loboda. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.577 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Loboda, Carlos Roberto, 1974-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Pontal
 Rua Vinte, 1600, Bloco D, Sala 300 - Bairro Tupã, Uberlândia-MG, CEP 38304-402
 Telefone: (34) 3271-5305/5306 - www.ppgep.ich.ufu.br - ppgep@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal				
Defesa de:	Mestrado PPGEP				
Data:	28 de maio de 2024	Hora de início:	09:00hs	Hora de encerramento:	11:10hs
Matrícula do Discente:	22212GEO004				
Nome do Discente:	Carolina Grotto				
Título do Trabalho:	SEGREGAÇÃO URBANA E VIOLÊNCIA: um olhar sobre as percepções de violência urbana e seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG.				
Área de concentração:	Produção do espaço e dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dinâmicas Territoriais e Produção do Espaço.				

Reuniu-se através de conferência por meet, Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, assim composta: Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda (PPGEP-UFU) orientador da candidata; Profa. Dra. Andréia Cristina da Silva Almeida (PPGEP-UFU) titular interno e Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella (UFJF) titular externo.

Iniciando os trabalhos o presidente da banca, Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atentiosamente.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Loboda, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/05/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Cristina da Silva Almeida, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/05/2024, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Barbosa Batella, Usuário Externo**, em 29/05/2024, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5434938** e o código CRC **36CBCF04**.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto da maquete do arraial de Nossa Sra. do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, hoje o bairro Fundinho	61
Figura 2 - Crescimento populacional de 1970 até 2022 da cidade de Uberlândia/MG.	62
Figura 3 - Registro de crimes violentos por cidades de Minas Gerais	63
Figura 4 - Bairro Canãa em Uberlândia	70
Figura 5 - Exemplo de Placas do Bairro Canãa.	71
Figura 6 - Oficinas de capoeira, artes marciais, futebol e <i>grafitti</i> promovidas pelo programa Fique Vivo!	77
Figura 7 - Delimitação Bairro Canãa e loteamentos, Uberlândia (2023).	97
Figura 8 - Terminal Canãa.	99
Figura 9 - Ação de conscientização sobre o recolhimento de materiais recicláveis no bairro Canãa em Uberlândia MG (2023)	106
Figura 10 - Terreno institucional localizado na rua do bairro Canãa em Uberlândia MG.	107
Figura 11 - Praça Leopoldo Ferreira Goulart	111
Figura 12 - Centro comunitário Irmã Dulce e campinho comunitário em seu interior.	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária dos respondentes	83
Gráfico 2 - Estado civil dos respondentes.	84
Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos respondentes.	85
Gráfico 4 - Número de pessoas residindo no mesmo imóvel.	88
Gráfico 5 - Renda mensal individual dos respondentes.	89
Gráfico 6 - Renda mensal de todos que residem na casa.	90
Gráfico 7 - Sexualidade dos respondentes.	91
Gráfico 8 - Autodeclaração de cor ou raça por parte dos respondentes.	94
Gráfico 9 - Ocupação dos respondentes.	96
Gráfico 10 - Bairro em que reside.	98
Gráfico 11 - Tempo de residência no Bairro.	101
Gráfico 12 - Situação do imóvel.	102
Gráfico 13 - Acesso a saneamento básico.	103
Gráfico 14 - Acesso a rede básica de saúde próximo a residência.	108
Gráfico 15 - Acesso à educação por parte dos respondentes.	109
Gráfico 16 - Acesso ao lazer por parte dos respondentes.	110
Gráfico 17 - Festividades e Eventos Culturais próximas às residências dos respondentes..	113
Gráfico 18 - Participa de alguma associação, OSC ou demais instituições no território.	114
Gráfico 19 - Locomoção dentro do território.	115
Gráfico 20 - Modais de transporte utilizados pelos respondentes para se deslocarem para fora do bairro.	116
Gráfico 21 - Sentimento de segurança no bairro.	117
Gráfico 22 - Horários mais inseguros do bairro, a partir da percepção dos respondentes.	118
Gráfico 23 - Crimes presenciados ou sofridos no bairro pelos respondentes.	119
Gráfico 24 - Tipos de violência presenciados no bairro, segundo os respondentes.	125

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	7
1. SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE	17
1.1 VIVER ENTRE IGUAIS: segregação urbana	17
1.2 VIVENDO DE FORMA DESIGUAL: quando a segregação se torna um problema	21
1.2.1 Abordagem conceitual	21
1.2.2 A segregação como manifestação e causa da desigualdade social	21
1.3 VIVER A CIDADE: O conceito de experiência urbana	267
1.3.1 Vida Cotidiana	27
1.3.2 Imaginários Urbanos	28
1.3.3 Representações Sociais	21
1.3.4 Habitar a Cidade	31
1.3.5 Esclarecimentos sobre a experiência urbana	32
1.4 PRÁTICAS URBANAS: O caso da mobilidade e do consumo	34
2. VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA URBANA: RELAÇÕES COM O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS, O PROCESSO DE ADENSAMENTO DA SOCIEDADE URBANA, OS NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO DA VIDA SOCIAL	37
2.1 Violência e Insegurança urbana na produção do espaço	62
2.2 O que é violência urbana	
2.2.1 A ‘violência’ na violência urbana	45
2.2.2 A ‘urbanização’ na violência urbana	47
2.2.3 Violência urbana em meio a atmosferas de medo	50
2.3 Crime e criminalidade	56
2.3 Expansão Territorial e Violência Urbana: Uma Análise Geográfica e Social em Uberlândia – MG	61
3. AS PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DO BAIRRO JARDIM CANAÃ E LOTEAMENTOS QUE O COMPÕE A CIDADE DE UBERLÂNDIA.	69
3.1 Violência Urbana: Como Afeta as Práticas Cotidianas dos Moradores e a Produção do Espaço	77
3.1.1 Canaã- Entre raízes e transformações	69
3.1.2 Tecendo Conexões: Uma Análise da Rede Socioassistencial no Bairro	75
3.1.3 Explorando a Realidade Urbana: Compreendendo a Percepção e Impacto da Violência no Bairro Jardim Canãa	78
3.1.4 Desvendando o Mosaico: Revelações e Reflexões a Partir dos Dados Coletados	82
4 CONCLUSÕES	128
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	143

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a questão da violência sempre fez parte da experiência humana, torna-se fundamental entender suas raízes, dinâmicas e impactos para buscar soluções efetivas e promover uma sociedade mais segura e harmoniosa. Este estudo teve como objetivo refletir sobre como a dinâmica social e as múltiplas manifestações de violência urbana presentes no Bairro Jardim Canaã e em seus loteamentos associados podem impactar as práticas socioespaciais e o estilo de vida dos moradores. Para obter informações empíricas, adotamos a abordagem da pesquisa qualitativa exploratória, utilizando questionários para ouvir os moradores e construir um entendimento baseado em suas percepções. As análises teóricas apresentadas refletem as experiências vivenciadas pelos moradores do Bairro Canaã, evidenciando a importância de compreender as complexas interações entre violência, urbanização e sociedade em contextos específicos. Este estudo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e territoriais, fornecendo insights valiosos para futuras intervenções e políticas públicas voltadas à promoção da segurança e da qualidade de vida na comunidade.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; desigualdade social; violência; espaço urbano.

ABSTRACT

Assuming that the issue of violence has always been part of the human experience, it is essential to understand its roots, dynamics and impacts to seek effective solutions and promote a safer and more harmonious society. This study aimed to reflect on how the social dynamics and multiple manifestations of urban violence present in the Jardim Canaã neighborhood and its associated subdivisions can impact socio-spatial practices and the lifestyle of residents. To obtain empirical information, we adopted an exploratory qualitative research approach, using questionnaires to listen to residents and build an understanding based on their perceptions. The theoretical analyzes presented reflect the experiences lived by the residents of Bairro Canaã, highlighting the importance of understanding the complex interactions between violence, urbanization and society in specific contexts. This study contributed to a deeper understanding of social and territorial dynamics, providing valuable insights for future interventions and public policies aimed at promoting safety and quality of life in the community.

Keywords: Socio-spatial segregation; social inequality; violence; urban space.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A urbanização traz consigo desafios complexos relacionados à segregação e desigualdade urbana, cujos efeitos podem ser amplificados pela ocorrência de violência nas cidades. Nesta dissertação, investigaremos as percepções de violência urbana no contexto do Bairro Canaã em Uberlândia-MG, analisando seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores. Com o objetivo de refletir sobre como a dinâmica social e as múltiplas manifestações de violência urbana presentes no Bairro Jardim Canaã e em seus loteamentos associados, podem impactar as práticas socioespaciais e o estilo de vida dos residentes. Para tanto, propomos a seguinte estruturação para a dissertação.

Partindo do pressuposto de que a questão da violência é algo que provavelmente sempre fez parte da experiência humana, torna-se fundamental entender suas raízes, dinâmicas e impactos para buscar soluções efetivas e promover uma sociedade mais segura e harmoniosa. Para alguns autores, como é o caso de Minayo (1994, p.7-18) “a violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente.” Pelo contrário, a dialética do desenvolvimento social, possibilitou mudanças importantes para a sociedade, tais como a expansão do capitalismo, a consolidação da burguesia comercial, a aproximação da elite com os segmentos pobres e o aumento das desigualdades sociais e traz à tona problemas básicos do ser humano. Tal fato, acabou levando filósofos, como Engels, a afirmar que “a história é, talvez, a mais cruel das deusas que arrasta sua carruagem triunfal sobre montões de cadáveres, tanto durante as guerras como em período de desenvolvimento pacífico” Engels (1981 p.187 *apud* MINAYO, 1994). Ainda segundo a autora,

desde tempos imemoriais existe uma preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados, a fim de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social (Minayo, 1994, p. 7).

No que tange ao aumento da violência no mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS)¹

declarou a violência como um importante e crescente problema de saúde pública no mundo. Chamou a atenção para as consequências da violência, destacando a importância de se passar a considerar o problema com urgência e organizar políticas públicas de combate e prevenção (Organização Mundial de Saúde, 2012, s/p).

É incontestável que a questão das violências, causa impacto na vida dos indivíduos – nos danos à saúde, na redução do bem-estar, no medo e na insegurança que ela ocasiona a todos. Ainda de acordo com os dados da OMS,

a violência pode ser subdividida em três grupos: auto-infligida, interpessoal ou coletiva. A violência interpessoal, infligida por outra pessoa ou pequeno grupo de pessoas, abarca a violência urbana ou comunitária, a qual ocorre geralmente no espaço urbano, ou seja, fora de casa, entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), que podem ser conhecidos ou estranhos (Cruz; Azevedo e Gonçalves, 2011, p. 16).

Ou seja, essa classificação é útil para entender a natureza da violência e pode ser utilizada para orientar políticas e ações de prevenção e intervenção em cada tipo de violência. Por exemplo, a violência autoinfligida pode ser abordada com ações direcionadas para a prevenção do suicídio, enquanto a violência interpessoal requer ações específicas para prevenir a violência urbana e comunitária.

Neste trabalho, nos atentamos a esse tipo específico, a violência urbana, aqui entendida como um tipo de violência interpessoal que ocorre em áreas urbanas, geralmente envolvendo indivíduos ou pequenos grupos de pessoas que não são familiares e podem ser conhecidos ou desconhecidos. Esse tipo de violência pode incluir assaltos, roubos, furtos, agressões físicas e verbais, homicídios e outras formas de violência, além

¹ Krug EG, Mercy J A, Dahlberg L L, Zwi AB. The world report on violence and health. Geneva: Elsevier; 2002. p. 1083-8. Disponível em [\[World report on violence and health\] - PubMed \(nih.gov\)](#) acesso em 15/09/2021.

de trazer para a análise e reflexão a percepção da população sobre o próprio território em questões de (in) segurança e as práticas cotidianas.

É inegável, respaldado por uma ampla gama de estudos e pesquisas, que as taxas de violência urbana aumentaram significativamente no Brasil e no mundo a partir da década de 1970, em um cenário paradoxal de rápido processo de urbanização. Maricato (2003 p. 152) cita que “No final do século XX, [...] a imagem das cidades brasileiras parece estar associada à violência, poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros inúmeros males.” Isso pois “mudanças políticas havidas na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano (não extensiva ao campo), incentivo à industrialização, construção da infra-estrutura industrial, entre outras medidas, reforçaram o movimento migratório campo-cidade.” Tal fato, teve relação também com o aumento das periferias,

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita. (Maricato. 2003, p. 158)

Erminia Maricato, uma destacada urbanista brasileira, ressalta que o capitalismo molda o uso do território urbano, sendo responsável pela segregação na cidade. Suas análises apontam para o fato de que as políticas de desenvolvimento urbano e habitacional são influenciadas pelos interesses do capital, contribuindo para uma distribuição desigual do espaço urbano que reflete as disparidades socioeconômicas. Essa segregação espacial, por sua vez, tem sido apontada como um dos fatores que contribuem para o aumento da violência nas áreas urbanas, uma vez que a concentração de pobreza e a falta de acesso a serviços básicos tendem a gerar condições propícias para o surgimento de conflitos e criminalidade.

O aumento alarmante nas taxas de homicídios, especialmente em áreas urbanas, revelado pelo "Mapa da Violência"² (2016), pesquisa conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), está intimamente ligado à dinâmica capitalista que gera a segregação urbana, como enfatizado por Erminia Maricato. Essa crescente violência urbana também é destacada pelo "Relatório Mundial sobre Violência e Saúde" da Organização Mundial da Saúde (OMS), que aponta um aumento contínuo das taxas de violência desde os anos 1970 em várias regiões do mundo. Além disso, o "Atlas da Violência", produzido pelo IPEA em colaboração com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, oferece uma análise abrangente das tendências de violência no Brasil, destacando o crescimento das taxas de violência urbana desde a década de 1970. Esses estudos fornecem uma compreensão mais profunda das complexas interações entre dinâmicas socioeconômicas e o aumento da violência nas áreas urbanas.

O aumento da violência urbana é multifacetado, resultante de diversos fatores interligados. Entre eles, destacam-se a desigualdade social, a ausência de políticas públicas eficazes para prevenção e combate à violência, a disseminação de drogas ilícitas e a urbanização acelerada. Este último fator, em particular, pode ter desempenhado um papel significativo, uma vez que o processo de urbanização muitas vezes ocorre de maneira desordenada e sem um planejamento adequado. Isso pode resultar em um aumento do isolamento social e uma maior concentração de pobreza e marginalização em determinadas áreas urbanas, criando um ambiente propício para o surgimento e a proliferação da violência.

Essa complexa rede de causas que contribuem para o aumento da violência urbana pode ser compreendida através de uma análise mais aprofundada dos contextos sociais, econômicos e políticos. A desigualdade social, por exemplo, alimenta a exclusão e a marginalização de certos grupos da sociedade, criando um cenário propício para conflitos e tensões. A falta de políticas públicas eficazes para prevenir e combater a violência deixa um vácuo no enfrentamento dessas questões, permitindo que problemas sociais persistam e se agravem ao longo do tempo. Além disso, a disseminação de drogas ilícitas muitas

² Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Mapa da Violência. Disponível em <https://flacso.org.br/project/mapa-da-violencia/> acesso em 14 de fevereiro de 2024.

vezes está ligada a redes criminosas que exploram comunidades vulneráveis e perpetuam ciclos de violência. A urbanização acelerada, por sua vez, pode sobrecarregar infraestruturas e serviços públicos, gerando desigualdades espaciais e segregação urbana. Quando esses fatores se combinam, criam um ambiente propício para o aumento da violência, onde as condições precárias de vida e a falta de oportunidades se tornam um caldo de cultura para a criminalidade e a violência interpessoal

Entretanto o processo de reestruturação urbana e das cidades, não ocorre de forma igualitária, pois os diversos espaços intraurbanos, tem variados tipos de contextos, com suas particularidades, cada espaço é único. Por isso, quando vamos falar sobre violência urbana devemos ter a

não conveniência de analisar os distintos componentes do mosaico urbano metropolitano de forma isolada, não apenas porque não existem em si, mas ““porque cada uno adquiere identidad própria en contrapunto con todos los demás, lo que tiene profundas implicaciones en términos tanto de las prácticas urbanas como de la gestión urbana (Duhai, Giglia. 2016, p. 31).

O processo de segurança urbana e das cidades, alcançado por Duhau e Giglia (2016) em suas pesquisas, se refere a uma série de mudanças que ocorrem nas cidades contemporâneas em resposta às demandas da economia global e às novas formas de produção e consumo.

Essas mudanças incluem a expansão da economia de serviços e a consequente transformação das áreas urbanas em espaços de consumo, a privatização do espaço público e a crescente segregação socioespacial. De acordo com Duhau e Giglia (2016), essas mudanças estão sendo impulsionadas por uma série de fatores, incluindo as políticas neoliberais e a globalização.

Em suas pesquisas, os autores destacam que essas mudanças estão gerando novas formas de exclusão e marginalização social, que viviam principalmente como mais pobres e independentes.

Desse modo, partindo do pressuposto que os múltiplos processos econômicos, culturais e políticos de diferentes espaços/tempo podem direcionar a produção e reprodução do espaço e que os aspectos relatados repercutem também distintamente no cotidiano dos territórios, analisar a dinâmica socioespacial do Bairro Jardim Canaã, levando em consideração as relações entre espacialização de diferentes tipos de violências

como, Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Doméstica e Tráfico de Drogas, as percepções de violência urbana e a produção do espaço se fazem fundamentais. A finalidade dessa análise é identificar padrões, tendências e fatores determinantes que possam contribuir para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica urbana do bairro.

Cabe destacar que o bairro de acordo com a Lei nº 11.979 de 24/10/2014, “que delimita e denomina de Bairro Jardim Canaã a área territorial urbana que especifica”, faz parte do setor territorial oeste de Uberlândia e é composto por seus loteamentos e reloteamentos que são: Jardim Canaã, Jardim Canaã II, Chácara Bela Vista, Jardim Vica, Santo Antônio II e São Bento.³ Além desses, existe a ocupação Irmã Dulce, que passa por processo de regularização.

A definição em estudar o território urbano, mais especificamente o Bairro Canaã não surge por acaso. O interesse na pesquisa é um encontro de múltiplas aspirações que foram sendo processualmente construídas ao longo do amadurecimento da pesquisadora enquanto ser social e, desta, enquanto profissional do Serviço Social, que desde o início da sua trajetória na área das Ciências Humanas, se interessa por dinâmicas territoriais e confirmando-se com inquietações no decorrer do cotidiano profissional. Atualmente, a pesquisadora atua no local de estudo, tendo contato direto com a população, por isso pode observar suas dificuldades, anseios, dúvidas e desafios. Dessa forma, se torna importante destacar aqui alguns questionamentos: Quem são as pessoas que vivem nesse local? Como suas vidas se movimentam? Como é o modo de vida desses sujeitos? Em suma, como que se constrói as práticas cotidianas e sociabilidade desses sujeitos? Todos têm as mesmas oportunidades? Como é viver em um local considerado violento e com altos índices de criminalidade? Como é viver em um território aparentemente marcado por múltiplas expressões da questão social?

Dessa forma, entre uma série de indagações, esta pesquisa objetiva a refletir sobre como a dinâmica social e as múltiplas manifestações de violência urbana presentes no Bairro Jardim Canaã e em seus loteamentos associados, podem impactar as práticas

³ Disponível em (<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Bairros-integrados-com-seus-respectivos-loteamentos-e-reloteamentos-do-distrito-sede.pdf>) acesso em 09 de novembro de 2021.

socioespaciais e o estilo de vida dos residentes. Para tanto, propomos a seguinte estruturação para a dissertação:

No Capítulo 1, propomos investigar o fenômeno da violência urbana, compreendendo-a como uma manifestação interpessoal que se desdobra em diversas formas nas áreas urbanas, incluindo assaltos, roubos, agressões e homicídios. Nesse contexto, será explorado o paradoxo do aumento da violência em meio ao processo de urbanização, associado à desigualdade social, à ausência de políticas eficazes, à disseminação de drogas e à urbanização desordenada. Além disso, o capítulo abordará a segregação urbana como manifestação e causa da desigualdade social, examinando como a distribuição desigual dos grupos sociais no espaço urbano contribui para a intensificação da violência. No entanto, é importante observar o paradoxo de que a estrutura que gera a violência também provoca uma responsabilização do sujeito, inclusive em nosso sistema penal. Ao longo da discussão, será destacado o conceito de "Viver a Cidade" e a importância da experiência urbana na compreensão dos fenômenos sociais associados à violência e segregação.

No Capítulo 2, abordamos o tema "Violência e Insegurança Urbana", analisando suas relações com o processo de constituição das cidades contemporâneas. Buscaremos compreender as complexas interações entre a violência, o espaço urbano, a liberdade e a cidadania, ao abordar o adensamento da sociedade urbana e os novos paradigmas de produção da vida social. Será interessante explorar esse movimento ao longo da história da vida cotidiana, quando a violência se aproximou da vida privada - encontrando-se dentro de casa, nas ruas, parques e praças, locais antes frequentados por crianças e mulheres. Essa mudança na paisagem da cidade será analisada em detalhes neste capítulo.

Os tópicos a serem discutidos incluem a relação entre Violência e Insegurança Urbana na Produção do Espaço, que analisará como a violência está intrinsecamente relacionada à estrutura capitalista e se reflete na configuração do espaço urbano, explorando como certas áreas são mais suscetíveis a manifestações de violência; O Que é Violência Urbana, que buscará uma definição abrangente de violência urbana, considerando suas diversas manifestações e impactos na sociedade; A 'Urbanização' na Violência Urbana, que investigará como o processo de urbanização contribui para a emergência e intensificação da violência urbana, considerando as transformações nas estruturas sociais e físicas das cidades; Violência Urbana em Meio a Atmosferas de Medo

que irá explorar a relação entre violência urbana e o sentimento de medo, analisando como percepções de insegurança afetam a vivência cotidiana dos habitantes urbanos, para isso, foi utilizada a literatura da Assistente Social Luzia Fátima Baierl, onde atua e reflete sobre questões como violência urbana, homicídios e juventude, serviço social, violência urbana e medo social, Política Nacional de Assistência Social e SUAS e direitos sociais, movimentos sociais e associativismo, onde considera-se que

a interação entre violência e medo social impulsiona transformações que impactam a arquitetura urbana, resultando em segregação e discriminação de grupos sociais. Isso também modifica significativamente as formas de interação social e a rotina diária das pessoas, bem como influencia as estratégias de atuação de organizações, comunidades e movimentos populares. (Baierl, 2018 s/p);

Crime e Criminalidade, com conceitos-chave relacionados a crime e criminalidade, destacando sua influência na dinâmica urbana enfatizando que a exclusão social desempenha um papel central na maneira como a sociedade percebe e atribui responsabilidades em relação ao crime e à criminalidade. De acordo com Lúcio Kowarick (2009), respeitado sociólogo brasileiro, a tendência é que o estigma do crime recaia sobre o trabalhador pobre, negro e residente em áreas periféricas. Esses grupos marginalizados são frequentemente associados a índices de criminalidade mais altos, uma correlação muitas vezes simplificada e estigmatizada pela mídia e pela opinião pública. A estigmatização cria uma narrativa que mascara as complexas raízes sociais e econômicas da criminalidade, perpetuando a injustiça social e limitando o acesso a oportunidades para esses indivíduos.; e *Expansão Territorial e Violência Urbana: Uma Análise Geográfica e Social* que investigará como a expansão territorial das cidades se relaciona com o aumento da violência urbana, considerando fatores geográficos e sociais. Ao explorar esses tópicos, o capítulo buscará fornecer uma compreensão aprofundada das complexas dinâmicas entre violência, urbanização e produção do espaço nas cidades contemporâneas.

Por fim, realizamos uma análise da dinâmica social na área de estudo, contextualizando aspectos da problemática que fundamenta o desenvolvimento da pesquisa e considerando o cotidiano dos moradores do bairro. Para tanto, embasamos teórica e metodologicamente nossa abordagem por meio de pesquisa bibliográfica, buscando fundamentos teóricos que orientam e embasam a temática, conforme será

detalhado no Capítulo 3 desta dissertação, onde apresentamos as informações associadas com a parte empírica da pesquisa.

Na busca por informações empíricas, optamos por adotar a abordagem da pesquisa qualitativa, também conhecida como método qualitativo. Essa abordagem consiste em um conjunto de práticas que transformam aspectos observáveis do mundo em dados representativos, tais como notas, entrevistas, fotografias e registros (Creswell, 2014). Os pesquisadores que utilizam esse método buscam compreender fenômenos em seus contextos naturais, valorizando o significado atribuído pelos participantes. Diferentemente da pesquisa quantitativa, a qualitativa não busca quantificar o fenômeno, mas sim interpretá-lo em sua complexidade. Os resultados dessa pesquisa são específicos ao contexto estudado e não podem ser generalizados estatisticamente para outras populações ou contextos. No presente estudo, foi empregado um questionário único, previamente semiestruturado e submetido a pré-teste, abordando questões tanto abertas quanto fechadas sobre os temas relevantes à pesquisa.

Estes incluíram informações sobre o perfil do morador, detalhes acerca da moradia, aspectos relacionados ao território e as considerações pessoais dos respondentes sobre a questão da segurança em seu respectivo bairro. Essa abrangência permitiu uma análise mais completa e aprofundada das percepções e experiências dos moradores em relação à dinâmica urbana e à segurança local, enquanto sujeitos inseridos em uma realidade que influencia em seu cotidiano.

Os moradores que participaram desta pesquisa foram moradores do bairro estudado, definidos de maneira aleatória para garantir uma representação diversificada da comunidade. Adicionalmente, para apoio, estabeleceu-se contato com instituições locais, tais como o Centro de Prevenção à Criminalidade Jardim Canã, Casa da Sopa Fraternal Luz e Caridade, Associação Integração Mulher, Associação de Moradores do Bairro Canã, OSC – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL Turma do Saber, Projeto Vizinhança Solidária, entre outros. Essas colaborações foram fundamentais para facilitar a coleta de dados, proporcionando um ambiente mais familiar e seguro para os moradores ao responderem o questionário.

Visando a contribuição acadêmica, mediante a estudos que vão contribuir para o entendimento da distribuição socioespacial, intentamos trabalhar em contribuir para a perspectiva da noção de cidade a partir do todo, do sentido que expressa a ideia de um

local produzido pelas pessoas e para estas pessoas, um espaço que por direito deve proporcionar o básico de equidade a todos os cidadãos. Enfim, ressaltamos a busca por uma contribuição social que o estudo pode conferir, partindo do intento em propiciar achados que possam colaborar para a o entendimento e a transformação da ordem social local.

1. SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE

1.1 VIVER ENTRE IGUAIS: segregação urbana

A segregação é um fenômeno particularmente urbano, pois desde a antiguidade as cidades são justamente os locais que concentram uma grande diversidade de pessoas. As sociedades têm apresentado diferentes formas de organização que se refletem também no território, uma vez que os grupos sociais se distribuem de forma concentrada e dispersa. As razões que dão origem à existência destas distribuições fazem sentido num processo mais amplo, que é a identificação de determinadas características através das quais os grupos podem ser diferenciados.

Isto é, faz parte de um processo de distinção entre o “outro” e o “semelhante” que se colocam em jogo as categorias de proximidade e distância. Isso tem se materializado na organização social e espacial das cidades, por ser estratificada e hierarquizada. A diferenciação social entre grupos não é um processo recente que está apenas ocorrendo nos dias atuais, porém, como será visto adiante, os efeitos negativos desse fenômeno têm se intensificado ao longo da história, tornando as cidades cada vez mais fragmentadas social e espacialmente.

Inicialmente deve-se considerar que a segregação tem sido abordada por diversas disciplinas como economia, arquitetura, antropologia e sociologia, entre outras. Trata-se de um tema que exige uma compreensão multidisciplinar uma vez que o fenômeno, enquanto tal, conjuga dimensões espaciais que não podem ser interpretadas sem a teoria social (Pino, 2007 s/p). Cada disciplina dá importância a diferentes dimensões e aspectos.

Nesse sentido, e com muita pertinência, White (1983) distingue duas definições amplas que decorrem de preocupações muito distintas sobre o tema. Primeiro, em um sentido mais sociológico, um conceito a partir do qual a segregação poderia ser entendida como a ausência de interação entre grupos sociais. E então, de um nível mais geográfico, pode ser entendido como a distribuição desigual de grupos sociais no espaço físico. Essa classificação permite perceber que o estudo dos processos de segregação requer inevitavelmente “um exercício analítico sobre os vínculos entre a estrutura espacial e a estrutura social” (Saravi, 2008, p. 94). Mas, além disso, mostra como a segregação tem sido abordada de duas formas que se relacionam com essas definições: desde sua

concepção geográfica, o interesse tem sido mostrar as distribuições dos grupos sociais no espaço; e do ponto de vista sociológico, a preocupação tem sido o grau de interação entre famílias de diferentes grupos.

De forma mais exaustiva, Massey e Denton (1988, p. 283-294) definem o fenômeno como “o nível no qual dois ou mais grupos vivem separadamente uns dos outros em diferentes partes do ambiente urbano”. A partir dessa conceituação, os autores propõem uma classificação das dimensões do fenômeno, que pode ser entendida como uma descrição das distribuições da população no espaço em que ocorre ou não a segregação. As características de cada distribuição podem ser vistas abaixo:

- a) Igualdade: refere-se à distribuição uniforme dos grupos nas unidades analisadas. Uma situação em que um determinado grupo pode ser distribuído de tal forma que esteja muito presente em algumas áreas e ausente ou pouco presente em outras áreas. Nesse sentido, quanto maior a igualdade de sua distribuição, menor será a segregação.
- b) Exposição: grau de contato potencial entre membros de um mesmo grupo (o que indicaria isolamento) e com outros grupos (situação em que se falaria em interação).
- c) Concentração: distribuição uniforme de um ou mais grupos nas unidades espaciais da cidade. Refere-se ao encontro de um grupo social em espaços específicos.
- d) Centralização: ocorre quando a população de um grupo se concentra em torno de um núcleo central, ocupando um espaço mais central do que outros grupos.
- e) Agrupamento: refere-se ao grau de associação em unidades contíguas de um mesmo grupo populacional (enclaves, aglomerados) (Saravi, 2008).

Seguindo a ideia de localização⁴, a segregação pode ser definida como “o grau de proximidade espacial das famílias que pertencem ao mesmo grupo social e sua distância de outros grupos”, conforme Ruvalcaba e Schteingart (2012, p. 18-19). Da mesma forma, outros autores destacam essa espacialidade do fenômeno, como Sabatini (2003, apud Negri, 2008) que o define como a “aglomeração no espaço de famílias da mesma condição social (étnica, econômica, migratória ou etária)”. Como já mencionado, nesses processos está em jogo a proximidade e o distanciamento com os grupos socialmente separados.

⁴ Em geografia, o termo "localização" descreve a posição específica de um lugar ou área na superfície terrestre. Isso engloba não apenas a coordenada geográfica precisa, mas também os aspectos físicos, ambientais e humanos que caracterizam um determinado local. A localização geográfica de um lugar é fundamental para entender sua interação com o ambiente natural e as atividades humanas que ocorrem nele. Ela também desempenha um papel crucial na análise espacial, na tomada de decisões sobre o uso da terra e na compreensão das interconexões entre diferentes regiões e paisagens.

Arriagada e Rodríguez (2003) explicam que, embora não haja uma definição clara e universalmente aceita de segregação, há algum consenso sobre as formas pelas quais ela pode se manifestar:

1. Na proximidade física entre os espaços residenciais de diferentes grupos sociais.
2. Na homogeneidade social dentro das divisões da cidade.
3. Na concentração de grupos sociais em áreas específicas da cidade (Arriagada e Rodríguez, 2003).

A proximidade física refere-se à localização dos grupos no espaço, o que pode levar a eventuais encontros dessas populações e, assim, implicar em certos atritos. A homogeneidade social descreve a existência de grupos de um mesmo estrato social dentro de uma determinada unidade territorial, como um bairro, uma vila, uma colônia, um distrito etc. E concentração refere-se à localização de grupos sociais em uma área específica da cidade; as cidades são divididas em áreas que se diferenciam de acordo com sua infraestrutura e serviços, bem como o tipo de população que a habita.

O critério de diferenciação social, ou seja, as características por meio das quais se define a existência dos referidos grupos, permite assim distinguir vários tipos de segregação. Existem dois grandes atributos pelos quais as pessoas diferem umas das outras (Rodrigues, 2001 s/p):

- a) socioeconômico: como renda, educação, condições materiais de vida etc.;
- b) biossociais: como cor da pele, etnia, idioma, religião, casta e outros.

Ao falar de segregação, deve-se entender então que essas características da população têm uma expressão territorial na cidade, ou seja, as categorias que separam as pessoas também se referem à sua localização geográfica (Bullard, 1990 s/p).

No âmbito da segregação territorial, encontra-se a segregação residencial, que pode ser definida em termos gerais como “o grau de proximidade espacial ou aglomeração territorial de famílias pertencentes a um mesmo grupo social, quer seja definido em termos de etnia, idade, preferências religiosas ou socioeconômico, entre outras possibilidades” (Sabatini, 2001, p. 27).

Uma análise crítica com base em teóricos marxistas pode revelar como a dinâmica capitalista é fundamental para a geração dessa segregação urbana. Erminia Maricato

(2000), ao discutir o processo de urbanização capitalista no Brasil, destaca como as políticas habitacionais e o desenvolvimento urbano são moldados pelos interesses do capital, resultando em uma segregação espacial que reflete as desigualdades sociais e econômicas. Cita ainda que:

O desenvolvimento da desigualdade desafia a construção de conceitos: exclusão social, inclusão precária, segregação territorial, informalidade, ilegalidade, e alimenta um debate sobre a “funcionalidade” ou não do excesso de população para o capitalismo brasileiro ou a não aplicação do conceito marxista de exército industrial de reserva. (Maricato, 2003, p .152)

Ou seja, essa visão ecoa as análises de Engels e Marx sobre a relação entre a propriedade privada, a acumulação de capital e a divisão social do espaço urbano.

Para Engels (2011), a segregação urbana é uma consequência inevitável das relações de classe sob o capitalismo, onde os burgueses se concentram em áreas privilegiadas da cidade, enquanto os trabalhadores são relegados a regiões periféricas e degradadas. Marx (2017) complementa essa análise, enfatizando como a lógica do capitalismo impulsiona a gentrificação e a especulação imobiliária, levando à expulsão dos mais pobres das áreas urbanas centrais para dar lugar a empreendimentos lucrativos.

Portanto, a segregação territorial é uma manifestação concreta das contradições do capitalismo, onde a busca pelo lucro e a acumulação de capital se sobrepõem aos direitos e necessidades dos trabalhadores e das comunidades marginalizadas. A abordagem de Engels e Marx sobre a segregação urbana e suas causas profundas oferece uma análise contundente e crítica da estrutura socioeconômica capitalista. Concordo com a visão de que a divisão do espaço urbano em áreas privilegiadas e periféricas é uma manifestação direta das relações de classe sob o capitalismo. Essa divisão reflete a concentração de poder e recursos nas mãos da classe burguesa, enquanto os trabalhadores são empurrados para regiões marginalizadas e carentes de infraestrutura. Além disso, a observação de Marx sobre como a lógica do capitalismo impulsiona a gentrificação e a especulação imobiliária ressoa fortemente com minha compreensão da dinâmica urbana contemporânea. Esses processos não apenas exacerbam a segregação, mas também contribuem para a expulsão dos mais pobres das áreas urbanas centrais, à medida que o lucro é priorizado em detrimento das necessidades das comunidades locais. Essa análise

reforça a necessidade de abordar não apenas os sintomas, mas também as causas estruturais da desigualdade urbana, buscando transformações fundamentais na organização da sociedade e da economia.

1.2 VIVENDO DE FORMA DESIGUAL: quando a segregação se torna um problema

Neste tópico, aprofundaremos a discussão sobre os problemas decorrentes da segregação, incluindo as disparidades socioeconômicas e a falta de acesso a serviços e oportunidades para certos grupos da população.

Esta seção procura descrever como a segregação se traduz em uma série de problemas para as famílias mais vulneráveis da cidade e de uma forma ou de outra para a própria cidade como um todo. Para isso, será feita uma breve exposição de conceitos que ajudarão a definir o termo desigualdade urbana, que por sua vez tem lugar nesta pesquisa a fim de problematizar os processos de segregação urbana.

Se na seção anterior foram expostas as principais características do fenômeno, a ideia, aqui, é começar a apresentar uma das causas e algumas das manifestações da segregação: a diferença no acesso à determinados bens, espaços, serviços, infraestruturas e benefícios da cidade.

1.2.1 Abordagem conceitual

No campo dos estudos urbanos, a questão da desigualdade urbana tem estado intimamente associada à da pobreza, porque esses conceitos, às vezes, são usados de forma intercambiável. No entanto, desde o início, deve-se afirmar que esses termos são diferentes e, embora a literatura referente, frequentemente, fale de ambos os fenômenos ao mesmo tempo, isso ocorre apenas porque eles estão intimamente relacionados. Considerando o exposto, primeiro falaremos sobre as diferenças que existem entre esses dois conceitos. Posteriormente, serão reunidos diferentes argumentos que permitirão a construção de uma definição de desigualdade urbana.

A pobreza urbana pode ser definida como um processo complexo de privação e escassez de recursos econômicos, sociais, institucionais, políticos e territoriais que afeta os setores populares da cidade que geralmente têm dificuldades de acesso aos bens básicos da cidade, como moradia, equipamentos e serviços, transportes e espaços públicos (Santos, 2009). É claro que a pobreza pode ser conceituada de diferentes maneiras, especialmente quando está ligada às formas como é medida.

Da mesma forma, a desigualdade social é um conceito muito mais amplo que se refere à distribuição desigual de renda na sociedade, que afeta outras esferas como educação, emprego, saúde, moradia, espaço público e residência, entre outras, e que acaba segmentando a vida social (Quairoz, 2018). A desigualdade urbana, mais especificamente, pode ser definida como as formas diferenciadas de acesso e qualidade de habitação e bens e serviços coletivos como água, drenagem, equipamentos, espaços públicos ou transporte de qualidade (Santos, 2009).

Como se vê, ambos os processos estão intimamente relacionados, pois é, justamente, essa distribuição desigual de oportunidades que coloca os grupos mais pobres das cidades em situação de exclusão. A desigualdade é um conceito relacional porque se refere às diferenças e à dispersão da renda e, neste caso, dos recursos e benefícios da cidade (Corrêa, 2004).

Voltando à questão da desigualdade social, verifica-se que o fenômeno tem sido abordado de diferentes formas dependendo de onde se buscam suas causas. Nesse sentido, Reygadas (2004 s/p) menciona que dentro dos respectivos estudos podem ser destacados três grandes grupos de definições:

- a) Individualista: aquelas que enfatizam a distribuição de capacidades e recursos dos agentes; consideram que são a causa da desigualdade.
- b) Interacionistas: aquelas que enfatizam os padrões de relacionamento nas trocas desiguais e a influência das instituições.
- c) Holísticos: aquelas que focam nas características assimétricas das estruturas sociais (Reygadas, 2004).

Vale ainda considerar os esclarecimentos quanto aos momentos e abordagens do fenômeno e com base neles explicar o que cada estudo focará, Reygadas (2004 s/p):

- a) Desigualdade de ativos: entendida como as diferenças nos recursos que os agentes possuem para apropriar-se dos bens. Para analisá-la, deve-se enfatizar a distribuição prévia de recursos.
- b) Desigualdade prévia de oportunidades: desigualdade nos procedimentos de distribuição de bens. Requer foco nas regras, procedimentos e interações que ocorrem na competição por esses bens.

- c) Desigualdade de resultados: refere-se à assimetria na distribuição final dos bens. Sua análise envolve aprofundar as consequências do acesso aos bens (Reygadas, 2004).

Essas definições não devem ser tomadas de forma definitiva ou isoladamente, pois na realidade o ideal seria buscar um equilíbrio adequado entre cada uma delas dependendo dos objetivos.

A desigualdade urbana tem repercussões materiais na cidade quando os estratos sociais tendem a residir em setores cada vez mais circunscritos das cidades, assistem a espetáculos específicos (onde a mistura social é mínima), os hospitais são hierárquicos e o mesmo acontece com as escolas, os locais de entretenimento, bem como os de consumo; perde-se, assim, coesão social e projetos compartilhados.

1.2.2 A segregação como manifestação e causa da desigualdade social

Como anteriormente, a segregação, além de ser um processo, também é um problema para as populações mais pobres, que são mais afetadas, uma vez que essas diferenças se manifestam no espaço e se traduzem para elas em um grande obstáculo na tarefa de acumular ativos que precisam para deixar de ser pobres e deixar de ser isoladas. Será que só para elas é um problema? Há um problema social generalizado, por meio de diversos posicionamentos. O rico acha muito inseguro viver próximo a esses territórios segregados, o que ressalta que a segregação urbana não apenas afeta as comunidades marginalizadas, mas também gera preocupações e impactos nas classes privilegiadas. Essa dualidade evidencia a complexidade da segregação urbana e sua influência em diferentes estratos sociais.

Os estratos mais baixos não têm a opção de selecionar onde morar, em primeira instância devido ao seu baixo poder aquisitivo, o que não lhes permite pagar um aluguel alto ou comprar uma casa em um local "bem localizado". No entanto, o acesso à moradia adequada não deve ser apenas uma questão de capacidade financeira, mas também um direito garantido pelo Estado. O acesso à moradia é um dever do Estado, conforme estabelecido em muitas legislações e acordos internacionais de direitos humanos. Isso implica não apenas fornecer moradias acessíveis, mas também garantir a segurança habitacional e a igualdade de oportunidades de moradia para todos os cidadãos. Portanto, é responsabilidade do Estado elaborar e implementar políticas habitacionais que atendam

às necessidades da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis, e garantir o cumprimento das leis e regulamentos relacionados à habitação.

Porém, a segregação não é simplesmente uma questão de distribuição dos grupos sociais no espaço, mas também da forma como as oportunidades são distribuídas na cidade.

A segregação não é um processo novo, mas o que se observa atualmente é que ela vem se intensificado. Além de ganhar maior magnitude, também levou a um aumento dos efeitos negativos que aparecem, de diferentes formas, para os habitantes afetados. Essa intensificação dos efeitos negativos foi detectada por Sabatini (2003) como um aumento da malignidade da segregação, que ocorre de duas formas:

- a) em impactos urbanos como problemas de acessibilidade e falta de serviços e equipamentos;
- b) nos impactos sociais que implicam na desintegração da família e da comunidade. Parte disso se reflete no que o autor chama de fixação de estigmas territoriais, que são imagens espaciais das condições de vida dos habitantes. O problema é que os estigmas não desaparecem mesmo que a pobreza ou a segregação diminuam.

A amplitude desse fenômeno também faz com que as expressões da questão social sejam vivenciadas mais do que nunca por meio do espaço. O isolamento social em que essas populações se encontram é parte central para entender também a pobreza urbana porque, como observa Katzman (2001, p. 101), é a condição que:

- a) Reduz as oportunidades de mobilizar em benefício próprio a vontade das pessoas que estão em condições de lhes proporcionar trabalho ou contatos para emprego ou, pelo menos, formação.
- b) Reduz a exposição a “modelos”, ou seja, o contato com indivíduos que conseguiram alcançar um melhor padrão de vida graças à sua dedicação são minimizados. Estando separados, eles não encontram incentivos ou exemplos positivos.
- c) Restringe os momentos em que podem partilhar com outros grupos sociais (estratos altos ou médios) experiências que possam motivar o seu sentimento de cidadania.

Arriagada e Rodríguez (2003) questionam os efeitos negativos da segregação. Da revisão que fazem, podem resumir os seguintes pontos onde se pode ler, por um lado, a relação que existe entre o espaço segregado e a desigualdade:

- a) A segregação residencial socioeconômica atua como mecanismo de reprodução das desigualdades socioeconômicas das quais ela própria é uma manifestação.
- b) As esferas de interação dos diferentes grupos socioeconômicos foram significativamente reduzidas.
- c) A descentralização político-administrativa baseada na municipalização das atribuições públicas faz com que os recursos dos governos locais dependam da renda da população

sob sua jurisdição; por isso, altos índices de segregação residencial socioeconômica exacerbam as diferenças entre os serviços básicos oferecidos de forma descentralizada, prejudicando municípios e comunidades carentes.

- d) Há indícios de que o agrupamento geográfico dos pobres pode gerar externalidades negativas que se expressam no fato de que os domicílios e pessoas com condições semelhantes têm rendimentos diferentes, conforme residam em áreas pobres ou não pobres; e sistematicamente residentes em áreas pobres ganham menos.
- e) Há sinais de deterioração da vida comunitária nos bairros pobres, aqueles que perderam parte de sua capacidade de ação coletiva e são assolados por forças erosivas, como violência e desconfiança.

Embora a desigualdade urbana tenha muitas causas, tem havido uma tendência de estudá-las por meio dos grupos mais vulneráveis da sociedade, bem como dos espaços que essas pessoas habitam. Desta forma, procura compreender como os indivíduos não são capazes de aproveitar as oportunidades sociais, nem de usufruir dos serviços públicos que a sociedade do bem-estar lhes proporciona como mecanismo de redistribuição, quer pelas suas características pessoais, quer pela cultura de seus grupos sociais, quer pelo efeito do ambiente social de seus bairros (Ribeiro, 2016). Habitat e vida tornaram-se uma parte importante da compreensão de como a desigualdade social é manifestada nos processos de segregação e produzida pelo capitalismo.

Os conceitos de segregação e desigualdade social andam de mãos dadas devido à sua essência relacional, pois ambos atentam para as formas como os grupos sociais se distribuem no espaço e, posteriormente, como buscam acessar a cidade. Ou seja, os modos de viver, transitar e circular na cidade contribuem para produzir e reproduzir a desigualdade e a segregação sociourbana, uma vez que esses processos são construídos a partir de elementos materiais, simbólicos, produzidos historicamente, contextualizados social e territorialmente. Isto significa que o contexto urbano em vigor influencia, com suas condições específicas, para apoiar ou não o desenvolvimento dos seus habitantes que também têm situações individuais que acentuam as condições positivas ou negativas. No caso dos bairros desfavorecidos, existem condições que dificultam o desenvolvimento dos moradores que se encontram em situações desfavoráveis nos mercados de bens, serviços e no exercício de seus direitos de cidadão na obtenção de serviços efetivos para a vida social e econômica.

Espera-se que, uma vez analisados os conceitos de segregação urbana, experiência e desigualdade, seja possível compreender a relevância do estudo de como as diferenças socioespaciais nas cidades são vividas e vivenciadas.

E porque a segregação é um problema? Essa pergunta pode ser respondida muito fácil, uma vez que como abordado acima a segregação, nada mais é do que diferenciar grupos por suas características, assim as disparidades socioeconômicas e a falta de acesso a serviços e oportunidades são maiores para certos grupos da população.

Neste trabalho, abordamos a questão da segregação socioespacial, analisando e refletindo sobre a organização social e espacial das cidades. A análise parte do entendimento de que a segregação é um fenômeno multidisciplinar. No contexto social, a questão da segregação é explorada a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, que orienta a atuação do profissional comprometido em compreender a realidade social e promover a transformação das condições de vida da população. Isso envolve habilidades como o atendimento direto à população em diferentes espaços e o compromisso ético-político do assistente social, que deve defender e promover os direitos humanos e a justiça social. Já do ponto de vista geográfico, a análise se concentra na distribuição desigual dos grupos sociais no espaço físico. Portanto, o estudo da segregação requer uma análise dos vínculos entre a estrutura espacial e a estrutura social, destacando a importância do trabalho interdisciplinar e da articulação com outros profissionais e setores da sociedade.

1.3 VIVER A CIDADE: O conceito de experiência urbana

Os autores que se perguntaram como seus habitantes vivem a cidade utilizaram diferentes termos entre os quais podemos citar: o habitar, a experiência urbana, a apropriação do espaço, a vida cotidiana, os imaginários urbanos, as representações sociais, as práticas urbanas, entre outros. Não se deve entender que esta questão foi resolvida na sua totalidade por meio destes, pois na realidade os conceitos são a forma como diferentes investigadores tentam abordar o modo de viver nas cidades. Cada proposta surgiu de diferentes pesquisas, com metodologias adequadas a cada definição e foi aplicada em diferentes espaços urbanos.

Um exemplo notável de autor que aborda o tema da vida cotidiana na cidade é Michel de Certeau. Em sua obra "A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer" (1994), Certeau explora as práticas cotidianas dos habitantes urbanos, destacando como eles se apropriam do espaço e desenvolvem estratégias de resistência dentro do contexto urbano.

Essa perspectiva complementa as diversas abordagens de outros autores sobre a vida na cidade, enriquecendo o diálogo e a compreensão dos estudos urbanos.

A seguir será apresentada uma espécie de diálogo entre as diferentes propostas dos autores. A partir deste momento, esclarece-se que não se pretende realizar uma revisão exaustiva de cada um dos conceitos que são mencionados, nem se busca extrair elementos de cada uma das definições que são apresentadas. A importância de realizar esta seção é antes mostrar, de forma geral, alguns dos principais conceitos que têm servido aos estudos urbanos para falar da vida na cidade. Isso também é feito para se ter uma ideia do contexto da pesquisa e suas abordagens, para então poder localizar este trabalho.

1.3.1 Vida Cotidiana

Para começar este relato, falaremos sobre um dos conceitos que serviram para entender como a cidade é vivenciada; o termo tem sido utilizado por diferentes disciplinas de forma bastante ampla, por isso tentaremos ver o que diz respeito aos estudos urbanos.

A vida cotidiana pode ser geralmente definida como um “ conjunto de atividades que caracterizam a reprodução de indivíduos específicos, que, por sua vez, criam a possibilidade de reprodução social” (Heller, 1994, p. 19). O que precede significa que as práticas quotidianas permitem-nos criar uma imagem da reprodução da sociedade e dos estratos que a constituem. Uma de suas características essenciais é que se desenvolve e é construído a partir do ambiente imediato, como explica Heller, o âmbito de um rei não é o reino, mas a corte. Não significa que esses conhecimentos e experiências que ela facilita não possam ser aplicados a outras áreas, simplesmente que o cotidiano serve como mediador do não-rotineiro e prepara os indivíduos para agirem diante do que não é contemplado. Nesse sentido, a vida cotidiana permite-nos formar, por um lado, o mundo que nos rodeia, mas também molda a visão da própria pessoa (Heller, 1994).

Com foco na vida na cidade, a autora Alicia Lindón (2000) começa analisando a relação entre o cotidiano e a formação de estilos de vida urbanos. Seguindo essa linha, uma de suas obras notáveis analisa a ligação entre trabalho e formas de residência, ambas como dimensões do cotidiano das pessoas. A autora explica uma diferença importante entre os conceitos de habitar e residir, onde o primeiro tem uma ampla relação com aquele fragmento do território ao qual se pertence de alguma forma, enquanto residir enfatiza

antes a ancoragem do indivíduo ao microespaço que é compartilhado e onde se vive com seus semelhantes (Lindon, 2000). A autora coloca aqui implicitamente o desafio de conseguir relacionar duas esferas dos habitantes e nesse sentido cabe perguntar: O que o microespaço e o cotidiano das famílias nos dizem sobre a cidade como um todo?

A título de reflexão sobre o exposto, é prudente atentar para as considerações de Pierre Mayol (1999, p. 6), que cunhou o termo “o boato do cotidiano”, para se referir àquele modo de olhar para dentro das práticas cotidianas e nunca identificar as estruturas que o organizam, mesmo que as pesquisas (ou qualquer técnica utilizada) pudessem ser multiplicadas ao infinito. É que as investigações que utilizam esse conceito ou qualquer outro do mesmo tipo, ou seja, que falam de experiência urbana, enfrentam o desafio mencionado. Mayol (1999 p.6) continua seu argumento e propõe que a vida cotidiana se articula em pelo menos dois elementos que são importantes registrar:

- a) Os comportamentos cujo sistema é visível no espaço social da rua e que se traduzem numa série de expressões como as roupas, os cumprimentos, o ritmo de caminhada, o uso e não uso de determinados espaços da cidade.
- b) Os benefícios simbólicos esperados pelo modo de estar em um determinado espaço urbano: enraizados na tradição cultural do habitante e que, embora não sejam conscientes, fazem sentido no consumo do espaço público.

Esses dois elementos são pistas para se poder buscar certas pontes entre as ações cotidianas dos habitantes e entre a organização e a ordem dos espaços na cidade. Além disso, o autor destaca a existência de *elementos práticos* que oferecem campos de exploração para a compreensão da vida cotidiana: o habitat, os processos de reconhecimento [de criação de identidade com o espaço], a convivência concreta em um mesmo território urbano, para citar alguns (Mayol, 1999). A importância da análise do cotidiano reside no modo como as práticas cotidianas, bem como o posicionamento socioeconômico e cultural dos habitantes, possibilitam a apropriação, a significação, a funcionalização e a construção física e social do espaço urbano (Gomez, 2005).

Devemos considerar que, quando as pessoas se encontram e interagem em espaços públicos durante suas atividades diárias, estão envolvidas em "atividades sociais". O tipo de atividades sociais que acontecem nessas áreas compartilhadas varia conforme o contexto em que estão inseridas, podendo ocorrer em áreas residenciais, centros urbanos multifuncionais e regiões com forte presença de atividades laborais. Por isso

O papel do espaço público, assim como a natureza e o conteúdo da interação social que nele tem lugar varia com a classe, grupo étnico, idade, estruturas e tipo de especialização funcional do bairro onde se localiza (Levitas, 1986 apud Serdoura e Silva 2006 P.2).

No Bairro Jardim Canaã e em seus loteamentos associados, é possível notar que os espaços públicos têm funções e características distintas conforme o perfil dos seus usuários. Essas diferenças são moldadas por diversos fatores, como a classe social, o grupo étnico, a faixa etária das pessoas, além da estrutura e da especialização funcional da área. Por exemplo, as praças e áreas de lazer podem ser utilizadas de maneiras diversas: jovens e adolescentes podem usá-las para atividades recreativas, enquanto os idosos as utilizam mais para encontros sociais e descanso. Além disso, a utilização desses espaços também reflete as particularidades das comunidades locais, como a existência de vendedores ambulantes nas avenidas principais, que atendem tanto os moradores do bairro quanto os trabalhadores informais. A interação e a utilização do espaço público, portanto, são um reflexo direto das dinâmicas sociais e culturais do Bairro Jardim Canaã, destacando como a configuração desses espaços está intrinsecamente ligada à diversidade dos seus moradores e às suas necessidades específicas.

1.3.2 Imaginários Urbanos

Como temos tratado de determinados processos de orientação na cidade, é necessário ter em conta que estes se realizam de diferentes formas e nem sempre se expressam fisicamente ou materializam-se nas práticas. Canclini (2013) explica que os habitantes, além de ocuparem e utilizarem o espaço material, realizam outros processos de apropriação que implicam um conjunto de ações materiais que ocorrem no espaço mental. Estas decisões sobre a utilização de determinados espaços na cidade são determinadas por fatores como (Gómez, 2005):

- 1) As características que a estrutura urbana apresenta.
- 2) O local ou área de residência dos atores urbanos.
- 3) Sua localização na estrutura produtiva e distribuição de renda.
- 4) Suas necessidades de viagem e uso da cidade.
- 5) A informação que possuem sobre a organização e funcionamento da cidade.
- 6) Suas ideias e imagens, baseadas em noções objetivas e subjetivas.

O último item refere-se precisamente ao resultado dos processos cognitivos que Canclini (2013) mencionou. Esses processos são cristalizados em uma imagem parcial da cidade que se configura como um imaginário urbano, o que é possível graças ao fato de que cada cidadão tem grandes vínculos com uma e outra parte de sua cidade, e sua imagem está impregnada de memórias e significados Lynch (1988 *apud* Canclini, 2013). Os imaginários urbanos funcionam com base em representações, que são, por sua vez, imagens mentais da realidade material ou de alguma ideia ou concepção (Hiernaux, 2007). Nesse sentido, os imaginários podem ser definidos como o resultado de uma transformação simbólica em que as percepções se tornam representações por meio da imaginação.

O estudo dos imaginários urbanos requer metodologias qualitativas, obviamente, úteis para se poder aprofundar nas subjetividades dos sujeitos que se referem, por sua vez, a uma realidade tangível que é a cidade.

Canclini (2013) menciona que, mesmo que se trabalhasse com 1000 grupos focais, seria impossível construir um esboço estatisticamente representativo de viagens reais e imaginárias pela cidade. A complexidade está na forma de processar os dados, pois boa parte dos mundos privados é imaginária, de modo que é difícil se manifestar por meio de pesquisas, e muito mais complicado seria fazer generalizações disso. No entanto, Hiernaux (2007) explica que, embora os imaginários em si não sejam suficientes para compreender os processos sociais, sua análise fornece um complemento de sentido às representações que podem servir no futuro como guias para a pesquisa e ação dos fenômenos que interessam conhecer. Nos estudos urbanos, essa advertência é complementada pela sugestão de Lynch (2010) que diz que não devemos nos limitar a considerar a cidade como uma coisa em si, como sua simples materialidade, mas que devemos também ousar pensar a cidade como ela é percebida por seus habitantes.

1.3.3 Representações Sociais

Outro conceito que merece destaque por sua estreita relação com o anterior é o de representação social. Isso pode ser definido como:

(...) não apenas as construções simbólicas que fazemos em nossa cabeça individualmente, mas como formas de pensamento social que são alimentadas por várias fontes: da experiência presente e passada, do conhecimento adquirido em sala de aula e através de trabalhos literários, científicos ou de divulgação, a tradição preservada em costumes e crenças, a imprensa escrita, o rádio e a televisão (Alba, 2006, p. 665).

Como se vê, esse conceito possibilita pensar o modo como as diversas fontes nutrem as imagens; por exemplo, os meios de comunicação que também ditam o que se pensa e se sabe sobre um ou outro espaço urbano ou sobre a própria metrópole.

Nesse sentido, também se pode considerar, a partir da pesquisa, que o estudo das representações pode envolver infinitas fontes de informação como, no caso, jornais, alguns livros clássicos onde se faz menção à vida na cidade, propagandas e comerciais turísticos, tradição oral; ou seja, fontes de informação típicas e estritamente acadêmicas não são os únicos lugares onde dados úteis podem ser encontrados. Exemplo disso é o trabalho de Canclini, Castellanos e Rosas (2013), que utilizam diferentes fontes como fotografias, acervos audiovisuais, crônicas, mídia impressa e até filmes.

A relevância dessas representações reside no fato de que, embora inicialmente se formem no lugar de referência da identidade individual, permitem reflexão posterior sobre a dinâmica urbana, suas esferas política, econômica, histórica e social (Alba, 2006). Armando Silva (2011) fala sobre representações e imaginários (porque usa os dois termos) a partir de uma proposta de reconhecimento da cidade por meio de projeção imaginária que leva a um encontro de subjetividade especial com a cidade: a cidade vivida, internalizada e projetada pelos grupos sociais que a habitam.

Para finalizar esta seção é necessário deixar claro que, quando falamos de representações sociais como um tipo de imagens, não queremos dizer que elas sejam apenas uma fotografia inerte do mundo exterior ou um reflexo passivo da realidade. Na realidade, essas representações dão sentido às ações (esperadas ou espontâneas) do cotidiano e também formam a estrutura que organiza a própria cidade de formas mais sutis.

1.3.4 Habitar a Cidade

Especificamente, a ideia de habitar não é possível se não pensarmos no espaço onde esta atividade acontece. Nesse sentido, devemos começar a falar sobre o habitar como indiscutivelmente ligada ao habitat. Este último vem da Ecologia e é usado para se referir ao local onde é propício para a vida de uma espécie ou comunidade animal ou vegetal. Na análise do habitar na cidade torna-se imprescindível observar o local onde se vive, sem que isso signifique que este se reduza à habitação (Giglia, 2012). Trata-se antes de saber que o habitar se faz a partir de um território fixo que nos permite investigar as referências de pertencimento, bem como um sistema significativo urbano mais estruturado (Valencia, 2007, *apud* Santos, 2008).

Considerando o exposto, é necessário mencionar que outro elemento essencial para falar sobre habitar é a ideia de ordem:

Habitar é um conjunto de práticas e representações que permitem ao sujeito se posicionar dentro de uma ordem espaço-temporal, ao mesmo tempo reconhecendo-a e estabelecendo-a. Envolve reconhecer uma ordem, situar-se dentro dela e estabelecer uma ordem própria (Giglia, 2012, p. 13).

Desvendar essa ordem é uma das tarefas dos pesquisadores da experiência urbana, e uma pista para compreendê-la é considerar que a ordem é induzida pelas formas do habitat, ou seja, por diferentes tipos de espaços habitados que, por sua vez, “podem ser lidos como arenas de projetos culturais diferentes, que expressam as motivações e intenções de diferentes grupos sociais” (Giglia, 2012, p. 21).

O conceito de habitar também está associado à apropriação social do espaço. Nesse sentido, Licona Valencia (2007), *apud* Santos (2008) considera que exploração do habitar (apropriar) e dar significado à cidade é um processo simultâneo. Por um lado, o primeiro serve para entender a expressão social do espaço e o segundo para abordar a expressão simbólica do Valencia (2007) *apud* Santos (2008). É por isso que todos os conceitos analisados até agora estão interligados e são processos que ocorrem simultaneamente. Da mesma forma, Segura (2013) conclui que habitar e simbolizar o espaço urbano são dois conjuntos de operações complementares e constitutivas da experiência urbana.

1.3.5 Esclarecimentos sobre a experiência urbana

Estabelecer diferenças entre os conceitos que respondem a como se vive na cidade é importante, pois todos compartilham elementos em suas definições que os tornam semelhantes entre si. A intenção de introduzir este fragmento elucidativo neste ponto do texto não é complicar a leitura, mas, pelo contrário, compartilhar a busca que foi feita para entender o conceito chamado experiência urbana.

Os autores contemporâneos, Emilio Duhau e Angela Giglia (2008), em seu livro intitulado “*Las reglas del desorden. Habitar la metrópoli*”, resultado de um extenso trabalho de pesquisa que durou cinco anos, usam o termo experiência urbana metropolitana para se referir “tanto às práticas quanto às representações que tornam possível dar significado e viver na metrópole por parte de sujeitos diferentes que residem em diferentes tipos de espaços” (Duhau e Giglia, 2008, p. 21). É importante mencionar que os estudos realizados se referem à grande área metropolitana da Cidade do México, por isso grande parte de suas descobertas é característica das grandes áreas urbanas.

A experiência urbana metropolitana tem uma estreita relação com a ordem socioespacial da própria metrópole. Isso não significa estabelecer uma correspondência mecânica ou determinista entre a organização do espaço e as práticas urbanas, mas é necessário estar ciente dos nexos existentes entre essas duas dimensões (Duhau e Giglia, 2008, p. 21).

Essa perspectiva permite manter sempre presente a dialética entre as dimensões subjetiva e objetiva da cidade, bem como os processos urbanos, como a segregação. É necessário encontrar estruturas que permitam explicar as ações sociais, ou seja, as práticas dos habitantes da cidade, pois são eles “que, a partir de sua posição de grupo ou classe e de sua localização na cidade, apropriam-se do espaço urbano e o significam. Eles constroem significados e modos de habitar” (Lincona, 2007, p. 14).

A experiência urbana se refere a dois elementos essenciais: as práticas e as representações. Nos estudos da experiência urbana, encontramos duas grandes abordagens: uma centrada na realidade, escrita com realismo etnográfico, e outra interessada nos processos de significação, escrita a partir do pós-modernismo Licona (2007, *apud* Giglia, 2008). Cada linha de pesquisa representa esses elementos dos quais falamos: uma está mais relacionada às expressões sociais e a outra às expressões simbólicas.

Dentro das práticas urbanas, podemos mencionar algumas que Lindón (2000) descreve como movimentos no espaço (e no tempo), como atividades relacionadas ao trabalho, educação e consumo. Dentro das representações, encontramos vários termos que já foram explicados, como imagens, representações, ideias, imaginários, lendas e até estigmas atribuídos à cidade ou a certas partes dela.

É importante esclarecer que, no desenvolvimento deste trabalho, buscamos entender as expressões sociais do espaço. Nesse sentido, esta pesquisa não pretende adentrar na forma como a segregação urbana é significada, pois, embora dar sentido à cidade seja parte do habitar, o que realmente interessa é conhecer as práticas dos habitantes que expressam determinados processos espaciais e, além disso, reproduzem uma ordem socioespacial diferenciada e desigual.

1.4 PRÁTICAS URBANAS: O caso da mobilidade e do consumo

Para começar a falar das práticas urbanas, é fundamental primeiro considerar o que é uma prática social. De forma geral, isso pode ser definido como as estratégias implementadas pelo agente social, conscientemente ou não, em defesa de seus interesses e relacionadas à posição que o agente ocupa em um campo social específico (Gutiérrez, 2005). Essa noção faz referência às ideias de Bourdieu sobre o jogo em que os agentes envolvidos se ajustam ao que podem prever, ao que antecipam e às decisões que tomam com base nas probabilidades objetivas de seu ambiente (Bourdieu, 2009).

A importância de introduzir essa ideia de jogo por parte de Bourdieu é a de situar de onde as práticas sociais são analisadas. O estudo delas deve escapar, por um lado, do realismo da estrutura defendido pelo objetivismo, e, por outro, do subjetivismo que não consegue dar conta da complexidade do mundo social (Bourdieu, 2009). As práticas sociais, portanto, como elementos de pesquisa, podem evidenciar, dialeticamente, tanto as estruturas externas e independentes do indivíduo quanto aquelas que se referem ao sentido vivido (o que os agentes representam, sentem, pensam, acreditam e vivenciam). Seguindo o que foi mencionado anteriormente, as práticas urbanas, sendo manifestações sociais próprias dos agentes urbanos, estão relacionadas à estrutura urbana e à organização da cidade, bem como os usos e formas de viver na própria cidade.

Considerando os elementos mencionados anteriormente, as práticas urbanas podem ser conceituadas como os usos e formas comuns e recorrentes pelas quais a cidade é vivida e apropriada, expressando a posição do indivíduo em seu espaço urbano e social. Vale ressaltar que, embora tenha sido destacado na seção anterior que as práticas são distintas dos imaginários ou representações da cidade, elas não estão completamente separadas, uma se refere à outra e vice-versa.

Algumas das práticas cotidianas mais estudadas no campo dos estudos urbanos estão relacionadas à mobilidade e ao consumo dos habitantes. No campo da mobilidade, encontramos o trabalho de Arnaldo Lôpo Mont'Alvão Neto (2009), que analisa as práticas de mobilidade urbana cotidiana com o objetivo de identificar relações entre essas práticas e as desigualdades na cidade de Belo Horizonte/MG. O autor argumenta que as práticas de mobilidade são um meio para realizar outras atividades e não podem ser simplesmente reduzidas à soma das viagens realizadas; também envolvem a forma como as pessoas se relacionam socialmente ao mudar de lugar e as experiências decorrentes dessas jornadas (Mont'Alvão Neto, 2009).

O estudo da mobilidade pode ajudar a destacar formas de desigualdade de acesso que estudos mais quantitativos não conseguem mostrar, contribuindo para revelar experiências e acessos diferenciados, bem como a qualidade dos serviços e infraestrutura da cidade. Essas características muitas vezes não são captadas pelas variáveis dos censos. Portanto, abordar a mobilidade urbana com uma metodologia qualitativa também é importante.

Outras pesquisas demonstraram que as práticas de mobilidade realizadas com objetivos de trabalho e educação são bons indicadores das formas de vida na cidade, permitindo evidenciar a estrutura funcional da cidade e refletir sobre as políticas públicas implementadas e sua relevância (Tischer e Polette, 2019).

Por outro lado, as práticas de consumo e compras, como padrões recorrentes, apresentam características específicas - como a tendência a se restringir ao espaço mais próximo possível - estão relacionadas à oferta do mercado e obedecem a uma economia de mobilidade que busca alcançar as coisas com o menor esforço no menor tempo possível (Duhau e Giglia, 2008). Uma especificidade compartilhada pelas práticas de consumo com as práticas de mobilidade é que elas também expressam uma certa ordem

urbana e social; ou seja, os bens consumidos e a forma como são consumidos definem a posição ocupada em uma ordem simbólica e o lugar que se tem na cidade (Espino, 2008).

Por fim, outra área importante de estudos relacionados ao consumo e à cidade é aquela que aprofunda o uso e consumo de bens culturais. Canclini tem sido um dos principais autores nesse tema na Cidade do México; em seus trabalhos, ele busca entender como as mudanças na maneira de consumir esses bens e serviços afetam as possibilidades e as formas de ser cidadão em um contexto de desintegração política e institucional (Canclini, 2008).

Enfim, é nesse contexto que passaremos a tratar das particularidades da nossa área de estudo, claro, sem perder de vista todo o processo de construção e reflexão construído até aqui. Mas sim, procurando entender de que forma podemos entender a realidade e a geograficidade da vida cotidiana dos moradores do Bairro Canaã, em Uberlândia, Minas Gerais.

2. VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA URBANA: RELAÇÕES COM O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS, O PROCESSO DE ADENSAMENTO DA SOCIEDADE URBANA, OS NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO DA VIDA SOCIAL

Este capítulo examinará a relação intrincada entre violência e o desenvolvimento das cidades contemporâneas, abordando o adensamento populacional, as transformações na vida social e os desafios para a liberdade e a cidadania.

As diversas formas em que a violência se apresenta na sociedade contemporânea, tem gerado novos desafios para a humanidade e afeta diretamente o cotidiano e a qualidade de vida da população.

Essa problemática afeta a todos os cidadãos, porém não podemos deixar de ressaltar que existem camadas da sociedade, principalmente as mais afetadas pela desigualdade social, que sofrem maior impacto. A começar pela questão da morfologia das cidades, ou seja, o estudo da “forma” como ponto de partida, pois assim considera-se também os processos, as funções, as estruturas etc. “La morfología urbana, el espacio construido, refleja la organización económica, la organización social, las estructuras políticas, los objetivos de los grupos sociales dominantes” Horácio Capel (2002, p.20).

Outra questão que devemos levar em consideração é a localização⁵, “As condições de deslocamento do ser humano, associadas a um ponto do território urbano, predominarão sobre a disponibilidade de infraestruturas desse mesmo ponto” (Villaça, 2001, p. 23).

No caso intraurbano, as relações entre centro e periferia na contemporaneidade, vem passando ao longo dos anos, por diversas transformações, as morfologias urbanas deixam de ser compactas e contínuas e passam, cada vez mais, a ganharem configurações dispersas e descontínuas. Essas mudanças tornam cada vez mais complexas, ultrapassando aquela visão de periferia associada à pobreza e carência de serviços e

⁵ A localização aqui tratada como um ponto chave, menor tempo de deslocamento e/ou serviços mais próximos.

infraestrutura, pois começam a ser formar áreas de concentração comercial e de serviços na cidade (sub centros, eixos comerciais, galerias comerciais).

Mesmo assim, as relações de poder presentes em todos os territórios, podem fazer com que as classes disputem as localizações e isso se dá tanto por ocasião da produção como de seu consumo, assim

[...] novas formas de divisão social do espaço, com destaque para o que consideram como excessiva ênfase nos espaços residenciais fechados e outras variantes de habitat periférico voltado às classes abastadas, tonando mais complexa a articulação entre as formas preexistentes e as emergentes (Duhau e Giglia, 2016, p. 31).

O que os autores querem dizer é que, existe uma divisão nos locais onde os ricos estão sendo privilegiados por estarem no centro econômico ou por escolherem condomínios com alto padrão de segurança, já os pobres por outro lado sendo expulso dos centros, indo para lugares precários, com baixa infraestrutura e com o mínimo apoio do governo. E a população de baixa renda depende efetivamente da qualidade dos serviços públicos para alcançar melhor qualidade de vida, do básico, seja na área da educação, como na saúde, transporte coletivo, além de outros. E para obter êxito é necessário que tais serviços sejam executados adequadamente.

Surge então a questão da segregação socioespacial, como mecanismo necessário ao controle, pela classe dominante, pela produção e consumo das localizações. Ou seja, vamos ter pessoas de diferentes classes sociais, concentradas em um mesmo local/território. E quem possui melhores condições de renda, tem mais facilidade de deslocamento (dentro ou fora do território), investimento em segurança residencial entre outras vantagens.

Observamos então, que as pessoas do território, tendem a se refugiarem dentro de suas próprias residências, devido ao medo e a insegurança de circular pelo território delimitando espaço e tempo para uso social, privando os moradores do direito ao bem público ao qual tem direito, enquanto direito à própria cidade, ou mesmo parte dela.

2.1 Violência e Insegurança urbana na produção do espaço

É fato que a violência se impõe como um grande e grave problema que afeta a sociedade contemporânea e se configura como uma das formas de manifestação da Questão Social que repercute no cotidiano das pessoas, seja no âmbito individual ou coletivo.

Cabe ressaltar que, Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, dessa forma, Iamamoto (2007, p.155),

Aponta que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e que na sociedade burguesa a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, esta condensaria então o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche.

Para a autora, a questão social expressa, portanto, as desigualdades sociais, políticas, culturais e econômicas disseminadas pelas disparidades nas relações de gênero, nas características étnico-raciais e formações regionais. Isso, contribui, e muito, com a segregação do espaço, privando a sociedade civil ao acesso aos bens que tem direito.

No Brasil, questão da violência é um fenômeno sócio-histórico-cultural, fundante e estrutural, ou seja, acompanha o percurso histórico da humanidade e persistiu em todos os arranjos sociais, mesmo após diversas mudanças políticas, percebe-se que o uso violência foi um instrumento muito utilizado para “manter” a ordem social, representando uma força que viola os limites humanos restando em imposição de algo ou alguém sobre outrem (Almeida, 2010).

É de fundamental importância constatar que, todo esse processo histórico, causou reflexos permanentes na sociedade, tanto culturais como institucionais, e estes somados a fatores como, a “enorme” desigualdade social que existe no país, faz com que a sociedade brasileira se torne “altamente” tolerante a todas as formas de violência.

Para o senso comum, o conceito de violência pode ter vários sentidos aplicáveis, porém, aqui nos interessa compreender que o conceito é complexo e polissêmico. A

palavra violência é bastante antiga e deriva originalmente, do latim, “violentia”, que significava a “força que se usa contra o direito e a lei” (Tinoco, 2010, p. 20).

Vendo sob essa teoria o “violento” era “algo ou alguém” que agia com força excessiva, impetuosa e exagerada. Com o passar dos tempos, o termo violência passa a assumir um significado diferente, mais relacionado com qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem.

Mas nem todos os estudiosos do assunto se retiveram em estudar a violência enquanto relação de poder, dominação e/ou imposição. Para Viana (2002) alguns deles tomaram caminhos escusos que lhes conduziram para interpretações ideológicas do tema. Assim, toda essa desigualdade demonstra-se como uma das múltiplas determinações da violência urbana. E tal como afirma (Santos, 2002, p. 5) “A violência é um fenômeno social complexo e que não pode ser entendido ou explicado a partir de uma única causa”.

Atualmente, violência no Brasil além de ser uma questão de saúde pública é também uma expressão da questão social.

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é o:

[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar em ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002).

Ou seja, violência não se limita apenas a agressão física, pode ser também psicológica, moral, sexual, econômica, patrimonial, institucional, estrutural entre outras. A diferença entre elas está na forma como elas se manifestam.

É fato que a violência é um fenômeno de grandes proporções sociais e está presente em todos os lugares e aspectos do cotidiano. Existe violência na família, nas ruas, violência doméstica, violência no trabalho, violência no âmbito escolar, abuso de poder, violência por parte da Segurança Pública, enfim, onde há pessoas vivendo em sociedade existe a violência. Tal fato é notório e merece atenção de todos os atores envolvidos, seja o Estado ou sociedade civil.

Em se tratando de violência a frase “cada ação tem uma reação” faz todo sentido, pois para cada conflito não resolvido pacificamente, ou seja, sem o uso de práticas violentas, outros novos conflitos vão surgindo e as proporções são cada vez maiores.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO 2010 s/p) , aponta que:

a questão da violência no Brasil é uma das maiores preocupações da sociedade. Os índices de violência e de insegurança, especialmente nos grandes centros urbanos, aumentaram nas últimas duas décadas⁶ .

Por isso é de suma importância que, para além de compreendermos o significado de violência, bem como a identificação de suas raízes e contornos no âmbito da realidade social, é necessário que também se compreenda como a sociedade e o Estado estão intervindo nessa problemática.

Partindo do pressuposto que o território onde vivemos é uma unidade espacial que, conforme Cearteau, Giard e Mayoul (1993, p. 43) “[...] é o espaço de uma relação com o outro como ser social”, ou seja é um local onde as pessoas convivem, onde formam uma comunidade de apoio mútuo, solidariedade.” É onde expressam sua luta pela sobrevivência e pela materialização de suas crenças, valores e estilos de vida. Faz-se necessário questionar, como a violência, pode afetar a dinâmica socioespacial de um determinado local, seja uma cidade, ou mesmo, parte dela.

Para melhor compreensão da problemática, faz-se necessário uma breve contextualização sobre as cidades, suas formas, funções e usos, como estas foram sendo constituídas ao longo do tempo.

Com base em Sposito (2013, p.23), constatamos que:

A cidade, é um local, onde historicamente, alojou-se o grupo encarregado de gerenciar e consumir excedentes agrícolas, diferentemente das áreas de produção agrícola, ao qual se juntaram os artesãos, militares e funcionários a ele ligados. Constitui-se assim um núcleo populacional dependente dos alimentos produzidos na zona rural, e cujas atividades são predominantemente o comércio, a indústria e os serviços.

É importante citar que os mais antigos registros arqueológicos descobertos de ruínas de cidades, concernem com à Revolução Neolítica, por volta de 4.000 a 3.000 a. C. Período que a vida em sociedade começa a ter importantes mudanças. “Ela [cidade]

⁶ Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/culture-peace#:~:text=Os%20%C3%ADndices%20de%20viol%C3%Aancia%20e,%C3%A9%20constitu%C3%ADda%20por%20homens%20negros.> Acesso em 03.04.2021.

nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território” (Rolnik, 1995, p. 8). Ou seja, as pessoas deixam de ser nômades (não vão mais viver em constantes migrações em busca de alimento), e passam a se fixar em um determinado território. O homem aprende a semear e a colher o fruto do seu trabalho.

Rolnik (1995, p. 8) ainda “descreve a cidade a partir de alguns pontos, caracterizando a cidade como imã, escrita, cidade política e mercado”. A autora quer dizer que a sociedade começa a se organizar, além da prática da agricultura, ocorre o desenvolvimento da escrita, aperfeiçoando a comunicação entre os diferentes grupos e o início da economia monetária, baseado a troca de alimentos.

Na perspectiva de Rolnik (1995, p. 17), podemos constatar que:

Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. Não são somente textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam essa memória, a própria arquitetura urbana cumpre também esse papel.

Começam a se formar as médias e grandes cidades, com conceitos urbanizados e expansão não apenas territorial, mais também populacional. Várias pessoas que até então eram agricultores ou fazendeiros, passam a ter ocupações mais especializadas nas áreas urbanas, como por exemplo: produção de vestuário, artesãos, fabricantes de armas e ferramentas. E isso reflete muito bem pelo poder de atração das cidades, uma vez que, segundo Rolnik (1995, p.17):

Tudo isso se refere a um tipo de espaço que, ao concentrar e aglomerar pessoas, intensifica as possibilidades de troca e colaboração entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva (...) quando há a possibilidade de obter parte dos produtos necessários a sobrevivência através da troca, configura-se a especialização do trabalho e instaura-se o mercado.

Existem diferentes tipos de cidades, que se transformaram devido aos diferentes momentos históricos com enfoque para as cidades antigas (Babilônia, Grécia, Roma), as cidades medievais (Europa) e as cidades modernas que advém do mundo capitalista, ou seja, “(...) a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos” (Sposito, 1997, p .11).

Com o fim do Império Romano seguiu-se o processo de fragmentação regional que desembocou no poder descentralizado de territórios regionais do período feudal. Território que na época do império romano era muito extenso e com uma notória diversidade socioespacial, com regiões de culturas tão diferentes. Aqui a unidade das regiões legitimaria a criação dos Estados nacionais (países, império). Assim como Gomes (1995, p. 50/52) explica:

No período de formação dos Estados-Modernos na Europa, recoloca-se a questão regional, ou seja, rediscute-se a relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial – física, econômica, cultural e política – sobre a qual esse poder centralizado deve ser exercido.

Carlos (2008) destaca que a cidade “é algo não definido”, ou seja, que não está pronta ou consolidada, está sempre em movimento. A cidade é uma construção social, mas também é mercadoria, onde tudo tem preço, em outras palavras é uma construção humana é um produto social, permeada pela racionalidade capitalista. Segundo a autora:

a cidade é, inicialmente, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o construído (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o que não é construído (o natural) de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao descolamento de homens e mercadorias (Carlos, 2008, p. 50).

Em uma relação de espaço e tempo, se antes as cidades eram monocêntricas, com o passar do tempo, foram ficando cada vez mais fragmentadas, com a urbanização difusa, com policentralidade. E como já citamos anteriormente, a cidade é um produto social e o resultado dela advém da divisão territorial.

Na própria construção do conceito de região para a geografia percebemos que a aplicação de uma das leis da dialética no processo de divisão regional resulta no desenvolvimento desigual e combinado, onde segundo Corrêa (2003, p. 45-46):

A Região pode ser vista como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (...) como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.

Esse processo de segregação socioespacial se intensifica consideravelmente, separando a classe de alto poder aquisitivo dos cidadãos de baixa ou nenhuma renda traduzindo-se em uma das manifestações da violência que parte da sociedade pode promover com seus próprios membros. Mas que sociedade é essa? Aqui as desigualdades sociais⁷ ficam em evidência. A segregação, segundo Villaça (2001, p. 142) “é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro da metrópole”.

Ou seja, a segregação socioespacial é a expressão geográfica das desigualdades sociais. Visto que um espaço urbano em desenvolvimento, tende a formar locais que possuem identidade própria, que são definidas pelo espaço e principalmente pelo nível de renda. Isso contribui para que haja tamanha disparidade entre os bairros de uma cidade, tanto no âmbito social, cultural ou espacial.

Além disso, como bem expõe Negri (2008, p.20),

A segregação sócio-espacial age diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania, com efeito, as desigualdades existentes refletem-se no acesso às políticas públicas, em razão de sua localização espacial, da renda monetária e o bem-estar-social. [...] A segregação sócio-espacial tornou-se corrente no espaço urbano, consolidando as diferenças e contradições no investimento do Estado nos bairros das diferentes classes sociais que os disputam, relegando a um segundo plano as classes mais pobres da sociedade e aumentando a precariedade da forma como vivem, sem que o Estado consiga de alguma maneira intervir.

As cidades enquanto espaços marcados desde o princípio por diferenciação de classes dificulta a relação das pessoas com a cidade, principalmente reduzindo os espaços públicos, onde as interações sociais podem ocorrer de forma justa e coletiva.

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram que a desigualdade de renda ainda é bastante acentuada no Brasil, apesar da tendência de redução observada nos últimos anos. Embora a média nacional de rendimento domiciliar per capita fosse de R\$ 668 em 2010, 25% da população recebiam até R\$ 188 e metade dos brasileiros recebia até R\$ 375, menos do que o salário-mínimo naquele ano (R\$ 510). Ou seja, o Brasil se

⁷ Uma vez que a desigualdade social tem origem nos processos da relação entre as pessoas na sociedade. Diferencia o status e a classe social de uma pessoa ou um grupo. Interferindo no modo e qualidade de vida como, por exemplo, na liberdade de expressão, no acesso distinto aos direitos e as oportunidades, acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia e saneamento básico.

mostra um país desigual, onde grande parte da população ainda sofre com os impactos trazidos pelo processo de transformação político-econômico que houve no Brasil na década de 80. Reforçando a concepção marxista do entendimento de que a sociedade é constitutiva do mesmo, da concepção da dialética exclusão/inclusão reforçando a ideia de que o sofrimento ético-político se situa em uma sociedade complexa, conflituosa, especificamente na vivência dos sujeitos no processo de luta de classes.

Sawaia (2007, p. 109) define de ético-político o sofrimento determinado pela situação social dos sujeitos. Ou seja, um sofrimento que não é da ordem dos desajustamentos individuais, mas, "que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano". Segundo a autora, o desemprego, as dificuldades de retorno ao mercado de trabalho, a falta de moradia ou a perda de contato com a família, conduz a marginalização/exclusão, e esta produz sentimentos que causam dor (Sawaia, 2007 p. 7).

2.2 O que é violência urbana

“Uma tarefa utópica, se não impossível”: assim descreveu Body-Gendrot a tarefa de escrever sobre a violência urbana (1995, p. 525). Como concluiu Muggah (2012, p. 19), “não há uma definição acordada” de violência urbana. Isso não é surpreendente: o mesmo ocorre com as noções de violência e urbana.

A violência - um conceito que constantemente oscila entre o físico e o estrutural, o visível e o invisível, o natural e o social, o institucional e o criminal - ainda está subteorizada nas ciências sociais (Kilby, 2013; Springer e Lebillon, 2016).

2.2.1 A ‘violência’ na violência urbana

Em seu clássico “*Urbanism as a Way of Life*” (Urbanismo como Modo de Vida), Wirth (1979, [1938]) sistematizou uma série de equações que ainda são válidas. Assim, o tamanho, a densidade e a heterogeneidade peculiares das cidades implicam que as

relações urbanas enfraquecem naturalmente os laços sociais (pré-urbanos), proporcionando um ambiente fértil para a violência.

Essa visão da cidade como indisciplinada e caótica (atualmente, geralmente, empregada para posicionar as megacidades “desordenadas”, “frágeis”, “selvagens” ou “fracassadas” do Global Sul na parte inferior do gráfico evolutivo urbano) naturaliza a violência como um fenômeno socialmente exógeno a ser controlado por meio da ordem e do controle (Rodgers, 2010). Não apenas essa posição é questionável empiricamente (cidades quantitativamente semelhantes têm padrões de violência muito diferentes), no entanto, também é falha no nível conceitual (e político): ela ignora até que ponto a violência é endógena aos processos socioespaciais que produzem o urbano, a política que busca certos tipos de ordem e controle, e assim o papel que questões de poder, acesso, infraestruturas e regulamentações desempenham na formação de seu impacto assimétrico e estratificado.

A colocação da violência fora das formas sociais ou, de acordo com Clastres (2010 [1980], p. 254), a sua compreensão como “a não-essência, o não-ser da sociedade”, é uma poderosa matriz conceitual que ainda fundamenta o pensamento político ocidental. Teorias políticas muito diferentes, como as de Rousseau, Hobbes, Locke ou Bentham, também se baseiam na ideia de um processo civilizador que, por meio de alguma forma de monopólio institucional da força (seja um Leviatã, vontade geral ou lei), visa gradualmente expurgar a violência (direta, física) do *socius* (por exemplo, Weber, 1930 [1905] e Elias, 2012 [1939]).

Seguindo Springer (2009), essa lógica pode ser observada hoje na maneira como, “ao se orientar como um projeto ‘civilizador’, o neoliberalismo, como discurso, fabrica ativamente o falso reconhecimento de suas violências, posicionando-se como a única providência da não-violência” (p. 32). O pensamento crítico desafiou tanto a suposição da violência como externa à sociedade como o seu enquadramento reducionista como meramente direto, físico e visível.

Primeiro, mostrando que a violência é de fato consubstancial com o próprio surgimento das formações sociais, da racionalidade e das instituições político-jurídicas (Benjamin e 1986 [1921]; Derrida, 1990 e Sposito, 1998). Em segundo lugar, abordando o funcionamento sistemático da violência por meio da noção de violência estrutural: ou seja, a violência produzida pelas estruturas econômicas, financeiras, legais, políticas -

bem como infraestruturas físicas (Graham; Marvin, 2001 e Rodgers; O'Neill, 2012). Uma violência, que pertence ao funcionamento impessoal do sistema e é, portanto, “silenciosa” (Watts, 1983) e “invisível” (Scheper-Hughes; Bourgois, 2004 e Farmer, 2004). Terceiro, ao explorar o papel dos discursos que cercam e alimentam a violência, por meio da noção de violência cultural: ou seja, a dimensão simbólica que legitima o impacto efetivo e afetivo da violência direta ou estrutural (Galtung, 1990 e Whitehead, 2004) e, assim, a naturaliza em relação às configurações assimétricas de regras e estruturas (Bourdieu, 1991).

Ziz'ek (2008) sistematizou essas concepções ao distinguir entre “violência subjetiva”, em relação à violência direta e física que é vista como uma perturbação do estado “normal” e pacífico das coisas, e “violência objetiva”, em relação à violência estrutural e cultural que é inerente a este estado “normal” das coisas. A violência objetiva, em outras palavras, sustenta, implicitamente, o padrão de nível zero em relação ao qual percebemos algo como violento subjetivamente, como o pano de fundo normativo em relação ao qual a violência direta, subjetiva e física é percebida como tal e recebe significado e importância de acordo.

A violência “nunca pode ser vista fora de sua própria estrutura, que opera em múltiplos níveis - históricos, retóricos e práticos” (Lawrence; Karim, 2007, p. 8), e é a partir da interação entre essas dimensões que a violência é (re)produzida. Daí a necessidade de desenvolver uma perspectiva geográfica apropriada, de fato urbana, sobre a violência, “abordando como a violência molda o espaço, entendido em seu amplo sentido político e processual, e como o espaço molda a violência para além da forma instrumental de analisar padrões espaciais para ajudar a ‘explicar’ a violência” (Springer; Le Billion, 2016, p. 1).

No entanto, as definições convencionais de violência urbana na mídia e na política são ou redundantes (não indicam uma diferença qualitativa em relação a outras definições de violência) ou redutivas (a violência é reduzida às suas ‘manifestações’ diretas, claramente identificáveis e estatisticamente mensuráveis) (Moser, 2004).

2.2.2 A ‘urbanização’ na violência urbana

O termo urbanização foi cunhado pela primeira vez por Ildefons Cerdà há cerca de 150 anos. No meio da crise urbana na era da revolução industrial, Cerdà viu a cidade como uma forma política historicamente contingente que se tornara insalubre, corrupta e anacrônica. Para ele, a saída era acabar com a “cidade” em si e concentrar-se em vez disso no que ele via como o fato trans-histórico, “natural e imanente da coabitação humana”: urbanização (Cerdà, 1867).

A política urbana deveria ser entendida, portanto, como uma questão a política de gestão baseada na circulação. Como a cidade estava prestes a se tornar a máquina produtiva do capital, a circulação de pessoas, dinheiro e mercadorias precisava ser funcionalmente fluida, além de protegida contra qualquer interrupção técnica ou política (por exemplo, protestos) (Adams, 2014).

Apesar de sua conotação a-histórica, a noção de urbanização de Cerdà expressava, em síntese, a forma urbana do capital, uma que só ganharia plena realidade ontológica em uma contingência histórica e geográfica específica, ou seja, quando o urbano se expandiria para a urbanização, um processo global de redes e fluxos - e especialmente da interseção dos circuitos primários (produção e comércio) e secundários (o ambiente construído) do capital, conforme a espacialização da teoria da acumulação de Harvey (1978) - do qual a cidade individual é apenas um nó (Cunningham, 2008). Esse foi o panorama teorizado por Lefebvre ao descrever a fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano produzido pelo capital, na direção do que ele chamou de “planetarização do urbano” (1974; 2014 [1989]).

A ideia de que o urbano supera a condição espacial da cidade e assume uma escala planetária está no cerne das teses sobre urbanização de Brenner (2013) que propõem superar a compreensão estática do urbano como uma unidade delimitada, coerente e discreta, olhando para sua concentração simultânea em aglomerações cada vez mais densas, bem como prolongamentos em outros “lugares, territórios e escalas” (p. 95). Essa tese, desenvolvida posteriormente por Brenner com Schmid em uma série de trabalhos muito debatidos, apela para a compreensão do urbano como um processo geográfica e historicamente contingente: urbanização planetária.

Em certa medida, a tese segue de forma bastante coerente, se não muito original, o caminho das reflexões críticas sobre a urbanização capitalista, traçado de maneira diferente por pensadores como Lefebvre, Castells, Harvey e Soja. Suas reivindicações e

generalizações aparentemente grandiosas, juntamente com uma tendência a destacar a economia política como a lente privilegiada para entender o urbano, receberam várias críticas (por exemplo, SHAW, 2015 e WALKER, 2015 e MCLEAN, 2018).

Admitidamente, concordamos com algumas das críticas mencionadas, especialmente aquelas que advogam a necessidade de integrar completamente, em vez de simplesmente anexar, tendências recentes sobre urbanismo afetivo, relacional e mais do que humano (Pavoni, 2018). Ainda assim, acreditamos que a tese da urbanização planetária tem um valor particular do ponto de vista de sua crítica à tese da “era urbana”. Esta última, promovida por instituições internacionais, tornou-se em âmbitos acadêmicos, políticos e jornalísticos uma “metanarrativa onipresente” por meio da qual o discurso urbano é implicitamente ou explicitamente enquadrado (Brenner e Schmid, 2013, p. 4).

Nesse sentido, a urbanização é retratada como um movimento dramático de pessoas do rural para o urbano, uma dicotomia convenientemente naturalizada para permitir a “compreensão” do processo por meio de estatísticas quantitativas. Curiosamente, o discurso sobre a violência urbana parece ser orientado por uma metanarrativa igualmente tendenciosa: ou seja, a conceituação da violência como uma ocorrência natural de lugares específicos e delimitados (ou seja, cidades), observável por meio de estatísticas precisas (essencialmente: homicídios), onde é traçada a hierarquia de cidades “violentas” ao redor do mundo. Em outras palavras, como a violência na cidade é assumida como uma consequência natural da condição de coabitação urbana, o aumento atual da violência é considerado um resultado natural do crescimento urbano.

Essa ideia, já presente na escrita dos primeiros teóricos urbanos, ainda está vivo e ativo hoje (Rodgers, 2010). Por outro lado, o argumento de Brenner e Schmid quanto à teoria urbana ressoa diretamente com o apelo de Tyner e Inwood (2014) para não assumir a violência como um conceito trans-histórico e trans-geográfico, e sim explorá-la como “produzida por, e produzindo, modos de produção socioespaciais contingentes” (p. 771). Propomos unir esses argumentos para uma compreensão processual tanto da violência (Lawrence; Karim, 2007) quanto do urbano (como urbanização), a fim de elaborar uma compreensão da violência urbana capaz de superar os preconceitos estáticos e centrados na cidade.

A propósito, isso deve ser feito sem simplesmente “ênfatizar as supostas propriedades únicas das megacidades ‘sulistas’” (Brenner; Schmid, 2015, p. 4), o

contexto de escolha para estudos sobre violência urbana. Embora um conhecimento superficial das estatísticas globais de crimes veja isso como algo não surpreendente, existe o risco de reduzir a violência urbana a um problema específico das cidades “fracassadas”, “selvagens” (Norton, 2003 e Kilcullen, 2013) ou “frágeis” (Savage; Muggah, 2012 e 2014) do hemisfério sul, ignorando assim sua dependência de um processo mais amplo de urbanização e das relações globais de desenvolvimento desigual e pós-colonização.

Embora a abordagem estatística e baseada em locais possa indicar menos violência nas cidades do hemisfério norte, olhar para o processo de urbanização pode mostrar até que ponto elas participam ativamente na produção da violência urbana por meio das múltiplas escalas pelas quais o processo global de urbanização capitalista é atualizado. Na verdade, podemos interpretar o próprio discurso da “ferocidade”, com sua tentativa de reposicionar a violência como um problema de urbanização descontrolada no Sul, como um sintoma da crescente ansiedade da sociedade global de risco, na medida em que assume “a organização da violência [...] como uma questão problemática de governo no meio das desordens criadas pela ‘urbanização planetária’” (Valayden, 2016, p. 8).

Estamos cientes de que a urbanização capitalista não deve ser fetichizada: pode ser um processo cada vez mais planetário, mas está longe de ser homogêneo, uma vez que é sempre atualizado por meio de relações espaço-históricas concretas e contingentes, ou seja, “por meio de processos complexos de instanciação, nos quais as singularidades de lugar e história são reconfiguradas experimentalmente em articulações não resolvidas com entornos maiores” (Simone, 2016, p. 8).

Portanto, precisamos de uma lente bifocal, direcionada simultaneamente para a dimensão planetária do processo violento de urbanização e para a configuração socioespacial que ele pressupõe, bem como para as relações materiais e afetivas (atmosferas) pelas quais essa forma é concretamente realizada no espaço urbano. Essa abordagem pode nos fornecer um quadro sob o qual estudar simultaneamente o processo pelo qual a violência urbana se prolifera e as formas específicas pelas quais ela passa a ser percebida, experimentada e vivida na área urbana.

Na próxima seção, sugerimos que essas relações são (re)produzidas no âmbito das lógicas de segurança e concentram-se nas configurações afetivas do medo como uma

lente fundamental por meio da qual a relação coessencial entre segurança, violência e o urbano pode ser desdobrada.

2.2.3 Violência urbana em meio a atmosferas de medo

A discussão sobre violência urbana parece ser orientada por uma busca comum: a tentativa de tornar a violência visível, seja por meio do inventário de suas manifestações físicas, da análise de suas instâncias estruturais ou da desconstrução de suas representações discursivas.

Na última seção, defendemos que, para que a violência urbana seja um conceito eficaz, essas dimensões (e sua interação) devem ser enquadradas de forma dinâmica em relação à urbanização como um processo planetário. Como essa interação é concretamente atualizada no espaço urbano? “O que está”, como Simone (2016, p. 8) pergunta, “entre as características peculiares e idiossincráticas das cidades e regiões urbanas e a urbanização em escala planetária?”. Como a violência da urbanização capitalista ocorre, moldando e sendo moldada pela realidade material e afetiva das experiências urbanas cotidianas? São essas as questões abordadas nesta seção.

Body-Gendrot (1995, p. 525) observa que a violência urbana deve ser explorada na “interação entre representações e a realidade que as pessoas experimentam em determinados ambientes urbanos”. Concordamos com essa sugestão, desde que seja interpretada em sua extensão radical, superando a distinção ontológica entre representação e realidade, palavras e mundos.

Esse é talvez o *insight* mais precioso trazido para a teoria urbana pelos recentes “guinadas” nas ciências humanas (por exemplo, espaciais, relacionais, afetivos, materiais, pós-humanos), desdobrando uma densa ecologia de estruturas, representações e corpos que se unem e se mantêm nas configurações sócio-materiais, normativas e afetivas por meio das quais o urbano é “sintonizado” (Anderson; Mcfarlane, 2011 e Pavoni, 2018). Esses insights representam um desafio adicional à tese da “era urbana” e à sua caracterização reducionista do urbano como uma mera questão de (habitação humana), abrindo o campo para uma série de outras entidades, práticas e relações que constituem o urbano, e assim a possibilidade e a realidade da violência urbana.

Essa inspiração permite complexificar a estratificação linear da violência de Galtung (1990, p. 1995) – “um fluxo causal da cultura, via estrutural, até a violência direta” - explorando a maneira como as representações e narrativas de violência estão incorporadas e sedimentadas na materialidade do urbano. Para esse fim, a noção de atmosfera parece particularmente apropriada.

Consideradas como resultantes do “encontro de pessoas, edifícios, tecnologias e várias formas de vida não humana em configurações geográficas específicas” (Conradson; Latham, 2007, p. 238), as atmosferas tornam explícito como o espaço é coproduzido na interseção entre estruturas, representações e experiência (Lefebvre, 1974 e Sloterdijk, 2004). O pensamento atmosférico ajuda a prestar atenção às configurações emergentes (contingentes) e estratificadas (históricas) de afetos, emoções e sentimentos, bem como à forma como eles são utilizados para fins políticos, econômicos ou de segurança (Philippopoulos-Mihalopoulos, 2015).

Contra o argumento de Brenner *et al.* (2011), focar nesses conjuntos afetivos não implica reduzir o urbano a uma superfície atemporal e indiferenciada, ao “deslocar a investigação do desenvolvimento urbano capitalista” (p. 233). Na verdade, permite ajustar esta mesma investigação, envolvendo-se com processos e relações planetárias, abstratas e também “mais do que humanas, ao mesmo tempo em que se mantém atento a como esses processos e relações podem ser potencialmente percebidos em corpos em movimento” (McCormack, 2008, p. 414). Para explicar como esse conceito pode ser mobilizado em relação à violência urbana, é à segurança que vamos nos voltar.

“Nenhuma representação da violência existe separada de seu oposto retórico ou contraparte sublimada” (Lawrence; Karim, 2007, p. 10). Em outras palavras: nenhuma manifestação de violência urbana existe separada de sua contraparte urbana sublimada, ou seja, um espaço urbano purificado da violência. Não se trata apenas de uma oposição dialética, essa relação situada historicamente pode ser atribuída ao próprio surgimento da urbanização capitalista. Como Foucault (2009) destacou, o advento da forma urbana moderna (capitalista) está ligado à “questão da abertura espacial, jurídica, administrativa e econômica da cidade: reposicionar a cidade em um espaço de circulação” (p. 13). Como o mercado livre exige uma circulação simultaneamente livre e segura, é vital que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados (Foucault, 2009): segurança e liberdade estão profundamente entrelaçados no cerne do projeto do liberalismo; mais

precisamente, a segurança emerge como um problema urbano peculiar na era da urbanização capitalista, na forma de uma neutralização pós-política da violência destinada a moldar o espaço urbano em um espaço de segurança (Neocleous, 2008).

Independentemente do realismo pragmático que frequentemente caracteriza as estratégias de segurança, na verdade, o discurso contemporâneo de segurança é elaborado como um esforço para “comunicar” a segurança promovendo a promessa de segurança absoluta (Boyle; Haggerty, 2009). Tanto nas promessas de “erradicar o terrorismo” (François Hollande) “da face da Terra” (Donald Trump) que regularmente seguem os ataques terroristas, quanto em declarações mais prosaicas de “tolerância zero”, a segurança é projetada como uma totalidade espaço-temporal, um futuro no qual a violência é “perseguida em todos os lugares” (Vladimir Putin) e a utopia da “segurança absoluta” supostamente se torna realidade.

Embora a segurança tenha obviamente dimensões diretas e estruturais de violência, como inúmeras denúncias, testemunhos e relatórios lembram diariamente, é na esfera simbólica, como sugere Sützl (2009) que a segurança é mais abrangente. Por definição, a segurança requer a garantia para si mesma do uso legítimo da violência para funcionar - à segurança, segundo Agamben (2001), é concedida um *status* permanente de exceção da própria ordem político-legal que se destina a proteger. Para que isso seja possível, a segurança deve ser constantemente legitimada e justificada por seu alegado oposto, ou seja, a insegurança, e seus adversários, ou seja, a violência e o medo da violência.

No entanto, isso é inerentemente contraditório. Como Anderson (2009, p. 229) explica, “nunca poderemos acabar com a segurança porque isso depende de invocar o futuro de uma maneira que perturba e desabrocha no aqui e no agora”. Uma vez que a “erradicação da violência” é postulada como objetivo, uma normalidade é projetada sobre o social em relação à qual qualquer variação é apontada, em uma circularidade auto realizável que não encontra fim (Lianos; Douglas, 2000).

Logicamente, porque o medo está presente, o risco está no futuro: como Massumi (2005, p. 35) explica, “uma ameaça é apenas uma ameaça se mantiver uma indeterminação. Se ela tem uma forma, não é uma forma substancial, mas uma forma temporal: uma futuridade”. O risco (de violência) é um potencial sempre presente, cuja própria potencialidade deve ser constantemente desativada e neutralizada e, no entanto,

devido ao seu caráter radicalmente desvinculado, constantemente reproduz a insegurança no presente (Beck, 2002): fenomenologicamente, como as “geografias desvinculadas” (Rodgers, 2004) de cidades como Joanesburgo, Manágua ou Porto Alegre mostram, pois qualquer tentativa de erradicar a violência dos confortos isolados dos subúrbios fechados, shoppings e outras bolhas blindadas apenas reforça a percepção do exterior como ameaçador e inseguro (Pavoni, 2011; Zeiderman *et al.*, 2015; Tulumello, 2017); estruturalmente, porque a busca por imunizar o espaço da (o medo da) violência se intersecta com as assimetrias socioeconômicas do urbano, ou seja, inevitavelmente está ligada a excluir (e, portanto, gerar mais violência contra) aqueles que não podem pagar para entrar em tal “continente artificial animado pelo conforto” (Sloterdijk, 2013, p. 195).

O espetáculo da segurança, segundo Debord (1994 [1967]), não é apenas uma ideologia a ser desconstruída, mas uma “Weltanschauung que foi atualizada, traduzida para o reino material – uma visão de mundo transformada em uma força material”: nomeadamente, a atmosfera de medo que, por sua vez, promove (e justifica) a violência aqui e agora.

Que o medo “satura” o discurso da política urbana (Sandercock, 2002) é inquestionável. Embora, como argumentam Bannister e Fyfe (2001, p. 810), “a história e a geografia da cidade possam ser lidas como uma série de intervenções no espaço urbano concebidas para abordar uma série de medos e ansiedades”; este é particularmente o caso na chamada era da informação, em que a velocidade e a escala da circulação de representações e discursos em torno de tais medos e ansiedades são dramaticamente ampliadas.

Neste contexto, como muitos sugerem (Allen, 2006; Adey, 2014 e Pavoni, 2018), é a própria atmosfera urbana que a segurança procura cada vez mais assegurar, na tentativa de depurar a cidade de qualquer “perturbação”. Se, de acordo com o famoso aforismo foucaultiano, o “nascimento da biopolítica” implicava que todos os aspectos da vida se tornariam preocupação do governo (desde o soberano que “deixa viver e faz morrer” até ao governo que “faz viver e deixa morrer”), é por meio de um discurso abrangente, e cada vez mais atmosférico, de segurança que essa integração é realizada (Graham, 2012 e Battistelli, 2013). É neste sentido que podemos estabelecer uma ligação entre a interação sócio-histórica entre violência, segurança e urbanização e sua

atualização material e afetiva na cidade – um elo que a noção de conforto encapsula adequadamente.

Nesse contexto, como muitos sugerem (por exemplo, Allen, 2006; Adey, 2014 e Pavoni, 2018 p. 12), é a própria atmosfera urbana que a segurança busca cada vez mais assegurar, na tentativa de depurar a cidade de qualquer 'perturbação'. Se, de acordo com o famoso aforismo foucaultiano, o 'nascimento da biopolítica' implicava que todos os aspectos da vida se tornariam preocupação do governo (do soberano que 'deixa viver e faz morrer' ao governo que 'faz viver e deixa morrer'), é por meio de um discurso abrangente, e cada vez mais atmosférico, de segurança que essa integração é realizada (por exemplo, Graham, 2012 e Battistelli, 2013, p.13). É nesse sentido que podemos relacionar a interação histórica e social entre violência, segurança e urbanização com a sua manifestação concreta e afetiva na cidade - uma conexão que a ideia de conforto descreve de forma apropriada.

Com Sloterdijk (2013), o conforto surge como uma categoria-chave da política urbana, uma vez que se torna cada vez mais crucial organizar a vida urbana em interiores tecnológicos, normativos, afetivos e físicos, ou seja, espaços, relações e práticas seguras, mercantilizadas e de entretenimento, a partir das quais o risco e a incerteza são eliminados. Neste contexto convergem questões de segurança, entretenimento e conforto (Pavoni, 2017).

Nas sociedades de conforto, a violência é retoricamente oposta a um direito fenomenológico de estar confortável, que por sua vez é enquadrado em referência a estados como “paz de espírito” e “ausência de medo”, a serem alcançados através de vários meios (discursivos, tecnológicos, legais etc.) (Graham, 2011). Consequentemente, as categorias nas quais as 'manifestações' de violência urbana podem ser incluídas se expandem, justificando os mecanismos (diretos e estruturais) que são implementados para reprimi-las. Isto inclui todas as características que Mitchener-Nissen (2014, p. 76) chama de “danos que não são crimes” (ou seja, medo do crime, sentimento de insegurança).

No contexto da legislação sobre comportamento antissocial no Reino Unido, a questão crucial não é a ofensividade do comportamento que causa assédio, alarme ou angústia, mesmo quando o comportamento em si é ofensivo. O verdadeiro problema reside na ameaça subjacente ao senso de segurança das outras pessoas (Ramsay, 2008). Em outras palavras, o foco está no grau em que esse comportamento gera insegurança e,

consequentemente, medo. Segundo Lourenço (2012, p. 159): “o sentimento de insegurança é essencialmente urbano”, embora essa afirmação possa parecer uma forma de “fetichismo espacial” (Brenner, 2018), ou seja, a suposição de que a habitação urbana, devido ao anonimato, impersonalidade, anomia e conflitos, naturalmente propicia a insegurança, ela assume uma natureza diferente quando examinada a partir de uma perspectiva sócio-histórica. Essa perspectiva considera a intrincada relação histórica entre a forma como a violência é (re)produzida, tornada visível e governada na cidade contemporânea.

Num primeiro nível, o aumento contemporâneo do medo no espaço urbano pode ser lido como o surgimento de uma “insegurança ontológica” mais geral ligada à crescente precariedade (existencial, económica, ambiental) produzida pelas deslocções desiguais da urbanização capitalista (Lees *et al.*, 2015). Num nível mais profundo, contudo, argumentamos que isto está ligado à articulação específica que o nexu violência-segurança assume no contexto urbano contemporâneo. Neste sentido, os sentimentos (generalizados e crescentes) de insegurança, em vez de serem meramente valorizados como “racionais” ou “irracionais” face aos riscos reais de vitimização, podem ser lidos como a expressão dessas mesmas atmosferas de medo que são produzidas, por um lado, pelas desigualdades estruturais da urbanização capitalista e, por outro, pelo esforço permanente, embora delirante, (neoliberal) de securitização.

O esforço para confinar ou neutralizar a violência (direta) leva à proliferação da violência estrutural e cultural, que se materializa violentamente na cidade sob a forma de atmosferas generalizadas de medo. Isso sugere que a violência pode estar presente na área urbana mesmo quando não é real, como um potencial atmosférico, isto é, que sempre ameaça realizar-se de forma assimétrica ao longo de divisões de raça, género, etnia e assim por diante (Bissell, 2010). É evidente como isso vai além de uma mera percepção subjetiva e, em vez disso, precisa ser enquadrado dentro de uma evolução mais ampla da estética física e afetiva da área urbana no contexto da urbanização capitalista, como um resultado do a vida cotidiana urbana é remodelada em configurações socioespaciais nas quais a violência da repressão e exclusão se torna sorrateiramente possível, ou não, em atmosferas de medo impalpáveis, mas absolutamente materiais.

2.3 Crime e criminalidade

Partindo do princípio de que Estudos preliminares⁸, evidenciam que as famílias que vivem em situação de exclusão social são mais suscetíveis a presenciarem quadros de violência. Podemos já perceber que existe então uma consubstanciação entre desigualdade social e violência.

Outro estudo que contribui com a temática é o Boletim Segurança Pública que foi conduzido pelos professores Luciano Nakabashi e Amaury Gremaud, e pelos mestrados André Menegatti e Nicolas Scaraboto, da FEA-RP, que analisou dados dos municípios paulistas de 2010 e 2019. Que mostrou que

A correlação dos dados Gini [medida de desigualdade e concentração de renda] com os indicadores de segurança pública apontam uma relação proporcional: quanto maior a desigualdade, maior o índice de criminalidade. "A desigualdade de renda coloca para a margem do sistema produtivo parte da população, favorecendo, por sua vez, a realização de atividades ilegais como forma de sobrevivência" explicam os pesquisadores. (L. R., Assistência de Comunicação da FEA-RP 2020).

Do ponto de vista da sociologia, a criminalidade pode ser separada em violenta ou não violenta. Como já citamos acima, mas não é demais salientar, é que fatores de ordem econômica, como a desigualdade social e a falta de oportunidades, podem ser impulsores para o comportamento criminoso, em especial o violento.

Nesse sentido, é importante para nossa reflexão o entendimento de que violência e criminalidade não são sinônimas, pois “enquanto a violência é constrangimento físico ou moral, a criminalidade é a expressão dada pelo conjunto de infrações que são produzidas em um tempo e lugar determinado, é o conjunto dos crimes” (Araújo, 2017, p. 5).

O conceito de crime, em seu critério legal, pode ser encontrado no artigo primeiro da Lei Introdução do Código Penal (DECRETO-LEI N. 9.914/41):

⁸ OMS. Relatório Sobre a Saúde no Mundo. Saúde Mental: Nova Conceção, Nova Esperança. Genebra: Organização Mundial de Saúde; 2001.

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente (BRASIL, 1941, s.p).

Os crimes violentos são aqueles que intentam contra a vida, a integridade física e o patrimônio. São classificados em: crimes contra o patrimônio (propriedade) e crimes contra a pessoa. Conforme o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) são considerados crimes violentos: homicídios e estupros tentados e consumados, extorsão mediante sequestro, latrocínio, roubo à mão arma, roubo sem arma, sequestro e cárcere privado. No Art. 14 do Código Penal, diz crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; e tentativa quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. O parágrafo único do referido artigo declara que a punição da tentativa de crime se dá com a imputação da pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

Segundo Pino (2007, p. 768), a criminalidade

(...) pode ser conceituada como sendo o conjunto de crimes cometidos em um determinado espaço”, nesse sentido (...) crime é um conceito de natureza legal que, em si mesmo, significa apenas um ato de transgressão da lei penal, o que sujeita seu autor a penas legais variáveis segundo as sociedades.

Ou seja, crime é um conceito jurídico, que se refere a violência compilada na legislação penal. Mas precisamos compreender que, nem toda manifestação de violência é considerada crime.

Outro fator é o que não podemos relacionar a violência (ato criminoso) a determinado grupo social, como por exemplo, dizer que só existe crime na favela. Pois o crime é um fato social presente em todas as camadas da sociedade: classe alta, classe média e classe baixa, e se apresenta em diversas formas, tais como: o tráfico de drogas, roubo, estupro, homicídio, violência doméstica, brigas de trânsito, corrupção entre outros.

O estudo da criminalidade e violência é bastante antigo, mas muitas dessas discussões ficavam restritas ao campo da Sociologia, da Criminologia e da Antropologia,

principalmente. No entanto, a Geografia, enquanto uma ciência humana, cujo objetivo encontra-se consolidado na análise das relações sociais no espaço geográfico, passou a se preocupar com problemáticas relacionados à violência. Félix (2002 p.67) ressalta que “o Homem, ligado a um contexto socioespacial, é o principal objeto de estudo da Geografia Humana, e o seu bem-estar e a sua qualidade de vida também deve ser o foco de investigação geográfica.”

Com isso, partindo do entendimento que a nossa sociedade é complexa e está em constante transformação, pode-se analisar alguns fatores que podem ser ocasionadores da criminalidade e violência, como: fator econômico, exclusão social, atrelado ao fato das políticas sociais de cunho neoliberal e de problemas que não tenham sua atenção integral.

Aqui devemos ainda levar em consideração que a infraestrutura deficiente em educação, prejudica a formação dos jovens, principalmente, os de baixa renda, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho, a precariedade da saúde, saneamento básico e moradia, também são fatores que impulsionam a entrada do sujeito no mundo do crime.

Marx (1983) nos traz que o aspecto mais importante do crime, no contexto social é a sua função;

O crime tira do mercado de trabalho uma parte supérflua da população, e assim reduz a competição entre os trabalhadores; até o ponto em que previne os salários de caírem abaixo de um mínimo, a luta contra o crime absorve uma outra parte dessa população Marx (1983, apud Fernandes, 2002, p. 281).

O presente trabalho abordará a questão da violência e sociedade, partindo da análise das violências existentes no bairro Jardim Canã e loteamentos que o compõe em Uberlândia-MG, averiguando as possíveis correlações entre os aumentos das taxas de criminalidade com o intenso processo de urbanização por área demográfica, identificando seus diferentes tipos e ocorrências e como esse fato interfere no dia a dia dos moradores.

Isso pois, como afirma Souza (2008, p. 8) “[...] violência e a insegurança chegaram ao ponto de influenciar decisivamente a vida diária, os padrões de circulação no espaço e mesmo o habitat e as formas espaciais”. Cita ainda que há um entrecruzamento entre medo e cidade, formando o que ele chama de “fobópole”, a “cidade do medo”, ou seja, “[...] uma cidade dominada pelo medo da criminalidade”. (Ibid., p. 9). Assim, tanto o medo quanto a violência “[...] vêm cada vez mais se apresentando como

fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas cidades”. (Ibid., p. 13).

O esse sentimento de insegurança, dentro do próprio território, onde as relações sociais deveriam ser de proteção, pode modificar a dinâmica da vida do sujeito, transformando a realidade cotidiana de determinada população. Inclusive privando os cidadãos de usufruírem de locais públicos como já citado, parques, praças, entre outros.

A Professora Luzia Fátima Baiertl⁹, em seu livro “Medo Social: da violência visível ao invisível das violências”, nos apresenta cuidadosamente reflexões analíticas sobre algumas questões que impactam no nosso cotidiano. A violência e o medo são algumas. Parte-se do pressuposto de que a violência, manifestada das suas mais diversas formas, também afeta de modo distinto o cotidiano e a vida da sociedade. E o medo, produzido e construído através das múltiplas formas de como a violência se mostra, pode alterar drasticamente as relações entre os indivíduos, normas e padrões de educação, de vivência e produz um novo padrão de segregação urbana.

É fato, portanto, que a violência afeta a vida na sociedade de modo em todas as direções. Mas quando suas consequências incidem sobre o cotidiano e a qualidade de vida da população de determinado local, uma vez que traz impactos diretos sobre o valor do uso do solo de uma determinada região, seja pelo medo e insegurança em suas próprias residências, ou delimitando espaço e tempo para uso social, privando os moradores do direito do bem público a qual tem direito. Se faz necessário atenção.

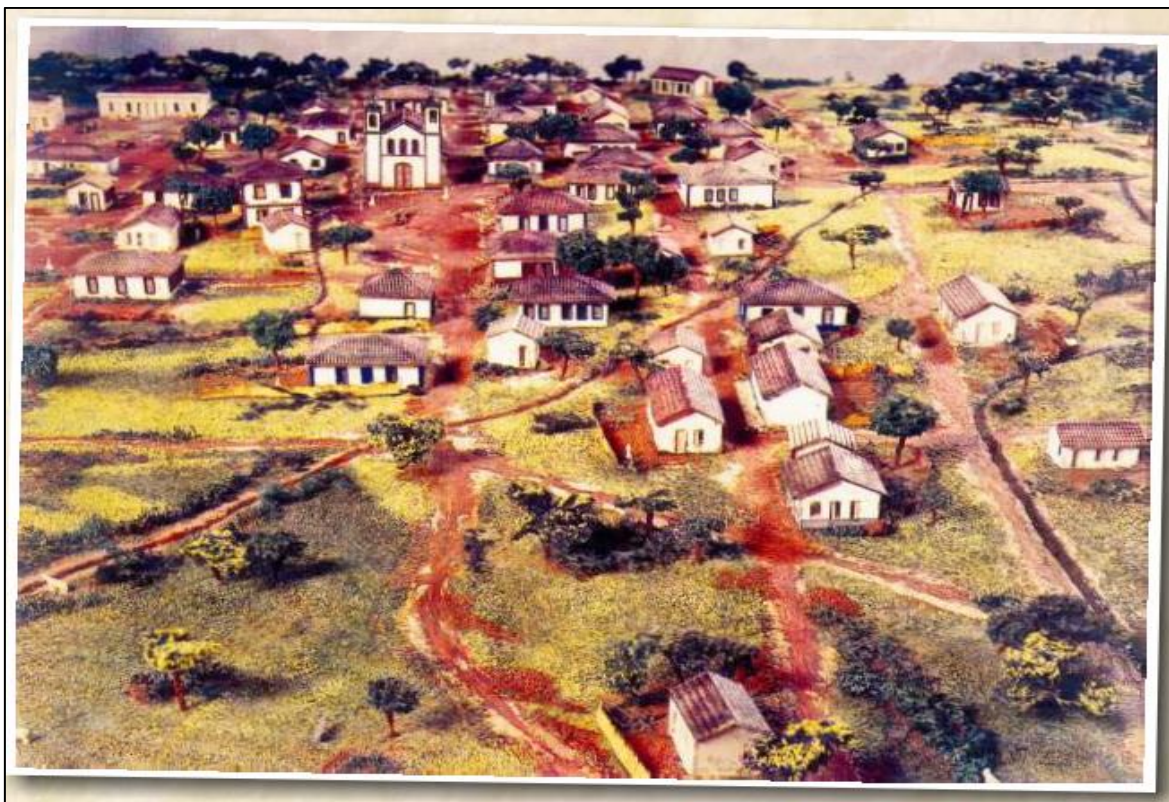
O espaço público é de todos e para todos, dessa forma analisar a percepção da população de determinado local que, está limitada a usufruir um espaço público destinado a atividades coletivas, por medo ou insegurança, se faz necessário para além da garantia de qualidade de vida, mas também como subsídio para criação de políticas públicas, sejam no âmbito da prevenção à criminalidade, no âmbito do respeito ao meio ambiente, do direito do cidadão entre outros. Contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária. Enfim, com essa perspectiva é que afunilamos para nossa realidade, enquanto forma de representação de um local produzido socialmente, por isso mesmo, um espaço marcado por intensas desigualdades, sejam espaciais, sejam sociais.

⁹ BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. Cortez; 1ª edição, 2018.

2.3 Expansão Territorial e Violência Urbana: Uma Análise Geográfica e Social em Uberlândia – MG

Uberlândia é uma cidade localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, com um notável histórico de desenvolvimento e crescimento populacional. Fundada oficialmente em 31 de agosto de 1888, a cidade teve suas origens no século XIX, quando pequenos núcleos agrícolas e fazendas começaram a se estabelecer na região.

Figura 1 - Foto da maquete do arraial de Nossa Sra. do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, hoje o bairro Fundinho¹⁰



Fonte: Uberlândia, lugares e memórias, 2019¹¹²

¹⁰ O arraial recebeu, a partir de 1852, o nome de São Pedro de Uberabinha. Tornou-se município em 31 de agosto de 1888. Uberabinha passa a se chamar Uberlândia em 1929.

¹¹ Disponível em: [Cartilha Lugares e Memórias.cdr\(uberlandia.mg.gov.br\)](http://Cartilha Lugares e Memórias.cdr(uberlandia.mg.gov.br)) acesso em 01 junho de 2022.

¹² Disponível em: [Cartilha Lugares e Memórias.cdr\(uberlandia.mg.gov.br\)](http://Cartilha Lugares e Memórias.cdr(uberlandia.mg.gov.br)) acesso em 01 junho de 2022.

No início, seu crescimento foi impulsionado pela pecuária e agricultura, especialmente a produção de café, que desempenhou um papel crucial na economia da época. Com o tempo, a cidade diversificou sua economia, incorporando setores como comércio e indústria.

A partir da década de 1960, Uberlândia entrou em um período de rápido desenvolvimento, com a implementação de projetos de infraestrutura, incluindo a construção de rodovias que conectavam a cidade a outras regiões do país. Esse crescimento acelerado atraiu investimentos e empresas, impulsionando a industrialização e a urbanização da região. A expansão territorial foi notável, com a incorporação de áreas rurais e a formação de novos bairros e distritos. O setor imobiliário teve um papel fundamental nesse processo, acompanhando o aumento demográfico da cidade.

Com um crescimento demográfico constante ao longo das décadas, Uberlândia atraiu migrantes de várias regiões do Brasil, em busca de oportunidades de emprego e melhores condições

Universidade (UFU) também aumento estudantes e diferentes partes do

Atualmente, considerada uma das interior do Brasil,

Crescimento populacional		
Censo	Pop.	%±
1970	126 112	—
1980	240 967	91,1%
1991	367 061	52,3%
2000	501 214	36,5%
2010	604 013	20,5%
2022	713 232	18,1%

Censos demográficos do IBGE^{[33][34][1]}

de vida. A presença da Federal de Uberlândia contribuiu para o populacional, atraindo profissionais de país.

Uberlândia é principais cidades do com uma economia

diversificada e infraestrutura desenvolvida. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, a população estimada da cidade era de aproximadamente 700 mil habitantes, evidenciando o crescimento contínuo e dinâmico ao longo dos anos, sendo a segunda cidade mais populosa de Minas Gerais, distribuídos em sua área de extensão territorial de 4.115,20 km². Como pode ser observado na figura a seguir:

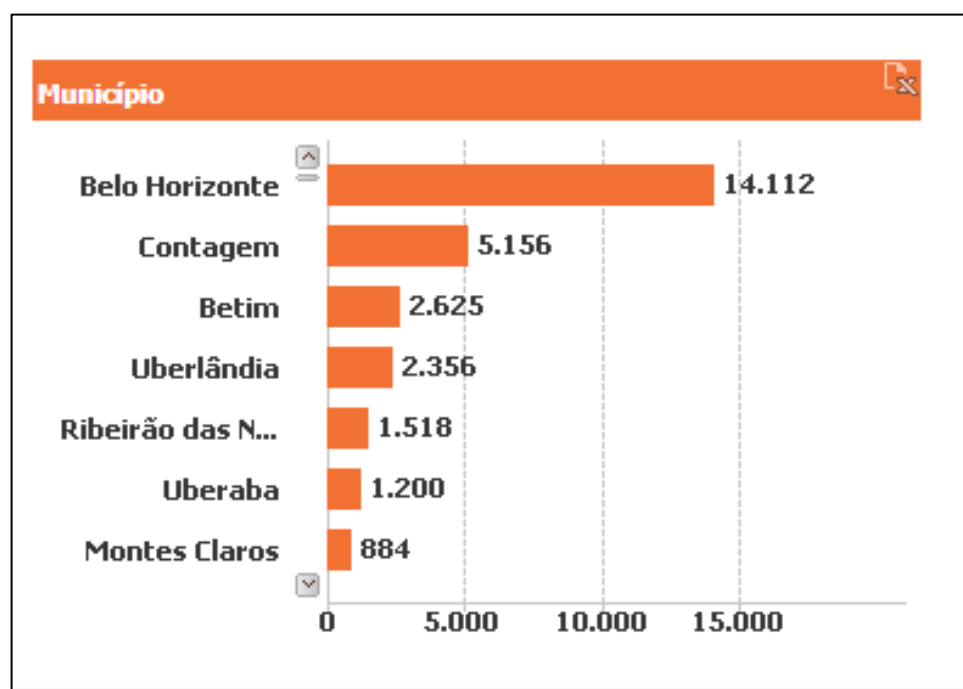
Figura 2 - Crescimento populacional de 1970 até 2022 da cidade de Uberlândia/MG.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Seu progresso contínuo reflete a capacidade da cidade de se adaptar às mudanças econômicas e sociais, consolidando-se como um importante centro urbano no cenário nacional.

Cabe ainda ressaltar que Uberlândia é a quarta cidade com maior registro de crimes violentos do estado de acordo com o Portal da transparência do estado de Minas Gerais¹³ (Figura 3) como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 3 - Registro de crimes violentos por cidades de Minas Gerais



¹³ Disponível em <https://www.transparencia.mg.gov.br/informacoes-socioeconomicas>. Acesso em 22 out. 2021.

Fonte: Registro de Eventos da Defesa Social (REDS) / SESP

Dessa forma, é possível compreender que a expansão territorial nas áreas urbanas frequentemente está atrelada a processos complexos que podem impactar a dinâmica social e, conseqüentemente, influenciar os níveis de violência urbana. Diversos autores de renome nos estudos da geografia humana e territorial fornecem insights valiosos para compreender essa relação.

Milton Santos, renomado geógrafo brasileiro, já citado anteriormente nesse estudo, destaca em suas obras a importância da compreensão do espaço geográfico como um palco de relações sociais. A expansão territorial, muitas vezes impulsionada por fatores como o crescimento demográfico e pressões econômicas, pode resultar em uma distribuição desigual dos recursos urbanos, contribuindo para a fragmentação e segregação socioespacial.

A expansão territorial desordenada, caracterizada por ocupações informais e falta de planejamento urbano adequado, é frequentemente associada à precariedade nas condições de moradia e acesso limitado a serviços básicos. Nesse contexto, Ana Fani Alessandri Carlos¹⁴, em seu livro Espaço Urbano e em outras de suas obras, ressalta a importância do entendimento da cidade como um espaço socialmente construído, onde as desigualdades territoriais podem se traduzir em desigualdades sociais. Essa obra assume uma natureza predominantemente metodológica, promovendo um esforço teórico para desvendar elementos e processos fundamentais na sociedade urbana, por meio de uma articulação entre os três níveis de análise da realidade: o econômico, o político e o social. A preocupação com a integração entre teoria e prática perpassa todos os capítulos do livro, refletindo a ideia de que os conceitos e noções emergem da prática humana e do dinamismo da realidade. Em outras palavras, a ciência se origina da prática, da atenção ao real em busca do possível. A reflexão sobre a realidade urbana da metrópole paulistana resulta na criação de conexões de pensamento capazes de esclarecer as contradições, oferecendo um caminho viável para compreender a sociedade urbana contemporânea.

A espacialidade das relações sociais adquire significado ao examinar a vida dos habitantes urbanos. Inspirada na concepção de Henri Lefebvre, que argumenta que as relações sociais são intrinsecamente relações espaciais, a autora leva adiante sua ideia de

¹⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço Urbano. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

que o espaço é simultaneamente condição, meio e produto da reprodução da vida, assim como do modo de produção capitalista. Essa abordagem aprofundada contribui para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais no contexto urbano.

No que diz respeito à violência urbana, David Harvey, um geógrafo marxista, discute a relação entre a segregação espacial e fenômenos violentos em suas obras, especialmente ao abordar as questões urbanas. Harvey¹⁵ argumenta que a segregação espacial, muitas vezes decorrente de desigualdades econômicas e sociais, contribui para a criação de ambientes propícios para a emergência de fenômenos violentos.

Ele destaca como a distribuição desigual de recursos, serviços e oportunidades nos espaços urbanos pode levar à formação de áreas marginalizadas e empobrecidas (Harvey, 2014 p. 57). Nessas regiões segregadas, a falta de acesso a serviços básicos, educação de qualidade e oportunidades econômicas pode criar condições propícias para o surgimento de problemas sociais, incluindo a violência.

Além disso, Harvey examina como o processo de gentrificação, no qual áreas urbanas de baixo custo são transformadas para atender a interesses mais lucrativos, pode deslocar comunidades inteiras, intensificando a segregação e gerando tensões que, por sua vez, podem se manifestar em formas de violência (Harvey, 2014 p. 15).

Suas análises frequentemente enfocam as dinâmicas do capitalismo e como elas moldam o desenvolvimento urbano desigual, impactando diretamente a vida das pessoas nos espaços urbanos.

Articulado a essas discussões, o Serviço Social tem sido historicamente parte integrante do processo de transformações das cidades. Como uma profissão de natureza interventiva, crítica e reflexiva, o Serviço Social abarca uma série de conceitos e princípios que se confrontam com a expansão territorial desordenada, a má distribuição de riqueza, as desigualdades sociais, entre outras questões.

A origem da profissão remonta à Europa, especialmente à segunda metade do século XIX, como uma resposta às condições sociais desafiadoras decorrentes da Revolução Industrial. Nesse período, a industrialização e urbanização crescentes

¹⁵ HARVEY, David Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana /David Harvey; tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

resultaram em pobreza, desigualdade social e marginalização de grupos vulneráveis, como trabalhadores urbanos, mulheres e crianças. Inicialmente, o trabalho social surgiu como atividades de caridade e assistência voluntária realizadas por organizações religiosas e filantrópicas.

No entanto, ao longo do tempo, essas práticas evoluíram para uma profissão formal, com a criação de escolas de Serviço Social e a profissionalização da prática, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. Durante o século XX, o Serviço Social expandiu-se globalmente, adaptando-se às necessidades específicas de diferentes contextos sociais, políticos e culturais. Atualmente, os assistentes sociais desempenham papéis variados, desde a prestação de serviços diretos à população até a formulação de políticas sociais e o ativismo comunitário. Além disso, a atuação do assistente social está relacionada à garantia de direitos sociais e políticas públicas, tais como saúde, assistência social, educação e habitação. A compreensão da história do Serviço Social está intrinsecamente ligada ao reconhecimento de sua estreita relação com as dinâmicas das relações sociais, emergindo como resposta às demandas decorrentes do avanço do capitalismo e suas complexidades.

A partir da década de 1980, houve uma incorporação significativa do referencial teórico marxista pelo Serviço Social, resultando em uma expansão notável na produção de conhecimento na área. Iamamoto (2015) desempenhou um papel fundamental ao destacar que o desenvolvimento do Serviço Social como instituição no Brasil está intrinsecamente relacionado ao avanço das relações capitalistas em nossa sociedade. Segundo a autora, a compreensão do significado histórico da profissão só se torna evidente quando consideramos sua inserção na sociedade, visto que ela se estabelece como uma instituição peculiar dentro e a partir da divisão social do trabalho.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (Iamamoto, 2009, p.5)

Deve ser considerado que, ao longo da história, muitas mudanças ocorreram, mas é crucial concordar com José de Paula Netto (2007, p. 155), quando ele ressalta que:

Nada mais alheio à minha argumentação do que pretender insinuar que o mundo não mudou desde 1845 – o que, antes de mais, seria um absurdo. Conquistas civilizacionais foram feitas; os trabalhadores, mediante árduas lutas, forçaram o reconhecimento de direitos políticos e sociais; o Estado burguês foi compelido a assumir, sem prejuízo de seu caráter de classe, funções coesivas e legitimadoras. Aquilo que não mudou, todavia, e responde pela permanência da pobreza e da desigualdade, é a dinâmica econômica elementar da nossa sociedade, assentada na acumulação capitalista – por isso mesmo, seus efeitos, os efeitos de sua lei geral, continuam operantes; por isso mesmo, nós, assistentes sociais – e não apenas nós – confrontamo-nos com os desafios de uma questão social que se apresenta hoje mais ampla e diversificada que em qualquer tempo anterior.

O autor está destacando que, embora tenham ocorrido mudanças significativas ao longo da história, a dinâmica fundamental da sociedade baseada na acumulação capitalista permanece inalterada. Isso significa que os efeitos dessa dinâmica, como a pobreza e a desigualdade, ainda são presentes e desafiadores para os assistentes sociais e para a sociedade como um todo.

Por isso mesmo, é falsa a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo que decorre da acumulação capitalista (e, na mesma medida, para reduzir desigualdades). Aqui, são incontáveis os exemplos histórico-concretos que infirmam essa tese – e são tantos que até mesmo os organismos internacionais, nos últimos anos, deixam de insistir nela, apesar de tão cara aos apologistas da ordem do capital (Netto 2007 p.143).

Por esse motivo, a expansão territorial desordenada, quando não acompanhada de políticas urbanas inclusivas, pode ampliar as disparidades socioespaciais, criando condições propícias para o aumento da violência urbana. A compreensão dessas dinâmicas é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de planejamento urbano e políticas públicas que promovam a equidade e a segurança nas cidades. Pois acreditamos que é possível eliminar e/ou modificar a projeção da violência no futuro. No entanto, é crucial entender que o tema abordado neste trabalho, a segregação socioespacial, ou seja, a segregação de classes, é um problema social que não afeta apenas os pobres. O Estado também tem que sentir os impactos dessa condição. Pois devemos considerar que a segregação:

é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora dela. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso

aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (Maricato, 2003, p.152)

Nesse sentido, passaremos a tratar dessa realidade como forma de entender o cotidiano das pessoas que vivem e convivem cotidianamente com essa problemática. Ao compreendermos a complexidade da segregação socioespacial e suas ramificações, podemos vislumbrar não apenas os desafios enfrentados por aqueles que estão sujeitos a essa condição, mas também as possíveis soluções e intervenções para mitigar seus impactos. Portanto, este capítulo serve como uma introdução aprofundada sobre a segregação de classes e suas implicações sociais, fornecendo uma base sólida para as análises subsequentes que serão realizadas ao longo deste trabalho.

3. AS PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DO BAIRRO JARDIM CANAÃ E LOTEAMENTOS QUE O COMPÕE A CIDADE DE UBERLÂNDIA.

Por fim, não por isso menos importante, investigamos as percepções dos moradores do Bairro Canaã em relação à violência urbana, compreendendo como essa realidade afeta suas práticas cotidianas e a produção do espaço urbano nessa porção específica da cidade de Uberlândia.

Desta forma, retomamos aqui o objetivo desta dissertação, que busca oferecer uma análise sobre as percepções de violência urbana no contexto do Bairro Canaã em Uberlândia-MG, analisando seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos desafios urbanos contemporâneos e das dinâmicas sociais envolvidas.

3.1 Violência Urbana: Como Afeta as Práticas Cotidianas dos Moradores e a Produção do Espaço

3.1.1 Canaã- Entre raízes e transformações

O Bairro Canaã, situado no município de Uberlândia, Minas Gerais, tem uma história rica e multifacetada que reflete a essência do crescimento urbano na região. Suas origens remontam ao início da década de 90 e de acordo com a matéria Bairro Canaã revela particularidades nesses mais de 20 anos de existência do (G1, 2012) hoje de acordo com os dados do IBGE, 2010, o bairro tinha um total de 14.860 moradores.

Ainda de acordo com a matéria, a narrativa do bairro Canaã tem sua gênese em uma antiga fazenda. No início, o Canaã era predominantemente rural,

Entre os pioneiros a desbravar o bairro está Sebastião Machado, hoje aposentado. Há 21 anos, esse ruralista mudou-se com sua esposa e dois filhos pequenos para o local. Naquela época, as condições eram radicalmente diferentes. "Não existia infraestrutura; as ruas eram cobertas de grama e povoadas por animais. Não tínhamos água, eletricidade nem saneamento", relembra (G1, 2012).

Figura 5 - Exemplo de Placas do Bairro Canãa.



Fonte: (G1 2012)

Essa presença de referências bíblicas nas denominações urbanas pode ser interpretada como um reflexo da importância da religiosidade na vida cotidiana dos habitantes, demonstrando a interseção entre elementos simbólicos e a organização do espaço urbano, como discutido por diversos estudiosos da geografia cultural, tais como Tuan (1977) e Relph (1976).

Em 1976, Relph, ao desenvolver sua tese, estabeleceu uma distinção entre lugar e espaço, alinhando-se com a abordagem de Tuan (1983[1977]) no mesmo contexto. No entanto, a abordagem seguida por Relph divergiu, começando pelos espaços mais objetivos - partindo do cognitivo, onde ocorrem operações lógicas - até os mais subjetivos, ou seja, o espaço existencial ou espaço vivido, definido como “[...] a estrutura íntima do espaço tal qual nos aparece em nossas experiências concretas de mundo como membros de um grupo cultural, [...]” (Relph, 1976:12).

Seguindo a abordagem de Relph e Tuan, David Seamon destaca que os indivíduos não existem de forma isolada de seus ambientes, enfatizando que o conceito de lugar proporciona uma compreensão mais profunda da intrincada rede corporal, emocional e ambiental que nos envolve de maneira invisível (Seamon, 1984:134).

Mesmo para Milton Santos, cuja perspectiva geográfica enfatiza o espaço como um “conjunto inseparável de sistemas de objetos e ações (2006:12), e subordina todos os

conceitos a esse objeto, destaca-se a importância do lugar e do cotidiano. Santos ressalta que, em um contexto em que a antiga relação local-local é substituída pela relação local-global, cada lugar se torna um mundo, diferenciando-se exponencialmente dos demais (Santos, 2006, p. 213). Nesse cenário contemporâneo, Santos (2006) observa que o lugar ocupa uma posição central, proporcionando, a partir da consideração do cotidiano, uma abordagem geográfica do mundo vivido em termos de objetos, ações, técnica e tempo (Santos, 2006, p. 213).

Nesse contexto de transformações, o Canaã, que agora se configura como uma mistura de tradição e modernidade, é um verdadeiro mosaico de culturas e origens. Com a chegada de novos moradores, muitos deles migrantes em busca de melhores condições de vida, o bairro viu-se enriquecido por diversas tradições. No entanto, o rápido crescimento também trouxe consigo desafios significativos, como questões relacionadas à infraestrutura, serviços públicos e a necessidade de adaptação a uma realidade urbana em constante evolução. Essa dinâmica de mudanças reflete não apenas a diversidade cultural presente, mas também os impactos das transformações urbanas na vivência cotidiana dos habitantes locais.

Nesse cenário de desafios e adaptações, a história do Bairro Canaã é uma narrativa em constante evolução, espelhando não apenas o passado, mas também a determinação dos moradores em forjar o futuro. O equilíbrio entre tradição e modernidade, enfrentado diariamente pelos habitantes, não apenas configura um desafio contínuo, mas também contribui para a singularidade e vitalidade deste lugar. O Canaã transcende a definição de mero bairro; é, na verdade, um lar para uma comunidade unida e resiliente, onde as transformações urbanas se entrelaçam com as experiências cotidianas, moldando a identidade desse espaço em constante transformação.

Para melhor compreensão, faremos uma análise detalhada da paisagem urbana do bairro Canaã nos dias atuais. Essa descrição abrangerá diversos aspectos, desde os elementos físicos até os aspectos sociais, culturais e históricos que moldam a identidade única dessa área.

A paisagem urbana na Geografia é compreendida como o resultado da interação complexa entre elementos físicos, sociais, culturais e econômicos que caracterizam uma área urbana específica. Segundo Santos (2002, p.103), a paisagem é "conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área". Nessa definição,

Santos destaca a ideia de que a paisagem urbana é construída e moldada pelas atividades e interações humanas ao longo do tempo.

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.” (Santos, 1997, p. 37). Ou seja, a paisagem sempre surge de um processo de acumulação, mas ao mesmo tempo é contínua no espaço e no tempo, sendo uma unidade sem ser totalizante, uma composição de tempos e objetos variados. Ela implica em formas e funções em constante mudança, visíveis em sua aparência, mas também indicativas de uma estrutura espacial subjacente, inicialmente invisível, que resulta da interação entre a paisagem e a sociedade.

Uma crítica da paisagem contemporânea não pode ser construída sem uma análise sólida do espaço e de sua estrutura como um todo. A crítica emerge da conexão orgânica entre o sistema de objetos (material) e o sistema de ações (valores), que estabelece os parâmetros dessa análise. A paisagem é tecnicamente constituída por objetos que desempenham papéis específicos na vida social, mas esses papéis são relativos e dependem das formas de organização social.

Ao analisar a paisagem urbana do Bairro Canãa, é possível observar uma cena peculiar durante o dia. Enquanto as ruas, em sua maioria asfaltadas, são ocupadas por idosos que se sentam nas calçadas, há poucos adultos circulando, mas é comum ver crianças e adolescentes, especialmente na única praça do bairro, nos horários de entrada e saída escolar. No entanto, essa dinâmica muda nas avenidas, que são mais movimentadas por pedestres e ciclistas, além de abrigarem diversos comércios e vendedores ambulantes. Nas avenidas principais, também passam os ônibus do transporte público coletivo, amplamente utilizado pelos moradores para se deslocarem para outras regiões da cidade.

Também é possível observar que os moradores consomem muito o comércio local, que oferece uma variedade de produtos e serviços para atender às necessidades da comunidade. Além disso, é comum ver os residentes interagindo nos estabelecimentos comerciais, como padarias, mercados, lojas de conveniência e pequenos restaurantes, que se tornam pontos de encontro e sociabilidade para os moradores do bairro. Essa dinâmica

contribui para fortalecer os laços comunitários e a economia local, além de promover a coesão social e o senso de pertencimento àquela localidade.

Com relação à arquitetura das casas, percebemos uma grande variedade que se mistura no bairro Canãa. Encontramos residências com estruturas mais robustas, murros altos e sistemas de segurança mais elaborados, que se mesclam com casas mais simples, sem estrutura definida, algumas sem murros ou com muros baixos, feitos de alvenaria ou placas. Essa diversidade arquitetônica reflete a condição socioeconômica variada dos moradores, evidenciando que o bairro é predominantemente de classe média baixa.

Nas ocupações e assentamentos ao redor do bairro, as condições são bem diferentes. As ruas não são asfaltadas e não há sistema de distribuição de energia elétrica, esgoto ou saneamento básico. A maioria das construções não é de alvenaria; encontram-se muitos barracos de madeira e até mesmo de lona. Essas áreas apresentam carência de infraestrutura básica e estão sujeitas a diversas precariedades habitacionais.

Na mídia, o bairro é retratado como uma região considerada "perigosa" e de baixa renda. É frequente encontrar reportagens locais sobre crimes violentos no bairro, incluindo latrocínios, roubos, feminicídios e, principalmente, tráfico de drogas. Essa representação na mídia contribui para estigmatizar o bairro e reforçar sua reputação negativa.

Portanto, a análise da paisagem urbana do Bairro Canãa revela não apenas as características físicas e arquitetônicas do espaço, mas também as complexas dinâmicas sociais, econômicas e culturais que influenciam a vida dos seus moradores. Compreender esses aspectos é essencial para desenvolver intervenções eficazes que promovam melhorias na qualidade de vida e redução das desigualdades dentro da comunidade. É com esse propósito que realizamos este trabalho, buscando adquirir conhecimento e compreensão para oferecer retornos significativos à comunidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do bairro.

3.1.2 Tecendo Conexões: Uma Análise da Rede Socioassistencial no Bairro

No âmago desse ambiente em constante movimento, surge o conceito de "rede", uma estrutura flexível, dinâmica e indefinida que carece de um modelo específico. Redes, como estruturas abertas, refletem a circulação, o fluxo e o movimento de elementos, tanto

materiais quanto imateriais, interconectando pessoas e objetos. Desprovidas de um centro fixo, essas redes têm a capacidade de expansão ilimitada, onde qualquer ponto pode ser potencialmente considerado um centro. Essa dinâmica de rede pode ser observada na tessitura da vida cotidiana do Canaã, onde as relações e interconexões entre os diversos elementos contribuem para a complexidade e riqueza desse espaço em transformação.

Para uma compreensão mais aprofundada do conceito de rede, recorre-se a autores que abordaram o tema. Conforme a definição de Castells (2020, p. 554), uma rede é caracterizada como

um conjunto de nós conectados, sendo cada nó um ponto de interseção de curvas. Por definição, uma rede não possui um centro, e, embora alguns nós possam ter maior importância do que outros, todos dependem uns dos outros, pois estão interligados na rede"

Isso significa que a rede interconecta os diversos equipamentos presentes em um território, promovendo o diálogo entre eles e facilitando os encaminhamentos. Outro aspecto relevante da rede é a possibilidade de estabelecer parcerias para conectar e efetivar processos necessários.

Dentro do contexto da rede, exemplificamos a rede socioassistencial, que consiste no conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social por meio da articulação entre todas as instâncias de provisão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS desempenha um papel central na organização da rede socioassistencial, utilizando indicadores para promover ações integradas, alcançar resultados e garantir os direitos socioassistenciais dos cidadãos (BRASIL, 2005, p. 41).

O bairro analisado conta com uma extensa variedade de recursos, incluindo organizações não governamentais, serviços locais e programas sociais, como o programa Fica Vivo.

O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, institucionalizado pelo Decreto nº 43.334 de 20/05/2003 compõe, através da Diretoria de Proteção da Juventude, da Superintendência de Políticas de Prevenção à Criminalidade, a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de

Minas Gerais (SEJUSP)¹⁶. Cabe mencionar que no ano de 2019, a partir da promulgação da Lei nº 4.813/17, a Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais torna-se política de estado¹⁷.

A partir da articulação de dois Eixos de Atuação – Proteção Social e Intervenção Estratégica¹⁸ – o Programa Fica Vivo! se propõe a contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores das áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local¹⁹

Está sob a responsabilidade da gestão social das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local²⁰ e da equipe técnica do Programa Fica Vivo! colocar em prática as ações que territorializam o Eixo Proteção Social; são estes que estabelecem sua implantação e possibilitam, com a rede comunitária e de serviços, a sustentação de um trabalho local que inclui em seu desenho a vertente territorial. A inclusão desta vertente implica na consideração da dimensão cultural da população, suas particularidades locais, os seus anseios, e não somente suas necessidades. Trabalha-se, nesse sentido, a partir de uma concepção de território que extrapola a dimensão física, pois se levam em conta o pertencimento a ele e as relações construídas entre as pessoas que nele vivem.

O Fica Vivo! busca compreender o fenômeno da criminalidade considerando aspectos macroestruturais como socioeconômicos, políticos, históricos, geográficos, culturais e subjetivos. Ao abordar essa temática busca-se problematizar aspectos como

¹⁶ SEJUSP/MG. Guia de orientações para a execução do trabalho. Belo Horizonte, MG: Diretoria de Proteção da Juventude, 2020. Documento Interno. 146 p.8.

¹⁷ A gestão da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade é de responsabilidade da Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade, conforme decreto nº 46.647 de 11/11/2014.

¹⁸ Complementar ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário e Órgãos Municipais de Segurança Pública. As atividades vinculadas a este Eixo são: a operacionalização de POLICIAMENTO PREVENTIVO ESPECIALIZADO - GEPAR (que tem como premissa o policiamento de proximidade); fomento e articulação dos órgãos e atores da segurança pública e do sistema de justiça; reuniões periódicas entre GEPAR e equipes dos UPC's; formação e funcionamento de GRUPOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA.

¹⁹ Ver Resolução Conjunta nº 160, de 14 de janeiro de 2013. Esta Resolução estabelece diretrizes de atuação conjunta entre os Grupos Especializados em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR e as Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local – UPC.

²⁰ As Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local são unidades públicas de abrangência territorial, localizados em áreas que registram maior concentração de homicídios nos Municípios. Executam os Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos.

racismo e criminalização da pobreza que evidenciam uma seletividade na maneira como os atos infracionais e crimes serão julgados e reforçam uma estigmatização dos perfis propensos a determinada prática considerada criminosa. Considera-se também que os aspectos territoriais nos quais cada comunidade e grupos se organizam e vivenciam alteram as percepções do que é compreendido e julgado como crime, influenciando nas ações das pessoas independentemente do conceito de crime penal. Situações como essas apontam para a lógica de “justiça com as próprias mãos”, “leis do tráfico” ou ações como: “gato”, “pulão” e “pichação”. A figura 6 apresenta fotos de ações e oficinas temáticas promovidas pelo programa, que ocorrem no território:

Figura 6 - Oficinas de capoeira, artes marciais, futebol e *grafitti* promovidas pelo programa Fique Vivo!

Fonte: GROTTTO, Carolina 2023.



Além do Programa, a rede territorial recebe o respaldo de diversas entidades, incluindo a Associação Integração Mulher, a Associação de Moradores do Bairro Canaã, a OSC Turma do Saber, a OSC Periferart, e outras instituições não governamentais. Em termos de serviços essenciais do governo para a comunidade, o bairro conta com duas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) no Canaã, escolas municipais, estaduais

e algumas instituições de ensino privadas, uma praça chamada Leopoldo Ferreira Goulart. Além disso, há a presença de um Viver-NAICA e uma Casa da Família-CRAS, oferecendo suporte social abrangente aos moradores locais.

3.1.3 Explorando a Realidade Urbana: Compreendendo a Percepção e Impacto da Violência no Bairro Jardim Canãa

Ao longo deste estudo, mergulhamos na intricada tessitura da realidade urbana do Bairro Jardim Canãa, buscando compreender as percepções e o impacto da violência na vida cotidiana dos seus moradores. Agora, apresentaremos as informações obtidas por meio da aplicação de questionários, uma ferramenta essencial que nos permitiu desvelar nuances significativas dessa complexa relação entre segregação urbana, dinâmicas sociais e o fenômeno da violência. Ao explorar as experiências e perspectivas dos residentes, esperamos proporcionar uma visão mais clara e abrangente das implicações desses desafios urbanos contemporâneos no contexto específico do Bairro Jardim Canãa.

O processo de construção da pesquisa ocorreu com base em estratégias distintas, mas complementares. Inicialmente nossa atenção foi direcionada para o levantamento, organização e sistematização dos referenciais teóricos, realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica envolvendo livros, artigos, periódicos, teses, dissertações, e outras fontes relevantes que tratam direta ou indiretamente da temática da pesquisa, como: práticas socioespaciais, cotidiano, políticas de segurança, territorialização, violência e insegurança urbana, fragmentação, segregação espacial, dentre outros que poderão ser incorporados na fase inicial da pesquisa.

Na fase subsequente, buscamos obter informações secundárias relativas a ocorrências criminais, abrangendo categorias como Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Doméstica e Tráfico de Drogas, ocorridas no período de 2012 a 2022. O propósito dessa abordagem era fornecer uma compreensão mais ampla da magnitude e distribuição geográfica da violência no bairro Jardim Canãa e em suas áreas circunvizinhas. Empreendemos diversas tentativas, por meio de ofícios dirigidos a distintos setores da Polícia Militar de Minas Gerais; no entanto, lamentavelmente, não logramos êxito em atingir nossa meta, inviabilizando assim a utilização de dados oficiais como uma contribuição significativa para a pesquisa.

A terceira fase consistiu na abordagem empírica, ou seja, a realização da pesquisa de campo, buscando uma maior compreensão do problema em questão. Foi utilizado o método quantitativo e o qualitativo que de acordo com Creswell (2014), o método qualitativo é uma abordagem de pesquisa que se concentra em compreender fenômenos em seus contextos naturais, utilizando práticas como entrevistas, observações e análise de documentos para coletar e interpretar dados. Ele enfatiza a compreensão dos significados atribuídos pelos participantes, buscando explorar a complexidade dos fenômenos estudados.

Na pesquisa qualitativa, os investigadores usam a literatura de maneira consistente com as suposições de aprendizado do participante, e não para prescrever as questões que precisam ser respondidas sob o ponto de vista do pesquisador. Uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório. Isso significa que ainda não foi escrita muita coisa sobre o tópico ou sobre a população em estudo, e o pesquisador tenta ouvir os participantes e construir um entendimento baseado nas ideias deles (Creswell, 2007, p. 46). O público-alvo para essa etapa foi composto por 60 moradores do Bairro estudado. A abordagem dos moradores ocorreu de maneira aleatória pela pesquisadora.

No primeiro estágio da pesquisa, buscamos enriquecer nosso entendimento sobre o público-alvo, detalhando características como idade, estado civil, escolaridade, composição familiar, renda, sexo, cor ou raça e ocupação dos participantes. Esses elementos proporcionam uma visão mais abrangente e contextualizada das experiências e perspectivas dos respondentes, alinhando-se à teoria social que reconhece a influência desses fatores na formação das percepções individuais e coletivas. Conforme sugerido por diversos estudiosos, incluindo Bourdieu (1984) e Lefebvre (1991), a posição social, a trajetória educacional e outros aspectos socioeconômicos influenciam a forma como os indivíduos habitam e interpretam o espaço urbano.

Na segunda fase, aprofundamos nossa análise ao explorar aspectos relacionados à moradia, como o bairro de residência, o tempo de permanência no local e a situação habitacional, abrangendo propriedade própria, aluguel, cedência, ocupação, entre outras. Este enfoque está fundamentado na concepção de Lefebvre (1991) sobre a produção do espaço, que destaca a importância do habitat como um espaço vivenciado e construído socialmente, e com bases de Relph (2014), relacionada à perda da autenticidade dos

lugares e à emergência do conceito de "placelessness", traduzido como não-lugar, indicando locais desprovidos de significado ou deslocados. O termo "deslugar" se mostra mais apropriado ao sugerir uma condição circunstancial e transitória, conforme esclarecido pelo autor em uma revisão mais recente do conceito (Relph, 2014). Além disso, as questões relacionadas a equipamentos de proteção, acesso a serviços essenciais como saneamento básico, saúde, educação e lazer, estão alinhadas à abordagem de Harvey (2008), que enfatiza as desigualdades socioespaciais e a distribuição desigual de recursos urbanos.

Na terceira etapa do questionário, concentramo-nos em informações específicas sobre o bairro em estudo, analisando os meios de locomoção utilizados pelos respondentes tanto dentro quanto fora do bairro, a percepção de segurança local e suas experiências pessoais ou testemunhadas de crimes ou violência. Essas indagações são sustentadas pela teoria de Wilson e Kelling (1982), que introduziu o conceito de "janelas quebradas", destacando a relação entre a desordem urbana aparentemente insignificante e o aumento da criminalidade.

Por fim, a inclusão de uma questão aberta ofereceu aos participantes a oportunidade única de compartilhar suas considerações pessoais, contribuindo para uma compreensão mais rica e qualitativa da situação de violência no bairro. Este método, inspirado na perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty (1945), busca capturar as experiências subjetivas e as interpretações individuais, complementando a abordagem mais estruturada do questionário.

Os participantes receberam informações detalhadas sobre o tempo estimado necessário para a conclusão do questionário, que oscilou entre 10 e 15 minutos. Além disso, foram devidamente esclarecidos sobre os conteúdos presentes no Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual está sendo obtido durante o processo. Todos os participantes foram convidados a assinar o referido termo, cujo modelo pode ser visualizado no Anexo 2 deste documento para referência. Importante destacar que o questionário, abrangendo questões relacionadas à vitimização em relação a cada tipo de violência estudada, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, conforme decisão administrativa (Anexo 3). Isso assegura que a pesquisa está alinhada com princípios éticos e protege os direitos e a confidencialidade dos participantes.

Partindo do princípio de que a questão da violência e, de forma específica, a urbana, é um fenômeno multifacetado e complexo e que envolve necessariamente questões subjetivas, utilizamos uma abordagem metodológica de base qualitativa como forma de apreender as múltiplas facetas e representações sociais deste fenômeno, centrada na interpretação que os participantes possuem quanto à situação investigada. Nessa perspectiva a pesquisa se orientou para o processo/contexto e não para o resultado.

A pesquisa ocorreu de forma descritiva. Conforme Andrade (2010, p.112) na pesquisa descritiva

os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

Neste tipo de pesquisa a “preocupação é descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexões com outros, sua natureza e características” (Gonçalves, 2005, p. 91). Este tipo de metodologia normalmente é empregue com mais frequência em pesquisas de natureza social e cultural com análise de fenômenos complexos e específicos (Praça, 2015, p.16).

A estratégia para a articulação entre teoria e empiria se dá a partir do analítico descritivo. Neste formato, relata-se o cotidiano das relações interpessoais dos envolvidos, proporcionando uma visão detalhada e abrangente sobre a interseção entre os conceitos teóricos explorados e as experiências concretas observadas. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais, promovendo uma análise rica e significativa que ilustra de maneira vívida a interação entre a teoria e a prática no contexto estudado.

A técnica de organização das respostas ocorreu por meio de tabulação dos dados, que foram lançados em uma planilha dinâmica do Microsoft Excel. Num período de seis meses de análise, a pesquisa envolve gastos com transporte, máquina fotográfica, computador, impressora, scanner, folhas e canetas.

Por fim, realizou-se uma análise abrangente das informações coletadas, envolvendo a triangulação entre os dados secundários, os referenciais teóricos e as observações da pesquisa de campo. A interpretação dos resultados foi conduzida por meio da análise detalhada do conteúdo das informações coletadas, a fim de identificar padrões,

tendências e relações relevantes. A seguir, serão apresentadas as análises resultantes desse processo, fornecendo insights significativos sobre a dinâmica socioespacial do Bairro Canãa.

3.1.4 Desvendando o Mosaico: Revelações e Reflexões a Partir dos Dados Coletados

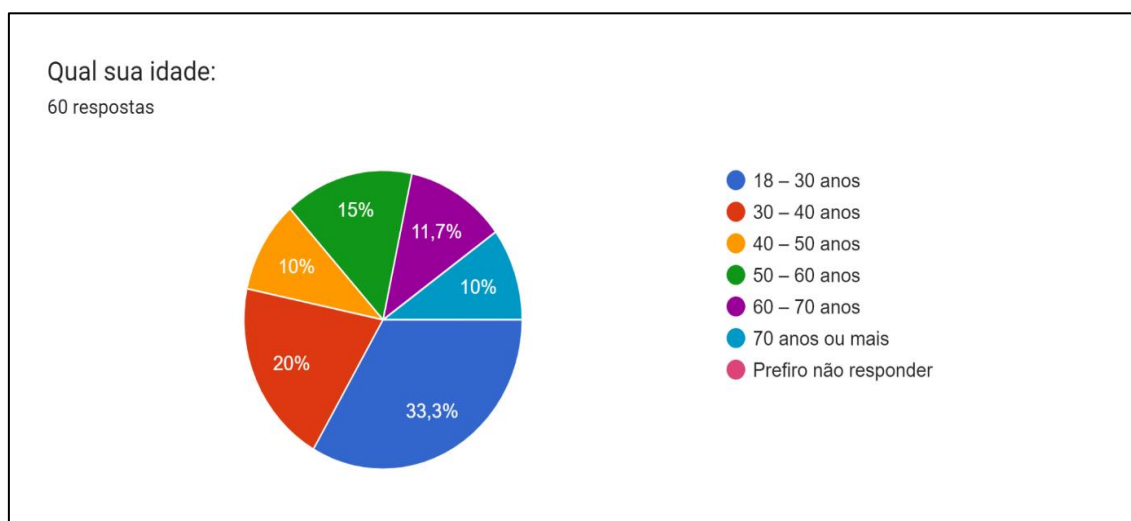
A distribuição das circunstâncias de vida não se dá de forma independente da organização produtiva, e as pessoas geralmente ocupam uma posição no espaço social que é determinada pela sua posição nessa estrutura (Bourdieu, 2012; Mendonça e Marinho, 2015). Baseando-se na premissa da interconexão entre a estrutura social e a disposição do espaço urbano, é crucial reconhecer que a escolha e a presença em determinados locais na cidade refletem uma dinâmica simbólica de poder associada às relações de classe. A divisão territorial da sociedade, portanto, não passa de uma manifestação externa de uma sociedade caracterizada pela hierarquia e fragmentação. Isso evidencia como as decisões de ocupação e frequência de espaços na cidade não são apenas ações físicas, mas também expressões de relações de poder profundamente arraigadas na estrutura social. Como salientam Mendonça e Marinho (2015, p. 146):

Diferentes espaços sociais são compostos por estilos de vida distintos e distintivos, configurados de modo relacional a partir das diferentes posições dos indivíduos na estrutura produtiva, que tende a se expressar territorialmente a partir de configurações de diferenciação, segmentação e segregação social.

Portanto, as variáveis selecionadas neste estudo para a mensuração da segregação urbana indicam divisões que se manifestam no espaço territorial.

Iniciando a exposição das informações, foi essencial realizar a investigação do perfil dos moradores, com o intuito de aprofundar o entendimento sobre a população em estudo. Nesse contexto, foram abordados elementos como faixa etária, gênero, estado civil, nível de escolaridade e a localização do bairro de residência, buscando incorporar elementos teóricos relevantes para uma compreensão mais abrangente.

Foram conduzidas entrevistas com um total de 60 moradores do território, abrangendo uma ampla faixa etária, conforme ilustrado no Gráfico 1, apresentado abaixo:

Gráfico 1 - Faixa Etária dos respondentes

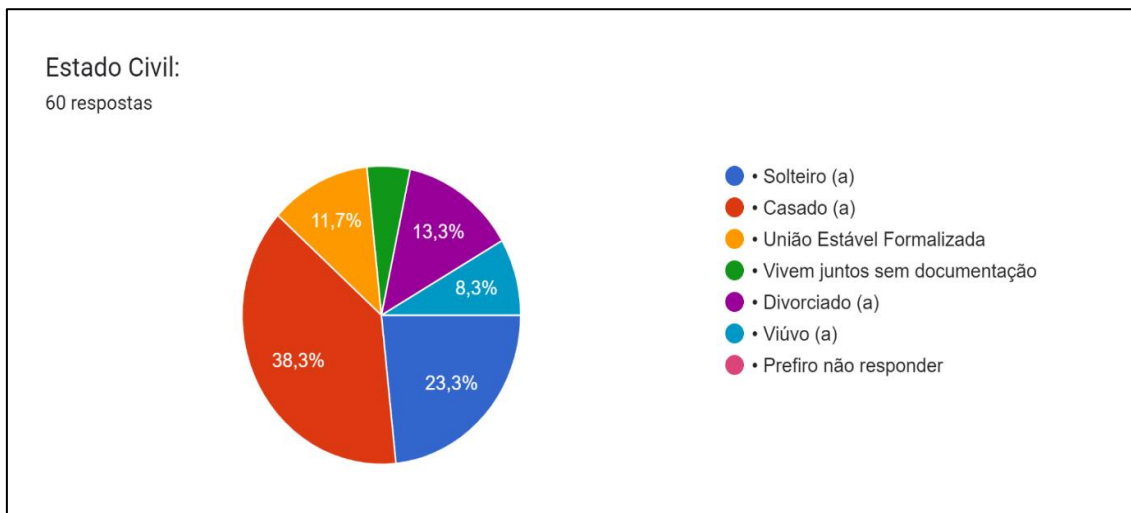
Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A diversidade etária dos respondentes proporciona uma representação abrangente das perspectivas e experiências dos moradores, enriquecendo assim a análise dos dados coletados.

A análise do estado civil (Gráfico 2) dos respondentes revelou uma diversidade significativa nas relações conjugais. A maioria, correspondendo a 38,3%, é composta por pessoas casadas, indicando uma presença expressiva de famílias na comunidade. A categoria de solteiros representa 23,3% dos participantes, sugerindo uma parcela considerável de indivíduos que ainda não formalizaram vínculos matrimoniais.

Outros 13% dos respondentes declararam ser divorciados, indicando uma presença notável de experiências prévias de casamento na amostra. A categoria restante, abrangendo união estável, viuvez ou a opção por não responder, representa uma parcela significativa da comunidade, sinalizando uma variedade de situações relacionadas ao estado civil.

Gráfico 2 - Estado civil dos respondentes.

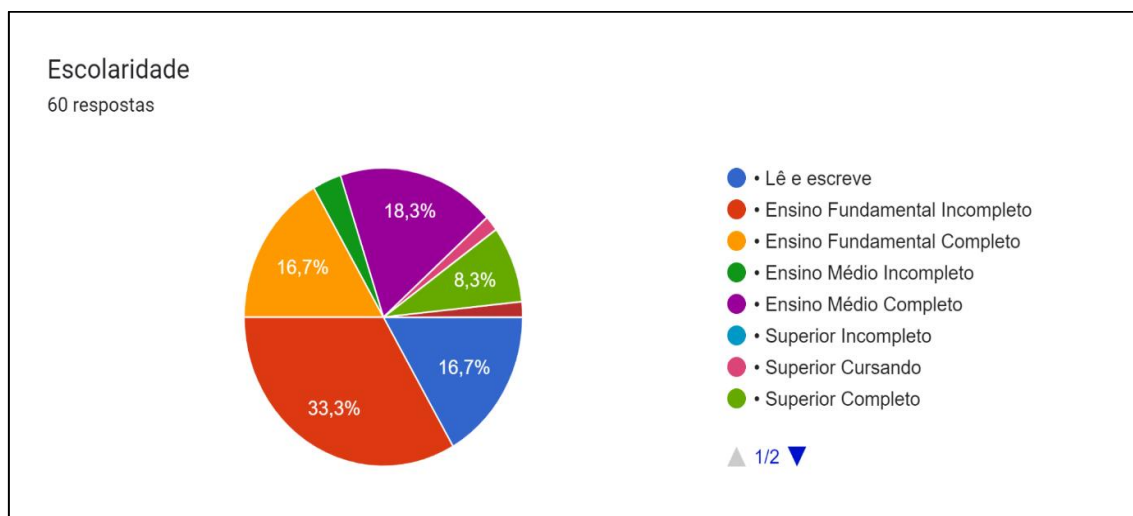


Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

Essa diversidade no estado civil dos moradores destaca a importância de considerar diferentes perspectivas e experiências ao analisar o impacto da violência urbana no território. Tal análise mais refinada permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e suas interações com as percepções de segurança e qualidade de vida na comunidade.

Outro aspecto ligado à segregação social e à vulnerabilidade, especialmente no contexto da violência, é a distorção idade-série, que está associada, entre outras consequências, à evasão escolar. Considerando o efeito composição, conforme discutido por Soares (2015), a concentração de estudantes com atraso escolar pode ter impactos negativos em suas trajetórias educacionais. Como mencionado anteriormente, regiões com indicadores socioeconômicos mais precários tendem a apresentar taxas mais elevadas de distorção idade-série. Nesse sentido, é esperado encontrar maiores índices de segregação educacional em áreas com melhores indicadores socioeconômicos.

Ao observarmos o Gráfico 3, podemos constatar um elevado índice de indivíduos que não concluíram sequer o ensino fundamental, desistindo dos estudos por diversos motivos, como falta de estímulo, necessidade de trabalhar para contribuir em casa, entre outros. Esse cenário reflete não apenas as disparidades educacionais, mas também ressalta como a segregação social se manifesta nos padrões de conclusão escolar, influenciando diretamente as oportunidades e perspectivas futuras desses indivíduos, especialmente no que diz respeito à vulnerabilidade social e à exposição à violência.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos respondentes.

Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

O nível educacional dos participantes reflete uma diversidade de experiências e trajetórias educacionais. Uma parcela considerável (16,7%) demonstra habilidades básicas de leitura e escrita, indicando diferentes contextos educacionais. A presença expressiva de respondentes com ensino fundamental incompleto (33,3%) destaca a importância de considerar as variações no grau de formação educacional na análise, sendo esta, a categoria mais representativa na amostra.

Além disso, observamos que 16,7% possuem o ensino fundamental completo, sinalizando um nível intermediário de educação formal na amostra. A presença de participantes com ensino médio incompleto (3,3%) aponta para estágios variados de conclusão da educação secundária. Outro grupo relevante é composto por respondentes com ensino médio completo (18,3%), evidenciando uma base educacional sólida dentro da comunidade estudada.

No que se refere à formação superior, a amostra inclui participantes em diferentes estágios, sendo 1,7% com ensino superior incompleto ou cursando e 8,3% com ensino superior completo. Essa diversidade educacional ressalta a busca contínua por educação mais avançada na comunidade. Em resumo, a análise do perfil educacional revela nuances importantes e contribui para uma compreensão mais abrangente das características da população estudada.

A relação intrínseca entre vulnerabilidade social e a dificuldade de ingresso no ensino superior é um fenômeno complexo que pode ser analisado por meio de diversas

perspectivas teóricas. Podemos inclusive trazer algumas teorias que oferecem reflexões sobre como fatores socioeconômicos, culturais e educacionais contribuem para as barreiras enfrentadas por grupos vulneráveis.

A Teoria da Reprodução Social de Pierre Bourdieu é discutida em várias de suas obras, mas é especialmente abordada no livro "A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino", escrito em parceria com Jean-Claude Passeron. Essa obra, publicada originalmente em francês em 1970, é um trabalho seminal que explora como as desigualdades sociais são reproduzidas e perpetuadas por meio do sistema educacional. Bourdieu (1970) argumenta que a estrutura social é reproduzida por meio da educação, e a falta de acesso a recursos culturais, como conhecimento e habilidades, pode dificultar a entrada no ensino superior para aqueles em situações vulneráveis.

No livro "Pedagogia do Oprimido"²¹, Paulo Freire (2019) explora a discriminação socioeconômica relacionada ao acesso à educação e oferece uma perspectiva transformadora para superar as desigualdades. Freire (2019) destaca a conscientização como um processo essencial, no qual os oprimidos desenvolvem uma compreensão crítica de sua realidade, desafiando as estruturas de opressão internalizadas. Ele promove o diálogo e a participação ativa dos alunos, reconhecendo a importância de suas experiências e conhecimentos na construção do aprendizado.

A proposta de Freire para uma educação libertadora vai além do simples ato de depositar conhecimento nos alunos, envolvendo-os ativamente na construção conjunta do saber. Ele destaca a necessidade de contextualizar a educação nas realidades socioeconômicas específicas dos oprimidos, combatendo a discriminação e proporcionando uma educação mais significativa.

Ao questionar a tradicional dualidade entre educador e educando, Freire busca estabelecer uma relação mais horizontal, onde ambos aprendem e ensinam mutuamente. Essa abordagem contribui para desfazer barreiras discriminatórias e valorizar o conhecimento de todas as partes envolvidas.

O autor também ressalta que a educação deve estar intrinsecamente ligada à transformação social. Enfrentar questões socioeconômicas e desigualdades estruturais é,

²¹ FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

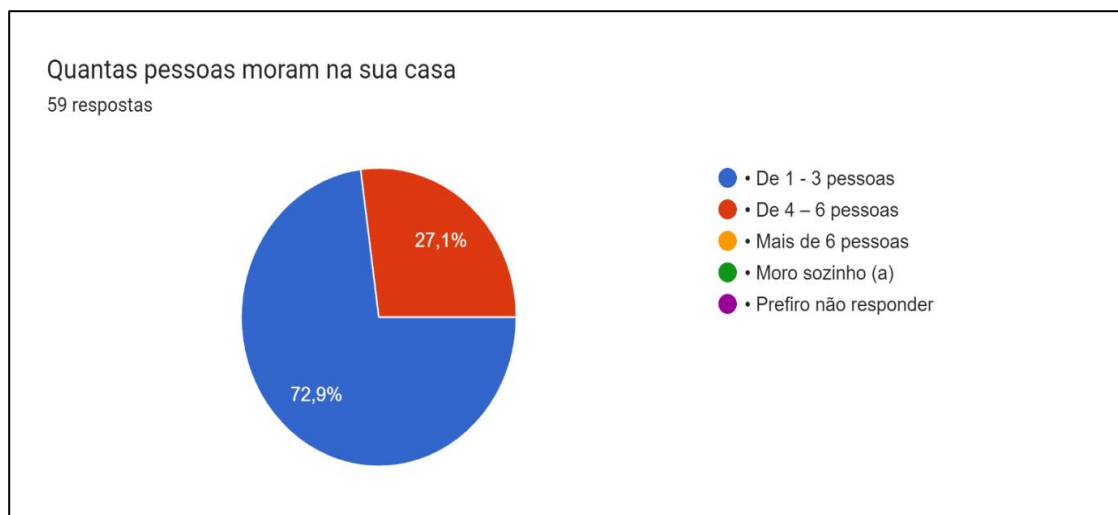
para Freire, o caminho para criar uma sociedade mais justa e inclusiva. Em resumo, a abordagem de Freire visa a libertação e conscientização dos oprimidos, integrando suas experiências à prática educativa e impulsionando a transformação social.

Identificamos uma variedade de abordagens que exploram a discriminação em suas diversas formas, abrangendo aspectos racial, étnico, de gênero e socioeconômico. Essas análises destacam de maneira consistente como as práticas discriminatórias no sistema educacional podem agravar a vulnerabilidade, impondo obstáculos significativos ao acesso equitativo ao ensino superior. Essa compreensão aprofundada ressalta a necessidade premente de ações e políticas que promovam a igualdade e superem barreiras discriminatórias, garantindo um ambiente educacional mais inclusivo e acessível a todos.

Ao correlacionar as análises sobre a situação da escolaridade dos moradores da área estudada com a avaliação da composição familiar entre os participantes, torna-se evidente a existência de padrões distintos de moradia no Bairro Canaã. A compreensão das dinâmicas educacionais se entrelaça com a estrutura familiar, revelando a influência mútua entre esses dois aspectos.

A diversidade de perfis educacionais reflete-se nos arranjos familiares, fornecendo insights valiosos sobre as nuances sociais presentes nesse contexto específico. Dessa forma, a interconexão entre a escolaridade e a composição familiar emerge como um elemento crucial na compreensão mais abrangente da vida e da realidade no Bairro Canaã, como podemos observar no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Número de pessoas residindo no mesmo imóvel.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A maioria expressiva dos respondentes reside em lares com uma composição de 1 a 3 pessoas. Esse dado sugere uma predominância de domicílios com menor número de habitantes, refletindo possivelmente uma estrutura familiar mais nuclear. Uma parcela significativa dos participantes, embora menor em comparação à primeira categoria, reside em lares com uma composição de 4 a 6 pessoas. Isso indica uma presença notável de famílias com uma configuração maior de membros.

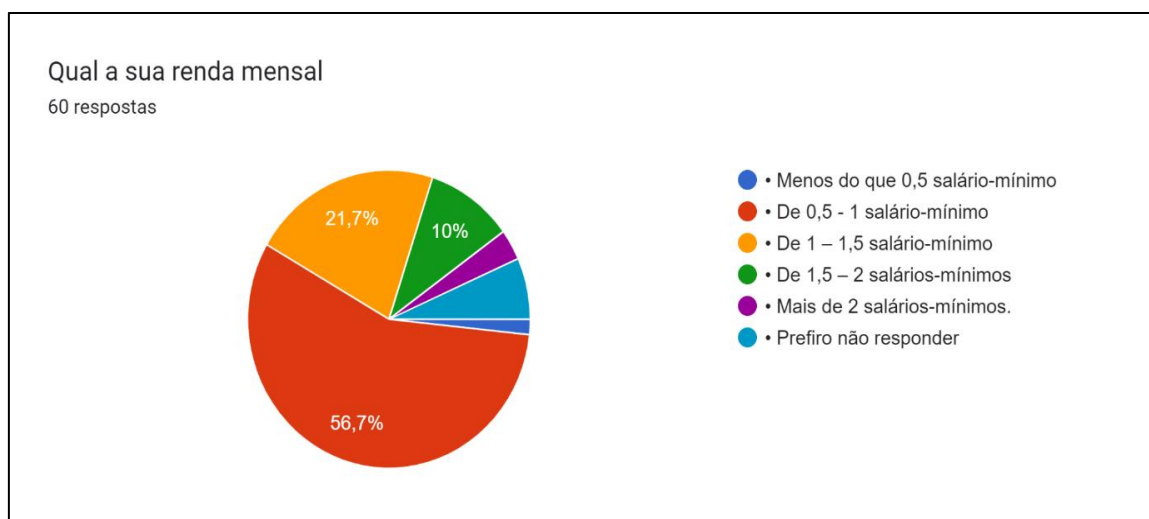
As opções oferecidas para a quantidade de pessoas que moram na casa proporcionam uma visão abrangente da estrutura familiar na comunidade. Essa análise é crucial para compreender as dinâmicas sociais, as necessidades habitacionais e os potenciais impactos da violência urbana nas diferentes configurações familiares presentes no Bairro Canaã.

A análise da renda dos moradores, tanto a renda individual (Gráfico 5) quanto a renda mensal de todos que residem na casa (Gráfico 6), foi realizada com o objetivo de compreender as nuances socioeconômicas da comunidade. Aprofundar-se nessas informações é crucial para identificar disparidades, fornecer estalos sobre desafios financeiros enfrentados pelos residentes e, assim, possibilitar uma abordagem mais holística na compreensão dos impactos da violência urbana. Essa análise detalhada da situação financeira dos moradores contribuirá para o desenvolvimento de estratégias eficazes e inclusivas, alinhadas às reais necessidades da comunidade do Bairro Canaã.

Na análise da renda individual dos respondentes, constatou-se que 56,7% afirmaram receber um montante equivalente a 0,5 a 1 salário-mínimo. Adicionalmente,

21,7% declararam uma renda na faixa de 1 a 1,5 salário-mínimo, enquanto 10% mencionaram ganhar entre 1,5 e 2 salários-mínimos. Uma parcela reduzida indicou receber valores acima de 2 salários-mínimos, e o restante optou por não fornecer essa informação.

Gráfico 5 - Renda mensal individual dos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

É crucial ressaltar que a análise detalhada da renda individual, contextualizada pelo valor atual do salário-mínimo segundo a Medida Provisória 1172/23 (R\$ 1.320), não apenas proporciona uma compreensão mais profunda dos padrões socioeconômicos na comunidade do Bairro Canaã, mas também está intrinsecamente relacionada à questão da violência urbana. A interligação entre esses aspectos é evidente, pois a distribuição desigual de recursos financeiros frequentemente se correlaciona com dinâmicas sociais que podem potencializar a vulnerabilidade à violência.

A identificação de padrões socioeconômicos específicos, como a predominância de indivíduos que recebem de 0,5 a 1 salário-mínimo, revela insights sobre grupos potencialmente mais suscetíveis a desafios sociais, incluindo questões relacionadas à segurança. Além disso, compreender a faixa salarial em que se encontram os residentes contribui para a formulação de estratégias de combate à violência que considerem as realidades econômicas específicas da comunidade.

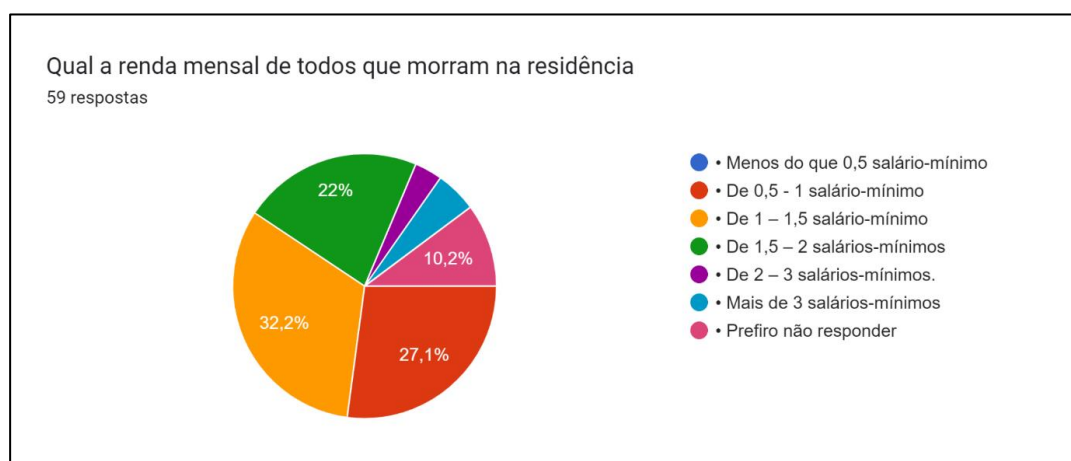
Ao comparar a média salarial dos moradores da região do Canaã, que varia de 0,5 a 1 salário-mínimo, com o salário médio da cidade de Uberlândia, estabelecido em 2,6

salários-mínimos em 2021²², é possível identificar disparidades significativas que têm implicações diretas na questão da segregação urbana. A concentração de moradores com renda mais baixa na região do Canaã sugere uma segregação socioeconômica, onde determinados grupos enfrentam limitações de acesso a oportunidades e recursos disponíveis em áreas mais afluentes da cidade.

Essa discrepância salarial pode contribuir para a criação de áreas segregadas, onde a falta de recursos financeiros impacta diretamente na qualidade de vida, acesso a serviços públicos e oportunidades de crescimento econômico. Dessa forma, a análise salarial torna-se um indicador crucial ao abordar a segregação urbana, evidenciando desigualdades que podem afetar profundamente a dinâmica social e espacial da cidade.

Assim, a análise socioeconômica da renda individual não apenas enriquece nossa compreensão das disparidades financeiras, mas também serve como uma ferramenta fundamental para abordar de maneira mais eficaz os desafios associados à violência urbana. Essa abordagem integrada, que considera fatores econômicos e sociais, é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a segurança e o bem-estar de maneira abrangente e sustentável. Certamente, a análise da renda mensal de todos que residem na mesma residência apresenta uma dinâmica similar (Gráfico 6):

Gráfico 6 - Renda mensal de todos que residem na casa.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

²² Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama> . Acesso em 12 jan 2023.

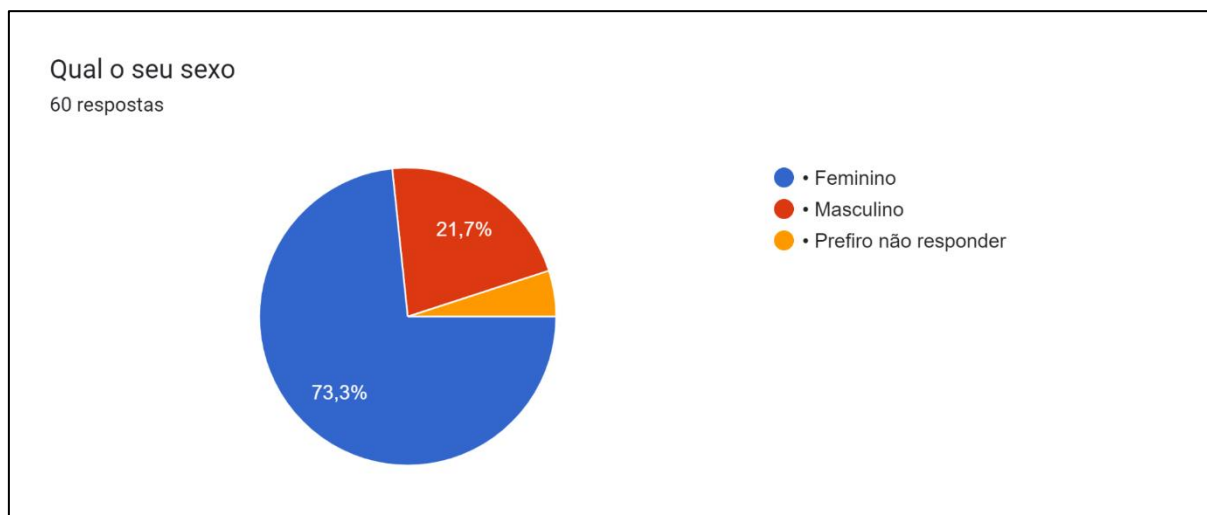
A distribuição de dados revela padrões que se assemelham à análise da renda individual, indicando consistência nos padrões socioeconômicos identificados anteriormente. Esta coerência destaca a relevância desses dados na compreensão holística da situação financeira dos residentes do Bairro Canaã.

A inter-relação entre a renda familiar e os aspectos sociais, inclusive a incidência de violência urbana, é um ponto crucial a ser explorado. A manutenção dessa congruência nos dados reforça a importância de uma abordagem integrada ao desenvolver estratégias e políticas públicas que buscam não apenas abordar questões econômicas, mas também mitigar os fatores sociais que contribuem para a vulnerabilidade à violência.

Dessa forma, a análise detalhada da renda mensal familiar reitera a necessidade de uma abordagem abrangente na compreensão dos desafios enfrentados pela comunidade, fornecendo uma base sólida para intervenções eficazes e sustentáveis.

Ainda sobre o perfil dos respondentes, a grande maioria dos respondentes se considerou do sexo feminino, conforme Gráfico 7:

Gráfico 7 - Sexualidade dos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A observação de que a grande maioria dos respondentes são mulheres (73,3%) é um dado relevante e que suscita diversas reflexões sobre as dinâmicas sociais e econômicas presentes na comunidade do Bairro Canaã. Essa predominância de mulheres pode ser interpretada à luz de vários fatores, sendo dois deles particularmente dignos de

análise: a falta de oportunidades de emprego e a necessidade de assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos.

A escassez de oportunidades de emprego pode ser um elemento-chave, refletindo a realidade econômica da região. Em muitos casos, mulheres podem se encontrar em posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, enfrentando barreiras adicionais para a inserção em empregos formais ou bem remunerados. Isso pode levar a uma representação desproporcional de mulheres nas estatísticas de desemprego ou em ocupações informais.

Outro aspecto importante a ser considerado é o papel tradicionalmente atribuído às mulheres no que diz respeito ao cuidado dos filhos e às responsabilidades domésticas. A divisão desigual dessas responsabilidades entre homens e mulheres pode influenciar diretamente as decisões relacionadas à participação no mercado de trabalho. Muitas mulheres podem optar por priorizar o cuidado dos filhos em detrimento de buscar emprego fora de casa, especialmente se a oferta de serviços de cuidado infantil for limitada ou inexistente.

Dessa forma, a predominância de mulheres entre os respondentes sugere a necessidade de uma análise mais aprofundada das questões econômicas e sociais que afetam essa população. Uma abordagem multidimensional é fundamental para compreender as complexidades subjacentes e desenvolver estratégias inclusivas que abordem tanto as oportunidades de emprego quanto as demandas relacionadas ao cuidado familiar.

Diversos autores e obras fundamentais contribuíram para a compreensão das razões pelas quais questões econômicas e sociais afetam mais as mulheres, destacando a complexidade das relações de gênero em diferentes contextos. Entre as obras mais relevantes estão:

Federici (1975) em sua obra “O Patriarcado do Salário”²³, explora as interconexões entre capitalismo e patriarcado, analisando as implicações econômicas da subordinação das mulheres.

²³ FEDERICI, S. (1975). O Patriarcado do Salário. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Judith Butler, autora de “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade²⁴” (1990), examina as questões de gênero e identidade, ressaltando como as normas sociais contribuem para a desigualdade, inclusive no âmbito econômico.

Heidi Hartmann, autora de “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism” (1979), discute as limitações das teorias marxistas para explicar as questões de gênero, defendendo a integração da análise feminista na teoria econômica. Em sua obra, ela argumenta que a abordagem tradicional do marxismo muitas vezes negligencia as dinâmicas específicas de opressão de gênero, concentrando-se predominantemente nas relações de classe. Hartmann propõe uma abordagem integradora que reconhece a interseccionalidade entre as categorias de classe e gênero, visando compreender as formas complexas de exploração e subordinação enfrentadas pelas mulheres.

Ao questionar a separação entre as esferas pública e privada, Hartmann destaca como as mulheres, muitas vezes, são relegadas ao trabalho doméstico não remunerado e como essa divisão sexual do trabalho contribui para a reprodução das desigualdades de gênero. Sua análise aponta para a necessidade de uma teoria econômica mais abrangente que incorpore as relações de gênero de maneira mais explícita, reconhecendo as diferentes formas de exploração que as mulheres enfrentam no âmbito do trabalho produtivo e reprodutivo.

Assim, Hartmann contribui para a reflexão sobre a necessidade de uma abordagem mais inclusiva nas análises econômicas, levando em consideração as complexidades das relações sociais de gênero. Sua obra desafia a dicotomia tradicional entre marxismo e feminismo, propondo uma síntese que enriquece a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais sob uma perspectiva de igualdade de gênero.

Arlie Hochschild, em “The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home”²⁵ (1989), investiga a disparidade na distribuição de responsabilidades domésticas entre homens e mulheres. Ela destaca as implicações sociais e econômicas dessa divisão, evidenciando como as mulheres muitas vezes enfrentam uma “segunda jornada” de

²⁴ BUTLER, J. (1990). Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

²⁵ HOCHSCHILD, A. (1989). The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home. Nova Iorque: Viking Penguin.

trabalho ao assumirem a maior parte das tarefas domésticas, mesmo quando também estão envolvidas profissionalmente. Essa obra contribui para a compreensão das dinâmicas de gênero na esfera doméstica e suas conexões com a estrutura socioeconômica mais ampla.

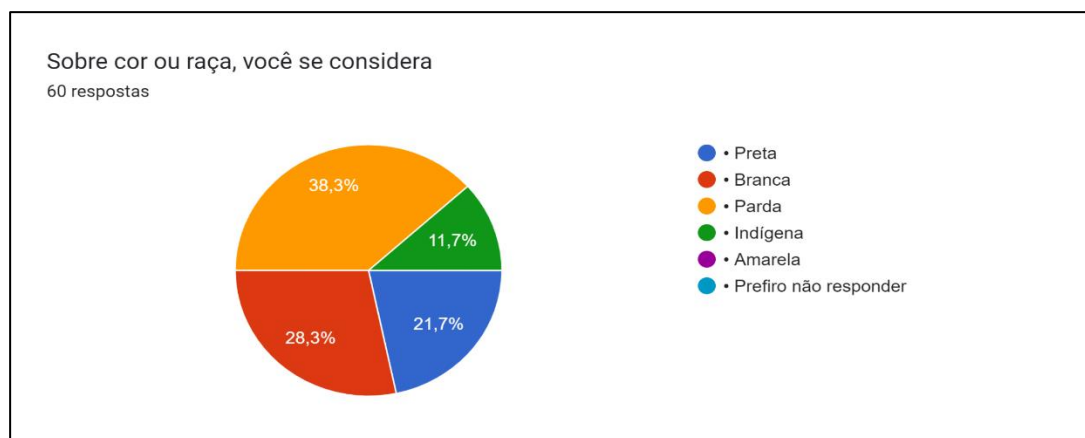
Essas obras enriquecem nossa compreensão das desigualdades de gênero, ao fornecerem bases teóricas robustas para análises críticas das questões econômicas e sociais que afetam as mulheres. Seus insights se alinham aos resultados obtidos neste estudo, ampliando nossa visão sobre as complexas interconexões entre gênero, economia e sociedade.

Outro aspecto de relevância significativa para análise é como a segmentação social étnico-racial, intrínseca à estrutura da sociedade brasileira, manifesta-se de maneira equiparada no espaço.

Um aspecto crucial para entender essa segmentação é a distribuição geográfica da população negra, tanto no que diz respeito à residência quanto aos locais frequentados.

Conforme evidenciado na (Figura 8), uma parcela substancial dos residentes no território em análise identifica-se como pertencente à categoria racial preta. Esse dado ressalta a importância de compreender a representação e distribuição étnico-racial na área estudada.

Gráfico 8 - Autodeclaração de cor ou raça por parte dos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A análise das informações referentes à autodeclaração de cor ou raça revela uma diversidade significativa na composição étnico-racial da comunidade do Bairro Canaã. Os resultados obtidos indicam a seguinte distribuição: Parda (38,3%): A maior parcela

dos respondentes se autodeclara como parda, refletindo a mescla de diversas origens étnicas presentes na comunidade. Essa categoria abrange uma variedade de experiências e identidades. Branca (28,3%): Cerca de um quarto dos participantes se identifica como branca, indicando uma presença significativa de indivíduos de ascendência europeia na amostra. Preta (21,7%): Uma parcela considerável da comunidade se reconhece como preta, evidenciando a diversidade racial presente e a importância de considerar diferentes perspectivas nas análises sociais. Indígena (11,7%): Um percentual significativo de respondentes se autodeclara como indígena, ressaltando a presença de uma população com raízes étnicas específicas na comunidade.

A diversidade na autodeclaração de cor ou raça, conforme identificada na comunidade do Bairro Canaã, assume uma dimensão significativa quando relacionada à questão da segregação socioespacial. A riqueza cultural e étnica evidenciada por essa diversidade traz consigo nuances específicas relacionadas à ocupação do espaço urbano.

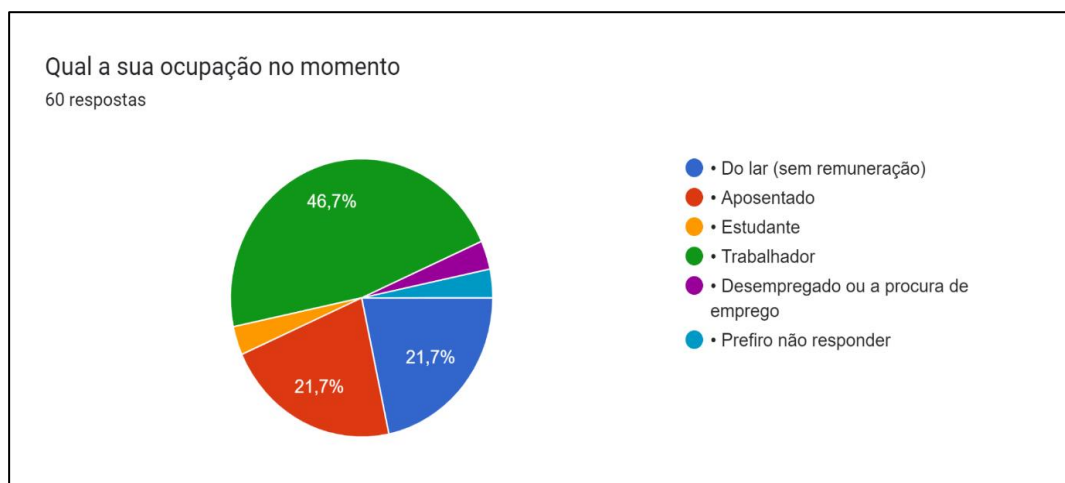
Segundo Marcuse (2004), a segregação implica em divisão, que pode se manifestar de diversas formas, incluindo aspectos culturais, funcionais e diferenças no status hierárquico. A divisão cultural ocorre através de características como língua, religião, etnia e estilo arquitetônico, enquanto a divisão funcional resulta da lógica econômica, criando separações entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e industriais. Já a divisão por diferença no status hierárquico reflete e reproduz as relações de poder na cidade, podendo ser representada por enclaves, como condomínios fechados, ou pela distribuição desigual de serviços públicos pelo Estado.

Ao considerar a diversidade identificada na autodeclaração de cor ou raça, torna-se imperativo abordar questões de segregação socioespacial que possam estar presentes na comunidade do Bairro Canaã. Políticas públicas voltadas para a equidade e inclusão devem levar em consideração não apenas as necessidades específicas de grupos étnico-raciais, mas também as dinâmicas espaciais que podem perpetuar desigualdades.

Portanto, a análise detalhada da diversidade étnico-racial na comunidade, à luz do conceito de segregação de Marcuse (2004), não apenas enriquece a compreensão cultural, mas também fornece uma base crucial para a implementação de estratégias que visem reduzir a segregação socioespacial e promover uma convivência mais inclusiva e equitativa no Bairro Canaã.

Encerrando esta fase inicial da pesquisa sobre o perfil dos moradores respondentes, nosso objetivo foi identificar a ocupação de cada um, abrangendo categorias como: donas de casa (sem remuneração); aposentados; estudantes; trabalhadores; desempregados ou em busca de emprego; e aqueles que optaram por não responder. Como resultados, tivemos as seguintes informações (Gráfico 9):

Gráfico 9 - Ocupação dos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

Para preservar a sensibilidade dos moradores e promover uma participação mais aberta na pesquisa, optamos por não detalhar o tipo de trabalho, nem discutir a legalidade ou formalidade das ocupações. Essa abordagem foi adotada para evitar constrangimentos e resistências por parte dos participantes, proporcionando um ambiente mais receptivo para a expressão franca de suas opiniões sobre o tema da pesquisa.

Os resultados revelam uma variedade de situações ocupacionais na comunidade. Notavelmente, 46,7% dos respondentes identificaram-se como trabalhadores, indicando a presença significativa de ocupações remuneradas. Além disso, 21,7% são aposentados, enquanto outros 21,7% desempenham atividades no lar sem remuneração, o que se alinha ao fato de a maioria dos respondentes ser composta por mulheres. A constatação de que 2% estão atualmente estudando destaca a busca por educação continuada, enquanto outros 2% encontram-se desempregados ou em busca de emprego, evidenciando desafios econômicos presentes na comunidade. Uma pequena parcela, equivalente a 2%, optou por não responder, respeitando sua privacidade e decisão de não compartilhar informações específicas sobre sua ocupação.

Essa análise mais aprofundada dos dados oferece não apenas um retrato mais completo da dinâmica ocupacional no Bairro Canaã, mas também ilumina as complexidades socioeconômicas que afetam seus moradores. Revela-se que, para muitos residentes, o trabalho é a única via de subsistência, destacando a prevalência de uma classe trabalhadora cuja vida é marcada por uma luta constante para atender às suas necessidades básicas. Esse quadro reflete uma divisão clara da sociedade em classes, conforme proposto pela perspectiva marxista, evidenciando como a estrutura social e econômica influencia diretamente a realidade cotidiana dos habitantes do bairro. Ao expor essas nuances, a análise contribui para um entendimento mais profundo das forças que moldam a vida no Canaã, ressaltando a importância de políticas e ações que abordem as disparidades e promovam condições mais equitativas para todos os cidadãos.

Em uma etapa subsequente do questionário, procuramos aprofundar nosso entendimento sobre o contexto territorial no qual os respondentes residem, explorando as atividades diárias que realizam e a relação da população com o acesso aos bens e serviços disponíveis nesse espaço.

Como destacado ao longo da pesquisa, o bairro, de acordo com a Lei nº 11.979 de 24/10/2014, “que delimita e denomina de Bairro Jardim Canaã a área territorial urbana que especifica”, faz parte do setor territorial oeste de Uberlândia e é composto por seus loteamentos e reloteamentos que são: Jardim Canaã, Jardim Canaã II, Chácara Bela Vista, Jardim Vica, Santo Antônio II e São Bento. Além desses, destaca-se a ocupação Irmã Dulce, que está em processo de regularização (Figura 7).

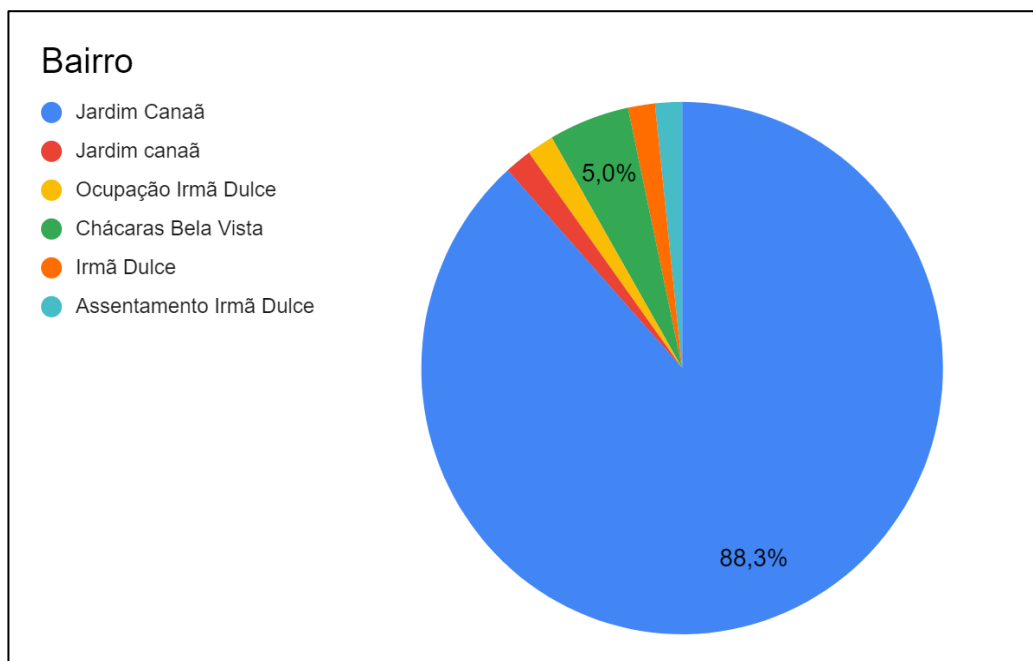
Figura 7 - Delimitação Bairro Canãa e loteamentos, Uberlândia (2023).

Fonte: *GoogleEarth* (2023).

Os resultados das respostas, conforme apresentados no Gráfico 10, fornecem uma análise abrangente da residência dos respondentes, delineando a área em que estão situados. É importante salientar que os dados foram categorizados com base nas respostas dos moradores, resultando em três opções de moradia: Jardim Canãa, Chácara Bela Vista e ocupação Irmã Dulce. A menção a "assentamento" reflete a autodefinição dos moradores, que, por vezes, podem não compreender totalmente a real situação legal da ocupação.

Gráfico 10 - Bairro em que reside.





Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

Conforme mencionado anteriormente, o bairro Canaã foi estabelecido no início da década de 90, acumulando mais de três décadas de presença na cidade de Uberlândia. Inicialmente classificado como periférico, sua dinâmica territorial evoluiu significativamente. Além de seu perímetro original, testemunhamos o surgimento dos bairros Residencial Pequis e Monte Hebron, resultantes de empreendimentos imobiliários promovidos pela Prefeitura de Uberlândia e entregues no final de dezembro de 2016.

O Canã, pela longevidade de sua existência, emerge como um bairro consolidado capaz de oferecer suporte não apenas aos que compartilham limites diretos com ele, como Chácaras Bela Vista e a ocupação Irmã Dulce, mas também aos recém-criados que, agora, são considerados bairros periféricos. Essa transição geográfica e demográfica evidencia a capacidade do Canã de se posicionar como um ponto de referência no contexto urbano, desempenhando um papel crucial na dinâmica socioespacial da cidade.

Inclusive, o bairro Jardim Canaã ganhou, em outubro de 2021, um novo terminal de ônibus do transporte público (Figura 8). O local está estrategicamente posicionado para atender significativa porção da Zona Oeste da cidade, abrangendo não apenas o próprio Canã, mas também os bairros circunvizinhos, como Monte Hebron, Pequis, Morada Nova, entre outros. Essa infraestrutura em desenvolvimento reforça a centralidade do bairro na rede de transportes públicos e pode ter implicações significativas na

conectividade e acessibilidade, consolidando ainda mais sua influência na dinâmica urbana local.

Figura 8 - Terminal Canã – Uberlândia (2023).



Fonte: GROTTTO, Carolina (2023).

O crescimento urbano, expansão de bairros e melhorias na infraestrutura, como o novo terminal de transporte público no bairro Jardim Canã, podem ter implicações na dinâmica da violência urbana. O rápido crescimento pode gerar desafios sociais, desigualdades socioeconômicas e tensões, contribuindo para o aumento da criminalidade. No entanto, o impacto exato depende da interação complexa de vários fatores, incluindo políticas de segurança, coesão comunitária e resposta local. Estratégias abrangentes, focadas na equidade e na promoção do bem-estar social, são fundamentais para mitigar os riscos associados ao desenvolvimento urbano.

Também foi realizada a análise do tempo que as pessoas residem no território com a finalidade de obter uma abordagem multifacetada e valiosa para compreender a dinâmica comunitária e as complexidades das interações sociais. Essa perspectiva oferece insights essenciais em várias áreas:

Em primeiro lugar, o tempo de residência está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de vínculos comunitários. Indivíduos que escolhem permanecer em uma área por períodos mais longos têm maior probabilidade de estabelecer relações sociais

profundas e duradouras. Esses laços contribuem para a coesão social, fortalecendo a resiliência da comunidade diante de desafios e mudanças.

Além disso, o tempo de residência desempenha um papel crucial na construção da identidade e do sentimento de pertencimento. À medida que as pessoas passam mais tempo em uma localidade, desenvolvem uma conexão emocional mais forte com o lugar. Isso não apenas molda a identidade individual, mas também contribui para a formação de uma identidade comunitária única.

A análise do tempo de residência fornece uma janela para entender as mudanças demográficas ao longo do tempo. Observar se as pessoas tendem a permanecer ou se mudar pode ser fundamental para o planejamento urbano, permitindo que as autoridades considerem as tendências demográficas ao projetar espaços públicos, fornecer serviços comunitários e implementar políticas habitacionais.

Além disso, o impacto nas dinâmicas sociais e econômicas é substancial. Residentes de longa data podem influenciar diretamente o comércio local, participar ativamente em atividades comunitárias e moldar as demandas por serviços públicos. Esse envolvimento prolongado pode ter efeitos duradouros no desenvolvimento sustentável no local de vivência.

A análise do tempo de residência também oferece uma ferramenta valiosa para estudar mudanças ao longo do tempo. Isso inclui transformações na infraestrutura, na demografia, nas condições socioeconômicas e em outros fatores que afetam a qualidade de vida na comunidade.

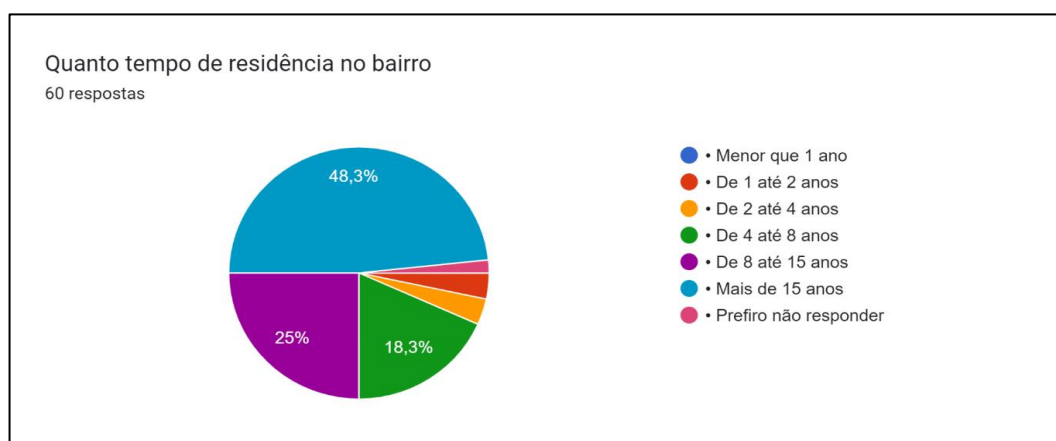
Finalmente, compreender por quanto tempo as pessoas residem em um território é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Essa compreensão informa a implementação de programas habitacionais, serviços educacionais, assistência à saúde e outros serviços sociais, alinhando as políticas às necessidades e características específicas da comunidade em questão.

A análise do tempo de residência dos respondentes no bairro revela uma presença significativa e duradoura na comunidade. Dos respondentes, 48,3% afirmaram residir no território por mais de 15 anos, indicando uma estabilidade considerável e uma forte conexão com o bairro. Esse grupo, com um longo histórico de residência, provavelmente desempenha um papel crucial na coesão social e na transmissão de conhecimento local.

Outros 25% dos respondentes relataram uma permanência no bairro entre 8 e 15 anos, sugerindo uma presença estável, mas com um período menor de integração ao território. Essa faixa de tempo ainda representa uma considerável familiaridade com a comunidade e suas dinâmicas.

Os dados indicam também que 18,3% dos respondentes estão no bairro há 4 a 8 anos. Esse grupo representa uma parcela que, embora mais recente em termos de residência, já acumula uma experiência significativa no contexto local. Esse período intermediário de permanência pode influenciar a forma como esses residentes se conectam e contribuem para a vida comunitária. Conforme Gráfico 11.

Gráfico 11 - Tempo de residência no Bairro.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

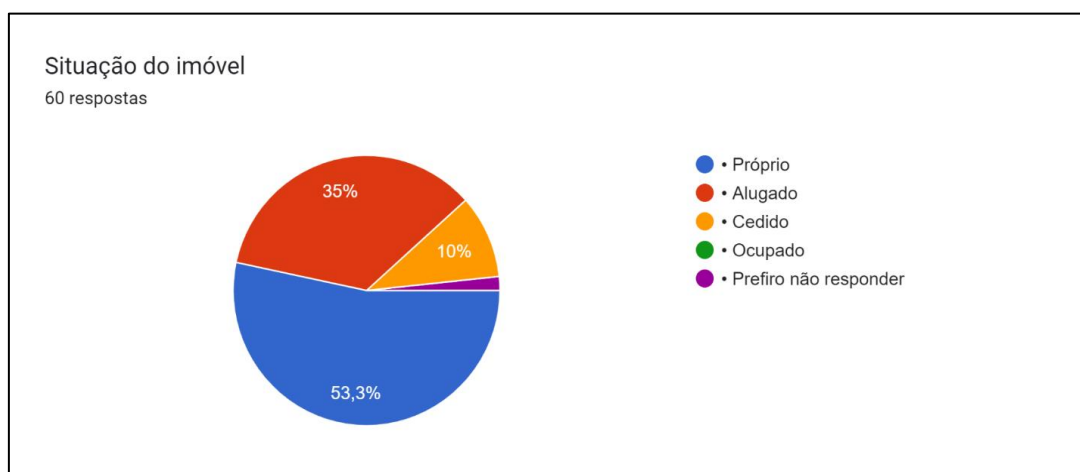
Uma variável que pode influenciar esse resultado está relacionada à situação imobiliária dos respondentes, pois a maioria é proprietária de seus imóveis, como podemos observar no Gráfico 12. Essa condição favorece uma permanência mais prolongada no bairro, uma vez que a estabilidade habitacional proporcionada pela posse contribui para a continuidade da residência ao longo do tempo.

A relação entre a situação imobiliária, caracterizada pela propriedade dos imóveis pelos moradores, e a permanência prolongada no bairro pode ser particularmente relevante ao discutir a vulnerabilidade de bairros. Várias teorias e estudos sobre sociologia urbana e desenvolvimento comunitário destacam como a estabilidade habitacional influencia dinâmicas sociais e condições de vida em bairros.

Autores como Jane Jacobs, em "Morte e Vida de Grandes Cidades," e Robert D. Putnam, em "Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community,"

abordam o papel da propriedade, interação social e envolvimento comunitário na formação de comunidades resilientes. Segundo Jacobs (1961) Em contextos urbanos mais vulneráveis, onde a posse de imóveis pode ser limitada e as condições habitacionais podem ser precárias, a falta de estabilidade habitacional pode contribuir para a fragilidade social. Bairros mais vulneráveis muitas vezes enfrentam desafios relacionados à falta de investimento em infraestrutura, educação e oportunidades econômicas, o que pode impactar diretamente a qualidade de vida dos residentes.

Gráfico 12 - Situação do imóvel

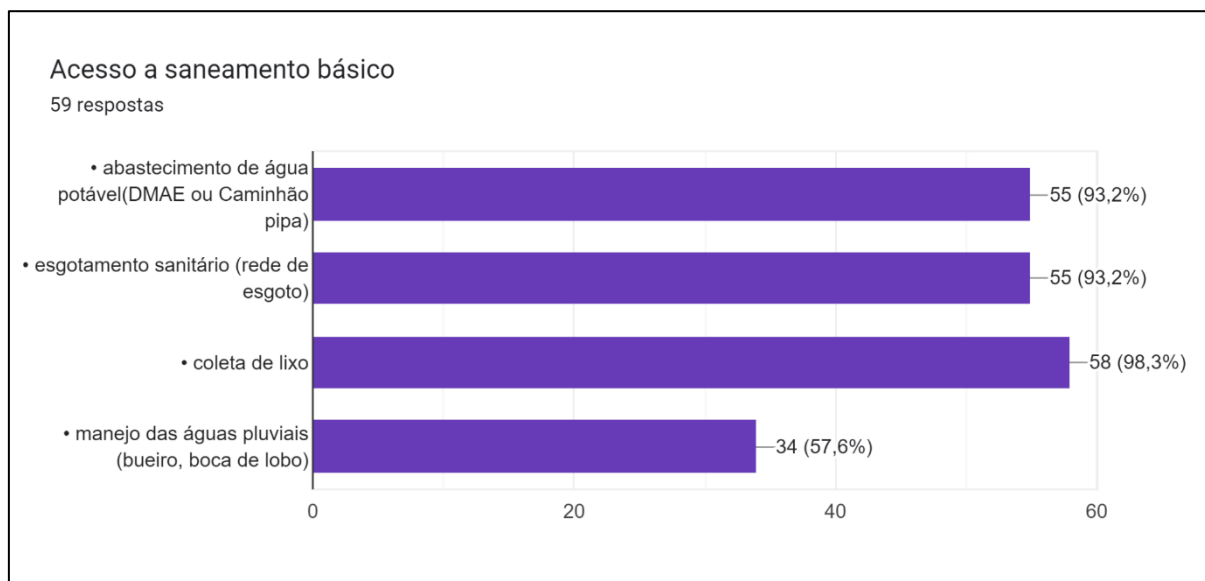


Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

Portanto, ao abordar a situação imobiliária e a permanência no bairro, é crucial considerar como esses elementos se entrelaçam com a vulnerabilidade de determinadas áreas urbanas. A estabilidade habitacional proporcionada pela propriedade pode ser um fator de resiliência em alguns contextos, enquanto a falta de propriedade e instabilidade habitacional podem contribuir para a vulnerabilidade em outros.

No que diz respeito ao saneamento básico, conforme indicado pelo panorama do censo do IBGE Cidades (2023), que relata um índice de 98,2% de esgotamento sanitário em Uberlândia, nossos resultados corroboram essa tendência, revelando que 93,3% dos residentes no bairro também desfrutam desse serviço essencial. Assim como abastecimento de água potável (DMAE ou Caminhão pipa) e coleta de lixo, como pode ser observado no gráfico 13:

Gráfico 13 - Acesso a saneamento básico.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A questão do manejo das águas pluviais, aqui entendida como “conjunto de atividades,

infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, do transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, do tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas associadas às ações de planejamento e de gestão da ocupação do espaço territorial urbano (LEI n° 11.445 2007).

Chamou a atenção o fato de que apenas 57,6% dos respondentes afirmaram ter avistado bueiros próximos de suas residências. Durante a aplicação do questionário, diversos moradores destacaram que, em períodos chuvosos, enfrentam frequentes alagamentos, intensas enxurradas e até mesmo inundações em algumas casas. Essa observação reforça a importância de considerar não apenas a presença de infraestrutura de esgoto, mas também a eficácia do sistema de drenagem em lidar com condições climáticas adversas.

A problemática relacionada à infraestrutura de saneamento e drenagem, evidenciada pelo baixo percentual (57,6%) de residentes que avistam bueiros próximos de suas casas, está intrinsecamente vinculada ao conceito de "racismo ambiental". Conforme discutido por estudiosos renomados, como Robert D. Bullard e Beverly Wright²⁶, (1993) comunidades racialmente minoritárias e economicamente vulneráveis

²⁶ Robert D. Bullard e Beverly Wright são figuras proeminentes no campo dos estudos sobre racismo ambiental, contribuindo significativamente para a compreensão das disparidades ambientais que afetam

frequentemente enfrentam desigualdades na distribuição de serviços ambientais. Bullard, conhecido como o "pai do movimento do racismo ambiental," destaca como as comunidades de baixa renda e predominantemente compostas por minorias étnicas enfrentam uma maior exposição a riscos ambientais, como poluição do ar, poluição da água e resíduos tóxicos (BULLARD, 2009). Enquanto Wright concentra-se nas interseções entre raça, classe social e justiça ambiental. Sua pesquisa destaca como as comunidades mais marginalizadas são mais propensas a sofrer impactos adversos de práticas ambientais injustas (WRIGHT 2007).

Ambos os autores argumentam que as comunidades racialmente minoritárias muitas vezes são relegadas a ambientes poluídos, sujeitas a práticas de descarte de resíduos tóxicos e têm acesso limitado a recursos ambientais de qualidade. O conceito central é que o racismo ambiental não é apenas sobre discriminação racial, mas também sobre como fatores socioeconômicos estão interligados com questões ambientais, criando desigualdades significativas. Esses estudiosos enfatizam a importância de abordar essas disparidades para alcançar uma justiça ambiental genuína.

A constatação de alagamentos e inundações em períodos chuvosos, conforme destacado por diversos moradores durante a pesquisa, aponta para disparidades ambientais que afetam de maneira desproporcional esses bairros mais vulneráveis. Esses eventos climáticos adversos exacerbam as condições de vida, evidenciando como a eficácia do sistema de drenagem pode ser insuficiente para lidar com os impactos das mudanças climáticas nesses territórios marginalizados.

A exposição constante à poluição do ar, proveniente de atividades industriais e descarte inadequado de resíduos, pode contribuir para problemas respiratórios, como asma. A contaminação da água devido à falta de saneamento básico e despejo inadequado de resíduos aumenta o risco de doenças transmitidas pela água, impactando a saúde gastrointestinal. A presença disseminada de locais de coleta e compra de materiais reciclados no bairro reflete não apenas a necessidade de sustento de parte da população, mas também aponta para uma realidade complexa em termos de gestão de resíduos. No contexto das teorias sobre desigualdade ambiental, é importante considerar como esses espaços podem ser afetados por práticas discriminatórias, especialmente quando operam

comunidades racialmente minoritárias e economicamente vulneráveis. Suas obras fornecem insights valiosos sobre como as questões sociais e raciais estão intrinsecamente ligadas a problemas ambientais.

sem regulamentação adequada. Bullard (2009) mesmo, ressalta como comunidades economicamente vulneráveis, muitas vezes compostas por minorias raciais, enfrentam disparidades significativas na gestão ambiental e nos impactos decorrentes.

No caso específico do bairro em questão, a proliferação de espaços de coleta de materiais reciclados sem orientação clara sobre normas e riscos pode indicar uma lacuna nas políticas públicas locais e na implementação efetiva de regulamentações ambientais. Além disso, é crucial considerar o impacto dessas práticas na saúde dos trabalhadores envolvidos e na qualidade ambiental da comunidade.

Dados específicos sobre a quantidade de pontos informais de coleta e venda de materiais recicláveis, juntamente com informações sobre as condições de trabalho e as práticas adotadas nesses locais, podem enriquecer ainda mais nossa análise.

Para obter essas informações e entender as ações do município em relação a essa questão, nos deparamos com a notícia²⁷ de que a equipe do Núcleo da Coleta Seletiva do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) realiza no bairro Canaã a atividade porta a porta. Essa iniciativa visa não apenas a coleta de materiais recicláveis, mas também a educação dos moradores sobre o funcionamento e os benefícios da coleta seletiva, que abrange toda a região (Figura 9). Essa ação está em consonância com a abordagem deste trabalho, ressaltando a importância da conscientização e do empoderamento dos residentes por meio da informação sobre seus direitos. Teoricamente, podemos relacionar essa prática do Estado com o conceito de empowerment, que refere-se ao fortalecimento dos indivíduos e das comunidades para assumirem o controle sobre suas vidas e influenciarem positivamente as decisões que os afetam. Ao capacitar os moradores com conhecimento sobre a coleta seletiva e seu impacto ambiental e social, o Estado está contribuindo para a promoção de uma cidadania ativa e consciente, além de fortalecer o engajamento comunitário na gestão ambiental local.

Figura 9 - Ação de conscientização sobre o recolhimento de materiais recicláveis no bairro Canaã em Uberlândia MG (2023)

²⁷ DMAE realiza conscientização da coleta seletiva porta a porta no bairro Canaã. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2024/03/01/dmae-realiza-conscientizacao-da-coleta-seletiva-porta-a-porta-no-bairro-canaa/>. Acesso em: 01/03/2024.



Organização: GROTTTO, Carolina (2024).

Adicionalmente, ao percorrer o território, torna-se evidente a presença significativa de resíduos, especialmente nas áreas ocupadas ao redor. Essa observação destaca uma lacuna relevante, já que as ocupações carecem de um sistema de coleta seletiva implantado pela prefeitura. Essa ausência de serviços específicos de coleta seletiva pode contribuir para o acúmulo de resíduos não gerenciados, agravando os desafios ambientais enfrentados pelos moradores dessas áreas. Essa constatação sugere a necessidade de estratégias eficazes de gestão de resíduos e a implementação de políticas públicas que abordem as demandas específicas dessas comunidades. Na Figura 10, apresentada abaixo, é possível observar um dos terrenos institucionais mencionados anteriormente, o qual, com frequência, encontra-se repleto de resíduos. Essa imagem ilustra a realidade do descarte inadequado de lixo nesses espaços destinados a fins institucionais, ressaltando a necessidade de intervenções eficazes para mitigar os impactos ambientais e promover a conscientização sobre a correta disposição de resíduos. Esses locais, ao se tornarem depósitos irregulares de lixo, podem comprometer a qualidade ambiental da região e, conseqüentemente, afetar a qualidade de vida dos residentes.

Figura 10 - Terreno institucional localizado na rua do bairro Canaã em Uberlândia MG.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

Assim, ao analisar a presença de bueiros e a efetividade do sistema de drenagem, é fundamental considerar não apenas os aspectos infraestruturais, mas também as implicações sociais e ambientais que permeiam essas comunidades. A interseção entre questões climáticas, racismo ambiental e a vulnerabilidade desses bairros destaca a necessidade de abordagens integradas para promover melhorias na qualidade de vida e na infraestrutura dessas localidades.

Ainda partindo do pressuposto de racismo ambiental, Wright, revela impactos significativos na saúde das comunidades afetadas. Essas áreas frequentemente enfrentam desigualdades na distribuição de serviços ambientais, resultando em condições adversas que afetam a saúde dos residentes. No entanto, a pesquisa indicou que a grande maioria (98%) possui acesso à rede básica de saúde próxima de suas residências, conforme Gráfico 14.

Gráfico 14 - Acesso a rede básica de saúde próximo a residência.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

No entanto, não podemos assegurar que esse acesso garanta um atendimento eficaz e de qualidade aos moradores, uma vez que também foram expressas algumas insatisfações em relação aos postos de saúde do bairro. Entre as queixas destacadas estão a ausência de todas as especialidades, a constante carência de médicos, a falta de medicamentos e a demora no atendimento. Além disso, muitos residentes afirmaram que frequentemente precisam se deslocar para bairros distantes a fim de obter o atendimento necessário. Há duas UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família) no Canaã, essas desempenham um papel crucial no atendimento cotidiano, abrangendo consultas, curativos, inalação, controle de pressão, administração de medicamentos, acompanhamento pré-natal e pediatria, incluindo acomodações para encaixes emergenciais. No município de Uberlândia, emergências, como febre elevada, pneumonia, acidentes, hemorragias, dor torácica intensa, asma e outras urgências graves, são encaminhadas para Unidades de Atendimento Integrado (UAI). Vale ressaltar que, embora o bairro não disponha de uma UAI, a UBSF desempenha um papel vital no cuidado diário da comunidade.

Sabemos que, comunidades em áreas afetadas pelo racismo ambiental muitas vezes enfrentam acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, agravando a dificuldade no diagnóstico e tratamento adequado de doenças, como exposto pelos próprios moradores do bairro. Essas condições estão intrinsecamente ligadas a desigualdades socioeconômicas, impactando o acesso a uma dieta saudável, educação e oportunidades de emprego. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para o

desenvolvimento de estratégias que promovam a equidade em saúde e melhorem as condições de vida nessas comunidades. A obra "Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality" de Robert D. Bullard²⁸ é uma referência relevante que aborda essas questões de forma aprofundada.

Quanto ao acesso à rede de educação, 96,5% dos respondentes afirmaram ter instituições educacionais próximas de suas residências, conforme evidenciado no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Acesso à educação por parte dos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

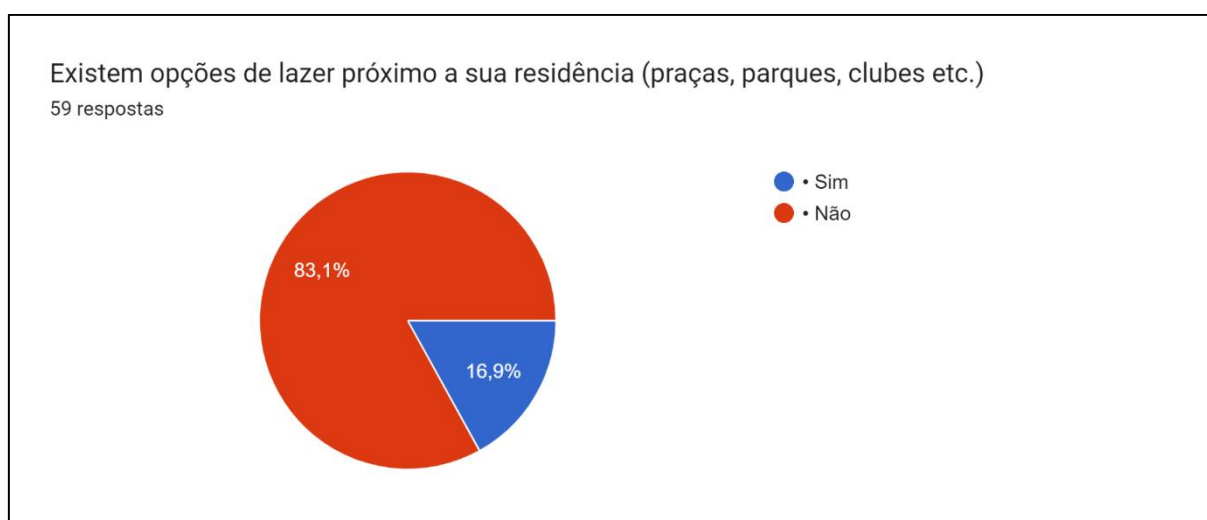
No bairro, há diversas instituições de ensino, abrangendo escolas municipais, estaduais e alguns colégios particulares. Entretanto, é notável a presença significativa de jovens nas ruas. Em diálogos informais com as diretoras das escolas públicas, observa-se que a evasão escolar é uma preocupação, especialmente ao final do ensino fundamental e início do ensino médio.

Outro aspecto relevante explorado na pesquisa diz respeito às opções de lazer disponíveis nas proximidades das residências, como praças, parques e clubes. Reconhecemos que o lazer não apenas proporciona entretenimento, mas é também considerado uma necessidade básica para promover uma vida saudável. Segundo a

²⁸ BULLARD, R. D. (2009). Environmental Justice in the 21st Century: Race Still Matters. Environmental Law Institute.

perspectiva teórica do bem-estar social, a presença de espaços de lazer acessíveis está intrinsecamente ligada à qualidade de vida, contribuindo para o equilíbrio emocional, social e físico dos moradores.

Gráfico 16 - Acesso ao lazer por parte dos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

O bairro conta com uma praça, a Leopoldo Ferreira Goulart (Figura 11); contudo, conforme relatado pelos moradores, a praça é frequentada predominantemente por jovens envolvidos com a venda e uso de drogas, tornando-se um local inviável para visitação.

Figura 11 - Praça Leopoldo Ferreira Goulart – Uberlândia (2023)



Fonte: GROTTTO, Carolina 2023.

A imagem (Figura 12) abaixo destaca a entrada da ocupação Irmã Dulce, situada na fronteira com o bairro regularizado Jardim Canaã. Nessa cena, é notável a presença significativa de crianças se divertindo no que os próprios moradores chamam de praça. Este espaço desempenha um papel crucial na promoção do lazer para crianças e adolescentes.

Além disso, são realizadas oficinas gratuitas como parte do Programa Fica Vivo! visando uma maior interação com os jovens residentes. O galpão local é multifuncional, sendo utilizado tanto para as reuniões da associação de moradores quanto como escritório do Presidente da ocupação.

Figura 12 - Centro comunitário Irmã Dulce e campinho comunitário em seu interior.



Fonte: GROTTTO, Carolina 2023.

Essas práticas comunitárias e o uso versátil do espaço exemplificam a vitalidade da vida social na ocupação Irmã Dulce, ressaltando a importância de se compreender as dinâmicas locais para uma análise mais abrangente da realidade urbana. Nesse contexto, as teorias de sociólogos urbanos como Jane Jacobs e Richard Sennett podem fornecer insights valiosos sobre a importância do espaço público e da interação social na formação de comunidades resilientes e vibrantes.

Jane Jacobs²⁹ foi uma renomada urbanista e jornalista cujas ideias influenciaram significativamente o urbanismo contemporâneo. Uma de suas obras mais conhecidas é "Morte e Vida de Grandes Cidades" (1961), onde ela discute a importância do design urbano centrado nas comunidades, enfatizando a vitalidade das interações sociais, diversidade e atividades locais. Richard Sennett³⁰ é um sociólogo e autor que também explorou temas relacionados à vida urbana e à sociologia. Em sua obra "O Declínio do Homem Público" (1974), Sennett examina as mudanças na esfera pública e na interação social nas cidades modernas, destacando a importância da sociabilidade pública para uma comunidade coesa.

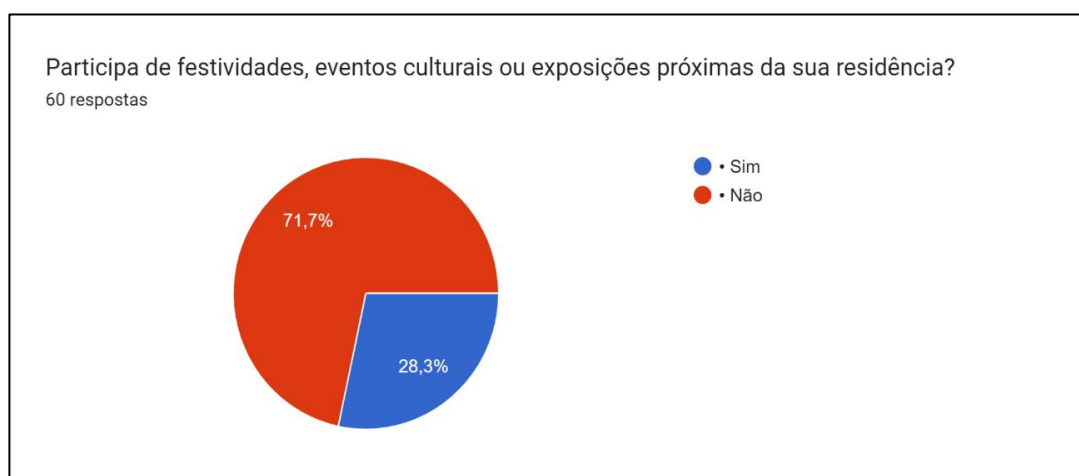
Diante dessa realidade, indagamos aos moradores sobre sua participação em festividades, eventos culturais ou exposições nas proximidades de suas residências. Entender o envolvimento da comunidade em atividades culturais e sociais próximas é crucial, pois essas experiências não apenas contribuem para o fortalecimento dos laços comunitários, mas também desempenham um papel significativo no desenvolvimento

²⁹ Jacobs, J. (1961). Morte e Vida de Grandes Cidades. Martins Fontes.

³⁰ Sennett, R. (1974). O Declínio do Homem Público. Companhia das Letras.

sociocultural local. Essa informação não apenas enriquece nossa compreensão do tecido social do bairro, mas também pode fornecer compreensões para o planejamento de iniciativas e eventos que promovam a participação e a integração dos moradores em atividades culturais próximas. Como resultado, constatamos que 71,7% dos moradores afirmaram não participar, conforme evidenciado no Gráfico 17, a seguir:

Gráfico 17 - Festividades e Eventos Culturais próximas às residências dos respondentes.

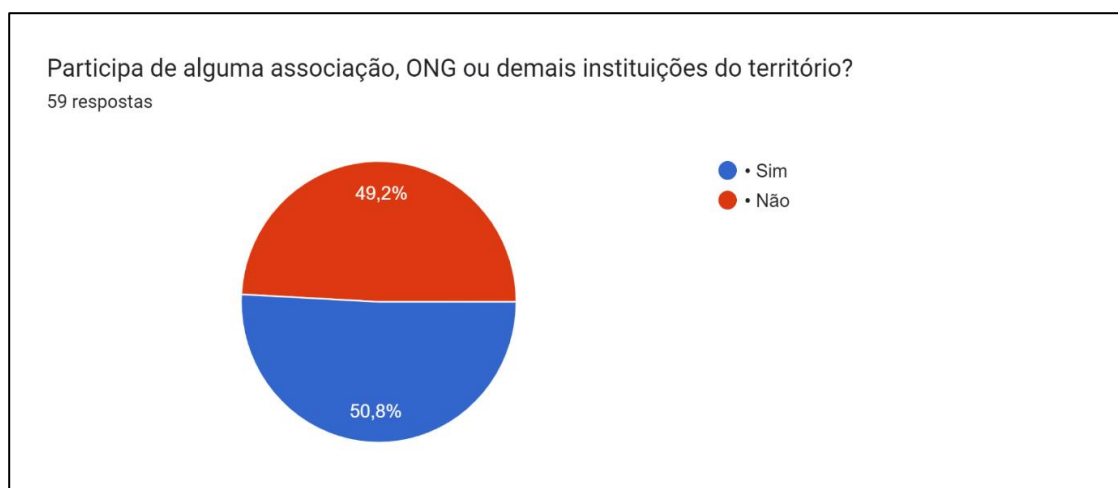


Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

O bairro Canaã abriga diversas instituições do terceiro setor dedicadas a apoiar a comunidade, tais como OSCs, associações e grupos de dança, entre outras. No caso específico do Jardim Canaã, destacam-se iniciativas públicas como o Viver-NAICA e a Casa da Família-CRAS, que desempenham papéis essenciais na prestação de assistência social aos moradores locais. Embora seja responsabilidade do Estado garantir o mínimo necessário para a população, a realidade, especialmente em bairros de baixa renda, demanda a atuação e intervenção do terceiro setor.

Essa triste realidade motiva a indagação aos moradores sobre sua participação em associações, OSCs ou outras instituições do território. Os resultados revelam que 50,8% dos respondentes afirmam participar dessas entidades, evidenciando a necessidade desse tipo de assistência para sua subsistência, como ilustrado no gráfico 18:

Gráfico 18 - Participa de alguma associação, OSC ou demais instituições no território.



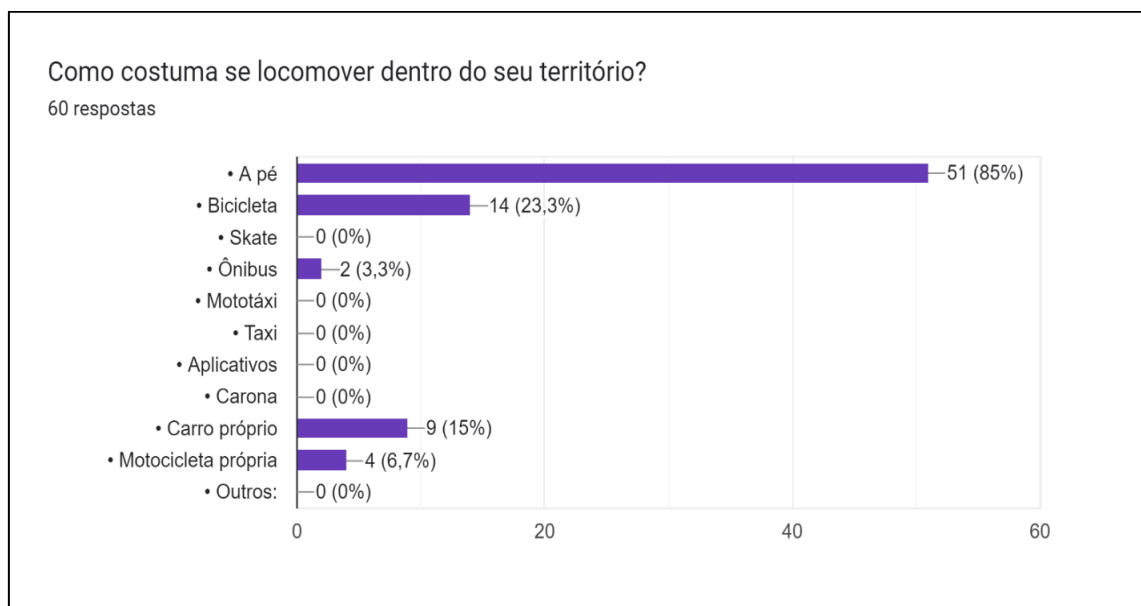
Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A alta taxa de participação dos moradores (50,8%) em associações, OSCs e outras instituições revela uma comunidade ativa e consciente da importância dessas organizações para a sobrevivência e a qualidade de vida. Esse dado ressalta a resiliência e a capacidade de mobilização dos moradores, que reconhecem a necessidade de ações coletivas para enfrentar os desafios enfrentados pelo bairro.

Essa dinâmica também destaca a necessidade contínua de apoio e investimentos, tanto por parte do setor público quanto do privado, para fortalecer e expandir as atividades do terceiro setor no bairro. A criação de parcerias e o desenvolvimento de programas que promovam o empoderamento local e o desenvolvimento sustentável podem ser estratégias fundamentais para transformar a triste realidade atual em oportunidades de crescimento e resiliência comunitária.

O tipo de locomoção das pessoas é de grande importância para a geografia, tanto dentro quanto fora do território, pois influencia diretamente a configuração e a dinâmica dos espaços urbanos e rurais, afetando a organização do espaço urbano, o planejamento urbano, o impacto ambiental, o desenvolvimento regional, padrões de migração, a geografia humana e a acessibilidade. Compreender esses padrões é fundamental para o planejamento eficiente, a promoção da mobilidade sustentável e a garantia de acessibilidade e equidade no território.

Por essa razão, indagamos sobre os meios de locomoção preferidos pelos moradores dentro do seu próprio território. Os dados resultantes estão apresentados abaixo (Gráfico 19):

Gráfico 19 - Locomoção dentro do território.

Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

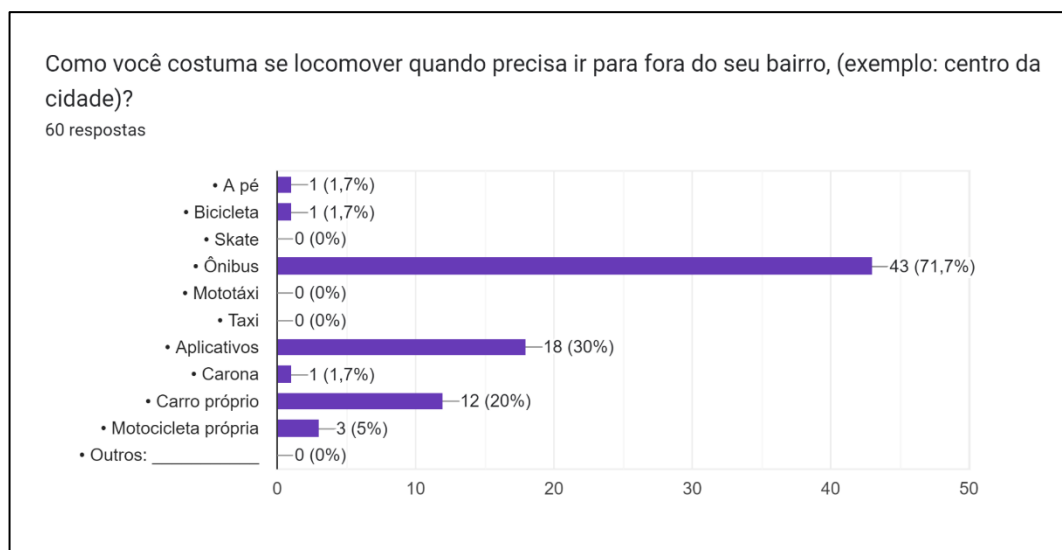
A análise dos resultados destaca uma notável preferência pelos modos de locomoção mais acessíveis economicamente dentro do território, especialmente considerando a renda geralmente baixa do bairro. Cerca de 85% dos moradores optam por deslocar-se a pé, uma alternativa econômica e sustentável. A bicicleta, uma opção igualmente acessível, é escolhida por 23,3% dos respondentes.

É interessante observar que, apesar das limitações financeiras, o uso de carro próprio e motocicleta própria ainda representa uma parcela significativa, totalizando 15% e 6,7%, respectivamente. Isso pode indicar que, mesmo em uma comunidade com renda mais restrita, alguns moradores conseguem manter esses meios de transporte, talvez evidenciando prioridades e necessidades específicas.

Esses dados ressaltam a importância de considerar as condições socioeconômicas ao planejar intervenções urbanas e políticas de mobilidade, buscando garantir a equidade no acesso aos meios de transporte e promovendo soluções que atendam às necessidades da população local.

Quanto à locomoção para fora do território (Gráfico 20), obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 20 - Modais de transporte utilizados pelos respondentes para se deslocarem para fora do bairro.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A análise das informações, considerando a realização de deslocamentos para fora do território, revela padrões interessantes, especialmente quando consideramos a baixa renda, a distância de aproximadamente 8 km do centro da cidade e as necessidades específicas da população.

Notavelmente, 71% dos respondentes optam pelo transporte público (ônibus) para se locomover para fora do território. Essa escolha pode refletir a acessibilidade financeira dessa opção, sendo uma alternativa mais econômica para uma comunidade com baixa renda. Além disso, 30% utilizam aplicativos de transporte, indicando uma busca por opções mais flexíveis e personalizadas.

O uso de carro próprio, representando 20%, sugere que, apesar das condições econômicas desafiadoras, uma parte significativa da população ainda mantém esse meio de transporte, talvez por questões de conveniência ou necessidade específica.

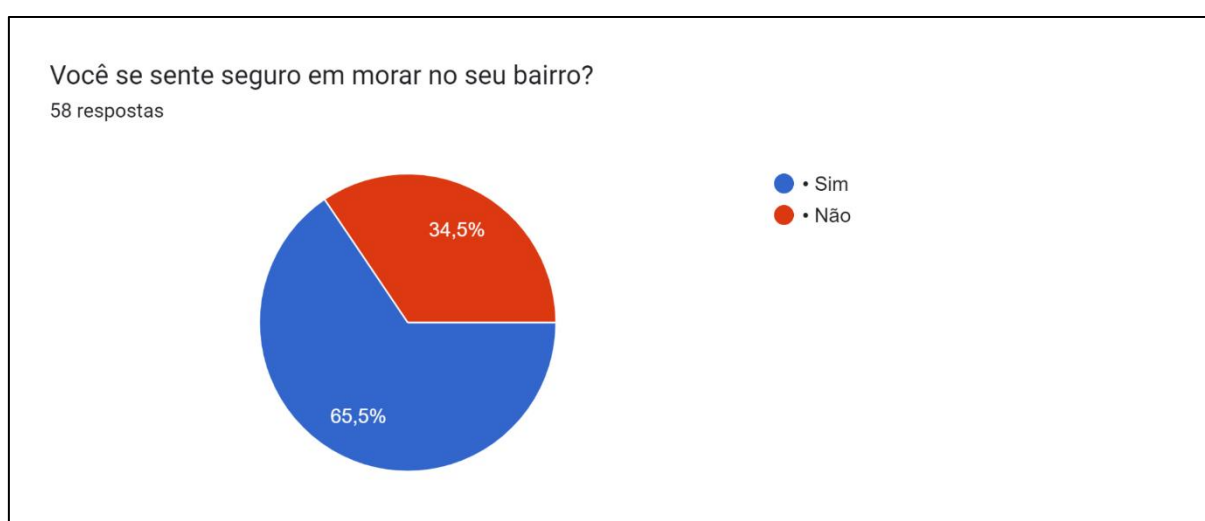
As opções de locomoção a pé (1,7%) e de bicicleta (1,7%) mostram-se menos comuns para deslocamentos para fora do território, o que pode ser influenciado pela distância considerável até o centro da cidade.

Esses dados indicam uma diversidade de escolhas de locomoção, revelando a adaptação dos moradores a diferentes meios de transporte, muitas vezes influenciada pela

acessibilidade financeira e pelas demandas específicas de deslocamento para locais distantes. Essas informações são cruciais para o planejamento de transporte e políticas públicas que visam atender às necessidades de mobilidade da comunidade, levando em conta fatores socioeconômicos e geográficos.

Na dinâmica do bairro, com foco na questão da segurança, indagamos aos moradores sobre seus sentimentos em relação a esse aspecto. Os resultados obtidos foram os seguintes (Gráfico 21):

Gráfico 21 - Sentimento de segurança no bairro.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

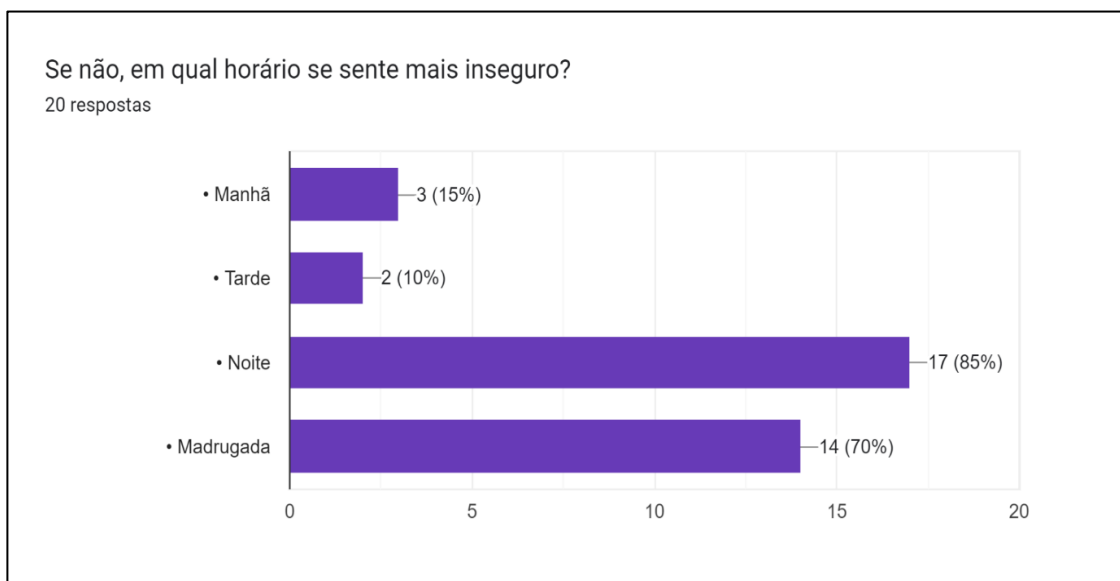
Como resultado, observamos que apenas 34% dos respondentes afirmaram sentir-se inseguros no Bairro Jardim Canaã. Esse dado chama a atenção, considerando que dados subsequentes apontam para a presença de várias situações que poderiam justificar uma percepção mais elevada de insegurança. Essa aparente contradição sugere que a sensação de segurança entre os moradores pode ser influenciada por uma série de fatores contextuais e subjetivos, como a presença de iluminação pública, a visibilidade de áreas públicas e a proximidade de atividades comunitárias.

Isso nos leva a refletir sobre a discrepância entre como as pessoas percebem o bairro em um contexto geral e como elas vivenciam sua realidade no dia a dia. Portanto, é fundamental examinar não apenas os dados objetivos sobre criminalidade e infraestrutura, mas também as experiências cotidianas e percepções dos moradores, para entender melhor as complexas dinâmicas que influenciam a sensação de segurança.

Assim, poderemos elaborar estratégias mais eficazes e alinhadas com as reais necessidades da comunidade.

Por esse motivo, também exploramos a percepção dos moradores inseguros em relação aos horários em que essa insegurança é mais acentuada. Os resultados obtidos foram os seguintes (Gráfico 22):

Gráfico 22 - Horários mais inseguros do bairro, a partir da percepção dos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

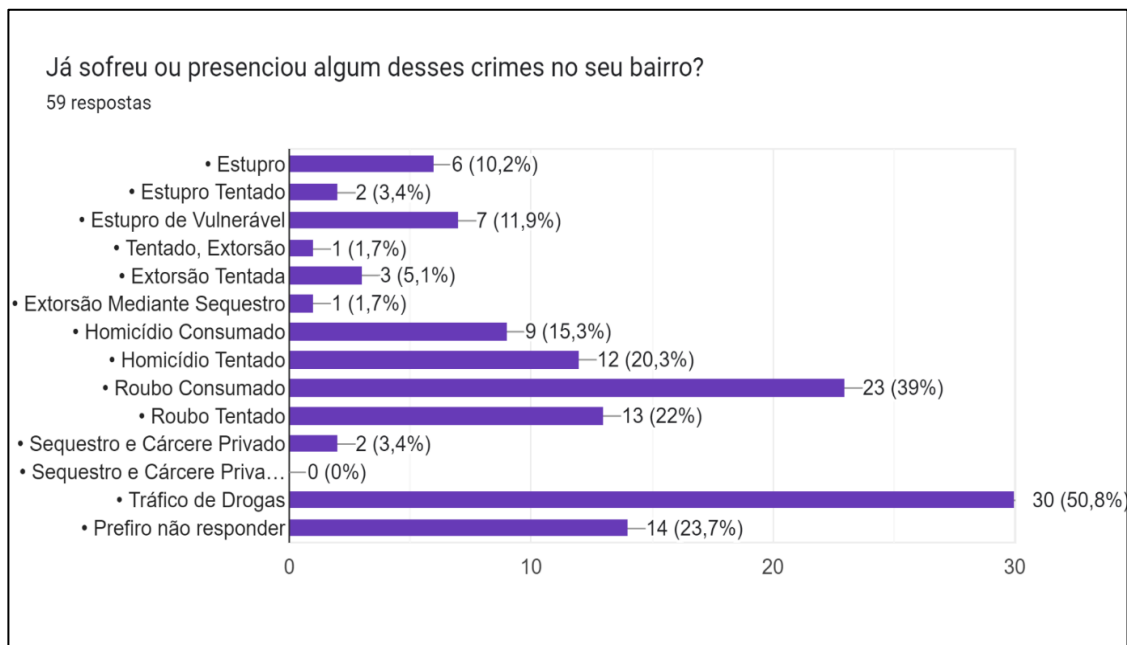
A análise revela que a grande maioria dos moradores manifesta sentimento de insegurança durante a noite e madrugada. Essa percepção pode estar associada à ausência de iluminação adequada durante a noite, tornando o ambiente mais propício a ocorrências criminais.

A tendência de maior incidência de crimes durante o período noturno pode contribuir para a sensação generalizada de insegurança nesses horários. Esse dado destaca a importância de considerar não apenas a incidência real de crimes, mas também fatores ambientais que impactam a percepção de segurança da comunidade. Essa abordagem mais abrangente é crucial ao desenvolver estratégias e políticas de segurança urbana.

Na análise sobre como a violência urbana pode impactar a vida cotidiana dos moradores, indagamos se algum deles já havia sofrido ou presenciado crimes como estupro, estupro tentado, estupro de vulnerável tentado, extorsão, extorsão tentada,

extorsão mediante sequestro, homicídio consumado, homicídio tentado, roubo consumado, roubo tentado, sequestro e cárcere privado, tráfico de drogas, entre outros, em seu bairro. As informações (Gráfico 23) indicaram que:

Gráfico 23 - Crimes presenciados ou sofridos no bairro pelos respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

A análise desses resultados revela um cenário complexo e desafiador no que diz respeito à segurança urbana no bairro. O expressivo percentual de 25,5% de moradores que já presenciaram crimes de estupro, seja consumado ou tentado, destaca a vulnerabilidade das pessoas em situações que afetam diretamente a integridade física e emocional. O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213, define estupro como constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

A incidência de crimes como extorsão, citada por 8,5% dos respondentes, sinaliza a presença de práticas coercitivas que visam obter vantagens econômicas, gerando um ambiente de insegurança financeira para a comunidade. O Código Penal, no artigo 158, tipifica a extorsão como o ato de obrigar alguém a tomar um determinado comportamento, por meio de ameaça ou violência, com a intenção de obter vantagem econômica.

A notável porcentagem de 35,6% em relação a homicídios, seja consumado ou tentado, ressalta a urgência de abordagens que atuem na prevenção e resolução de conflitos, bem como na promoção de uma cultura de paz na comunidade. O Código Penal, em seu artigo 131, define homicídio como o ato que consiste em uma pessoa matar a outra.

O elevado índice de 61% de moradores que já presenciaram roubo, seja consumado ou tentado, indica a prevalência dessa prática delituosa no bairro. O Código Penal, no artigo 157, tipifica o roubo como o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

A menção de 3,4% em relação ao crime de sequestro destaca uma preocupação adicional com a liberdade pessoal dos moradores. O Código Penal, em seu artigo 148, considera o sequestro como crime contra a liberdade pessoal, cujo objetivo é garantir a livre locomoção das pessoas.

O tráfico de drogas, apontado por metade dos respondentes (50%), apresenta-se como uma problemática complexa, exigindo abordagens multidisciplinares que incluam medidas de prevenção, tratamento e repressão. A Lei 11.343/2006, que define os crimes relacionados à prática do tráfico ilícito de drogas, em seu artigo 33, prevê diversas condutas, incluindo entregar a consumo ou fornecer drogas.

O percentual de 23,7% de participantes que preferiram não responder sinaliza a delicadeza e o caráter sensível do tema da violência. Isso ressalta a necessidade de criar um ambiente seguro para que os moradores se sintam à vontade para compartilhar informações sobre experiências relacionadas à violência.

A resposta de apenas uma pessoa afirmando nunca ter sofrido ou presenciado nenhum desses crimes destaca a universalidade da problemática, apontando para a necessidade de ações colaborativas e integradas entre a comunidade, órgãos de segurança pública e instituições sociais.

Esses resultados robustos fornecem uma base sólida para a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção que atendam às necessidades específicas da comunidade, promovendo um ambiente mais seguro e resiliente para os moradores do bairro.

A aparente discrepância entre a alta incidência de crimes relatada pelos moradores e a maioria (65,5%) que afirma se sentir segura no bairro sugere uma complexidade na percepção de segurança. Esse fenômeno pode ser analisado por meio de diferentes perspectivas.

Primeiramente, a sensação de segurança pode ser influenciada pela familiaridade e adaptabilidade dos moradores ao contexto em que vivem. Em algumas situações, a comunidade pode desenvolver mecanismos de resiliência, aprendendo a conviver com a presença recorrente de crimes e adotando estratégias cotidianas para minimizar os riscos percebidos.

Regis de Moraes (1981) em seu livro *O que é violência Urbana*, traz alguns apontamentos interessantes que podem justificar essa dialética. Por um lado, os residentes expressam sentimentos de segurança, enquanto, por outro, observam a presença significativa de violência em seu bairro. Primeiro por trazer uma observação óbvia de que “Em nenhum outro lugar a vida está sendo um jogo tão perigoso como nas grandes cidades” (Moraes 1981 p. 11). Embora tenha sido proferida há quatro décadas, a essência dessa afirmação permanece relevante nos dias de hoje. Cita ainda que

Ao caminharmos por ruas ou avenidas de amplos centros urbanos, temos a impressão de que nos deparamos com milhares de rostos que apresentam uma formidável variedade de expressões. Essa impressão tem seu tanto de verdade e seu outro tanto de falsidade, pois se observarmos com maior profundidade, reduzimos as expressões fisionômicas a dois grandes grupos: os que têm medo, e os que demonstram medo, como que se mantendo numa constante defensiva, e os que tem medo e o ocultam sob um estardalhaço de agressividade (Moraes, 1981 p. 12).

Ou seja, essas diferentes formas de expressão podem indicar uma dificuldade em expressar o medo de maneira direta. Enquanto alguns demonstram claramente seu receio, outros tentam ocultá-lo sob uma aparência de bravura ou agressividade. Essa variedade de reações sugere que o medo é uma emoção complexa e nem sempre fácil de ser manifestada abertamente.

A discussão sobre as diferentes formas de expressão do medo também é enriquecida por Moraes (1981), que destaca uma interessante perspectiva médica sobre as repercussões dessa emoção. Ele explora como a própria medicina pode oferecer sobre as consequências do medo, oferecendo uma análise que transcende as fronteiras da

sociologia e aborda as dimensões físicas e psicológicas desse fenômeno. Onde explica que,

o medo produz uma inibição cortical. Isso posto em termos mais acessíveis, significa que o medo difere basicamente da raiva porque, nesta última, há uma superestimulação interna ao organismo, isso é, o cérebro dispara hormônios que produzem acelerado batimento cardíaco, alta da pressão arterial e disposições para movimento muscular, para a ação agressiva (Moraes, 1981, p. 14).

Em outras palavras, enquanto alguém com raiva tende a se tornar mais ativo e até ganhar força física para expressar sua agressividade, uma pessoa com medo experimenta o oposto. Conforme Moraes (1981, p. 14) explica, "o medo dá-se uma inibição proveniente também de ordens cerebrais", fazendo com que "produza quadros de queda da pressão arterial e, quando não o enrijecimento orgânico, a descoordenação motora".

Em determinadas situações, as pessoas podem manifestar o sentimento de medo de maneiras diversas. Por exemplo, em uma crise aguda, observa-se que "há uma tendência do medroso à regressão para o estado intrauterino", "onde o indivíduo se encolhe e reassume a posição fetal, buscando silêncio e conforto a todo custo", conforme observa Moraes (1981, p. 14). Em situações em que o medo se torna crônico ou a ameaça é significativa, é comum observar a reação do "camaleão", conforme descrito por Moraes (1981, p. 14). Nesse cenário, as pessoas tendem a buscar se fundir com o ambiente ao seu redor, buscando dissolver sua própria imagem na massa natural ou, no mínimo, tornar-se um alvo difícil de identificar. Em outras palavras, em momentos de medo prolongado ou em situações de grande ameaça, as pessoas tendem a adotar uma postura de dissimulação, procurando se misturar ao ambiente e tornar-se menos visíveis.

Além disso, a resposta à pergunta sobre a sensação de segurança pode ser impactada por fatores subjetivos, como as relações sociais dentro da comunidade, a coesão social, e a confiança nas instituições locais de segurança. A presença de redes de apoio, vizinhança solidária e ações comunitárias pode contribuir para a construção de um ambiente onde os moradores se sintam mais protegidos, mesmo diante da constatação da ocorrência de crimes.

A elevada incidência de crimes no Bairro Canãa, onde a pesquisa está centrada, pode ser correlacionada com a Teoria das Janelas Quebradas³¹, originada a partir das pesquisas do cientista político James Q. Wilson e do psicólogo criminologista George Kelling, ambos norte-americanos, em 1982. Essa teoria estabelece uma relação causal entre desordem e criminalidade, argumentando que se uma janela de uma fábrica permanecesse quebrada sem reparo imediato, os transeuntes presumiram a falta de cuidado e autoridade naquela região.

A percepção inicial de desordem poderia desencadear um ciclo, incentivando outros indivíduos a causarem danos. A falta de resposta aos danos iniciais resultaria na proliferação de desordens, sugerindo que ninguém se responsabilizava pelo local. Esse processo poderia evoluir para uma desordem mais generalizada na rua e, por conseguinte, na comunidade como um todo. Pequenas desordens não corrigidas poderiam progressivamente culminar em crimes de maior magnitude, evidenciando a sensação de impunidade como um catalisador latente para a atividade criminoso.

Relacionando isso à sensação de segurança, é essencial reconhecer que ela não é meramente um reflexo objetivo da realidade, mas é moldada por percepções individuais, experiências pessoais e fatores sociais. O aparente paradoxo entre altos índices de criminalidade e uma sensação predominante de segurança destaca a complexidade do fenômeno. Uma abordagem holística é necessária para compreender as nuances da vida cotidiana dos moradores, suas relações sociais e suas interações com o ambiente urbano. Este entendimento mais amplo é crucial para abordar efetivamente as questões de segurança no bairro.

Em 1990, o Professor Wesley Skogan, da Universidade Northwestern de Ciências Políticas, realizou uma pesquisa entrevistando treze mil moradores de bairros em Atlanta, Chicago, Houston, Filadélfia, Newark e San Francisco, corroborando a teoria de Wilson e Kelling (1982). O estudo ressaltou que a conexão entre desordem e criminalidade era mais impactante do que a relação entre criminalidade e outras características presentes em determinadas regiões, como a pobreza ou a presença de minorias raciais.

³¹ FREITAS, D.X. Janelas quebradas: uma teoria do crime que merece reflexão. CRIMINOLOGIA SEGURANÇA PÚBLICA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIREITO PENAL POLÍTICAS PÚBLICAS. 2013 Disponível em: [Htps://www.jusbrasil.com.br/artigos/janelas-quebradas-uma-teoria-do-crime-que-mercede-reflexao/146770896](https://www.jusbrasil.com.br/artigos/janelas-quebradas-uma-teoria-do-crime-que-mercede-reflexao/146770896).

Essa constatação é particularmente relevante no contexto brasileiro, onde é comum enfatizar na mídia e no discurso político que a principal origem da criminalidade está nas acentuadas disparidades sociais, falta de oportunidades de crescimento profissional e intelectual, pobreza e na baixa qualidade do ensino público.

Os estudos de Kelling e Wilson (1982), que contribuíram para essa teoria, incluíram experiências nas quais abandonaram dois carros, um em um bairro de extrema pobreza e outro em uma área residencial luxuosa de Nova Iorque. O carro na periferia foi rapidamente destruído, enquanto o veículo no bairro rico permaneceu intacto. Entretanto, ao quebrarem duas janelas do carro no bairro de classe alta, o cenário mudou, e o carro foi depredado no dia seguinte.

Essa experiência levou à conclusão de que o estímulo à prática do crime não está necessariamente atrelado à pobreza (ou à falta de implementação de políticas públicas pelo Estado), mas sim à sensação de impunidade. A teoria propõe que todos os crimes, inclusive os de menor gravidade, devem ser rigorosamente punidos, pois a impunidade em delitos menores contribui para o aumento de crimes mais graves e violentos. O estudo destaca a importância da punição imediata, salientando que não é necessário aguardar a ocorrência de um crime mais grave para responsabilizar um indivíduo, bastando a quebra de uma janela para iniciar a punição. As conclusões indicam que a inércia ou a lentidão estatal em punir e reparar crimes e danos causados por infratores contribuem para o sentimento de impunidade na população, conforme as conclusões dos estudos de Wilson e Kelling (1982), o que certamente colabora para o aumento da criminalidade.

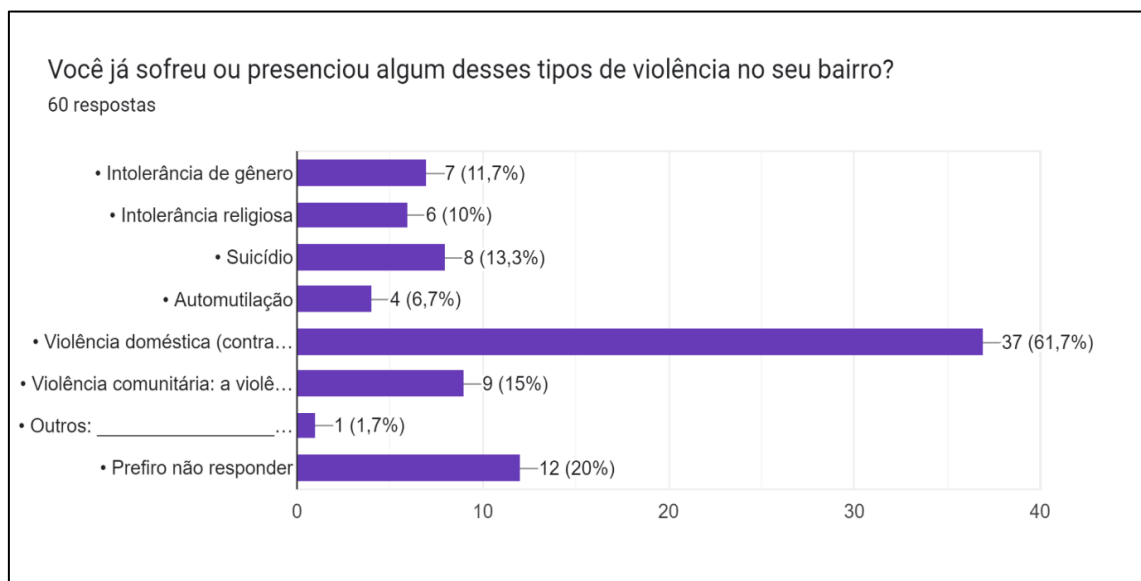
Crime e violência são conceitos relacionados, mas têm significados distintos. Crime refere-se a uma ação ou omissão que é proibida por lei e sujeita a uma punição, geralmente imposta pelo sistema jurídico de um país. Crimes podem variar em gravidade e abrangem uma variedade de comportamentos, como roubo, homicídio, tráfico de drogas, entre outros. São categorizados em crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a ordem pública, entre outros.

Violência, por outro lado, é a utilização da força física ou psicológica para causar dano, dor ou morte a outra pessoa. Pode ocorrer em diversas formas, incluindo violência física, verbal, sexual, psicológica, entre outras. Nem todo ato violento é considerado crime, pois pode haver situações em que a violência não é proibida por lei, como em legítima defesa em alguns sistemas jurídicos.

Assim, enquanto crime está ligado à transgressão legal, violência refere-se ao uso da força ou ameaça de força, podendo ou não configurar um crime, dependendo do contexto legal em que ocorre.

Portanto, indagamos aos moradores se já foram vítimas ou testemunharam algum tipo de violência em seu bairro, e os resultados estão refletidos no Gráfico 24.

Gráfico 24 - Tipos de violência presenciados no bairro, segundo os respondentes.



Organização: GROTTTO, Carolina (2023).

Analisando os resultados, observamos que uma parcela significativa dos moradores do bairro Canaã já vivenciou ou presenciou diferentes formas de violência. Destacam-se situações como intolerância de gênero, com 11,7%, e intolerância religiosa, com 10%. A preocupante taxa de 13,3% para suicídio e 6,7% para automutilação aponta para desafios relacionados à saúde mental na comunidade.

Além disso, a elevada porcentagem de 61,7% relacionada à violência doméstica (contra mulheres, crianças e idosos) destaca a urgência de abordar questões intrafamiliares. A violência comunitária, mencionada por 15% dos respondentes, e a escolha de 20% em não responder ressaltam a complexidade e a sensibilidade desses temas na comunidade do bairro Canaã. Esses dados indicam a necessidade de abordagens integradas para promover a segurança e o bem-estar dos moradores.

O que também coincide com a última pergunta do questionário, uma pergunta aberta na qual indagamos: "Poderia nos fazer algumas considerações sobre a questão da segurança no seu bairro?" Dos 60 respondentes, 50 compartilharam suas opiniões, e para nossa surpresa, a unanimidade foi a percepção de que o bairro carece de maior segurança.

A análise dos resultados revela um cenário complexo e multifacetado em relação à segurança no bairro Canaã. A unanimidade entre os moradores de que há uma necessidade urgente de melhorias na segurança destaca a relevância desse tema para a comunidade.

A sugestão de **3 moradores**, em instalar câmeras de monitoramento público reflete o reconhecimento da tecnologia como uma ferramenta potencialmente eficaz na prevenção e elucidação de crimes. Essa proposta também aponta para a busca de soluções inovadoras para enfrentar os desafios específicos de segurança enfrentados pelo bairro.

Apontada por **7 moradores**, a demanda por mais segurança, mencionando a necessidade de melhorias noturnas, aponta para a sensação de vulnerabilidade durante esse período. Esse aspecto sugere a importância de estratégias de policiamento e vigilância especialmente adaptadas às características do turno noturno.

25 moradores apontaram a falta de policiamento frequente no bairro como uma das principais preocupações. As observações sobre a falta de policiamento e a demora no atendimento de chamadas destacam questões operacionais que precisam ser abordadas. A percepção de insegurança relacionada à presença de usuários espalhados pelo bairro ressalta a complexidade do desafio, envolvendo não apenas crimes, mas também questões sociais.

A menção específica à falta de policiamento no Assentamento Irmã Dulce (**2 pessoas**) aponta para a necessidade de uma abordagem mais abrangente que considere diferentes áreas do bairro.

Além disso, a sugestão de uma base comunitária permanente (**5 moradores**) evidencia o desejo dos moradores por uma presença policial mais constante e integrada à comunidade.

Essas considerações oferecem sugestões para a formulação de estratégias de segurança mais eficazes e adaptadas às demandas específicas do bairro Canaã. Além

disso, a diversidade de opiniões destaca a importância de envolver ativamente a comunidade no processo de melhoria da segurança, promovendo uma abordagem colaborativa entre moradores e autoridades responsáveis.

Com base nas observações dos moradores sobre a falta de policiamento no bairro Canãa e suas preocupações com a segurança, algumas sugestões de ações podem ser consideradas como por exemplo:

1. **Aumento do policiamento frequente:** Proporcionar uma presença policial mais regular no bairro, com patrulhamento constante em diferentes áreas, especialmente nas regiões apontadas como mais críticas pelos moradores.
2. **Melhoria na eficiência do atendimento policial:** Investir em treinamento e capacitação dos agentes policiais para garantir uma resposta mais rápida e eficaz aos chamados da comunidade, reduzindo a demora no atendimento.
3. **Abordagem integrada entre segurança e assistência social:** Reconhecer que a sensação de insegurança está relacionada não apenas à criminalidade, mas também a questões sociais como o uso de drogas. Portanto, é importante promover uma abordagem integrada que envolva não apenas a polícia, mas também assistentes sociais e outros profissionais para lidar com essas questões de forma mais abrangente.
4. **Instalação de uma base comunitária permanente:** Atender à demanda dos moradores por uma presença policial mais constante e integrada à comunidade, estabelecendo uma base policial permanente no bairro onde os moradores possam interagir diretamente com os agentes e relatar problemas de segurança.
5. **Envolver ativamente a comunidade:** Promover a participação ativa dos moradores na formulação e implementação de estratégias de segurança, por meio de reuniões comunitárias, grupos de trabalho e outras formas de engajamento, garantindo que suas preocupações e sugestões sejam ouvidas e consideradas pelas autoridades responsáveis.

Por fim, enfatizamos que essas ações, quando implementadas de forma colaborativa entre moradores, autoridades policiais e órgãos governamentais, podem contribuir significativamente para melhorar a segurança e o bem-estar da comunidade do bairro Canãa.

4 CONCLUSÕES

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e

infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (Maricato, 2003, p.152).

Um exemplo real que ilustra essa afirmação pode ser observado em muitos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. Por exemplo, no Bairro Canãa, é evidente a falta de acesso adequado aos serviços e infraestrutura urbanos. O transporte público é precário, com poucas linhas e horários irregulares, dificultando o deslocamento dos moradores para o trabalho e outras áreas da cidade. Mesmo com a presença de um terminal de ônibus no início do bairro, muitos moradores precisam pegar ônibus para chegar até ele, o que pode representar um desafio, especialmente para aqueles que residem em áreas mais afastadas.

No que diz respeito às oportunidades de emprego, o bairro enfrenta altos índices de desemprego, especialmente entre os jovens. A falta de indústrias e empresas na região limita as oportunidades de trabalho formal, levando muitos moradores a buscar empregos informais e precários. Essa situação contribui para a vulnerabilidade econômica e social dos habitantes do bairro.

Além disso, a falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, juntamente com a exposição à violência e à discriminação racial, são questões que afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores. A ausência de espaços de lazer e cultura também contribui para o isolamento social e a falta de oportunidades de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Esses desafios enfrentados pelos moradores do Bairro Canãa são apenas alguns exemplos do impacto da segregação socioespacial na vida das pessoas e da necessidade de políticas públicas eficazes para enfrentar essas questões complexas.

Analisando as diferentes dimensões do Bairro Canãa, seja in loco ou através dos relatos dos moradores, torna-se evidente que a segregação socioespacial está profundamente enraizada em suas dinâmicas. Esta segregação, que permeia a estrutura

urbana, reflete-se nas oportunidades educacionais, nas disparidades ambientais e até mesmo nas questões relacionadas à violência e vulnerabilidade.

A permanência prolongada no bairro, ligada à posse de imóveis, não apenas reflete desigualdades econômicas, mas também reforça a segregação que permeia a estrutura habitacional. A distribuição desigual de serviços ambientais, um aspecto destacado pela teoria de racismo ambiental, contribui para acentuar as diferenças socioespaciais.

A presença de locais informais de coleta e compra de materiais reciclados, muitos deles sem regulamentação, não apenas aponta para questões ambientais, mas também ressalta a segregação em termos de oportunidades econômicas. Esses locais muitas vezes surgem em áreas periféricas, evidenciando a segregação socioespacial no acesso a serviços e oportunidades.

Quanto à violência, as análises indicam que ela não é apenas uma questão isolada, mas está intrinsecamente ligada à segregação socioespacial. A preocupação com a segurança reflete a realidade de um ambiente onde as dinâmicas de segregação contribuem para criar espaços marcados por desigualdades e vulnerabilidades distintas.

Assim, ao considerarmos a segregação socioespacial como um fio condutor em todas as análises realizadas, reforçamos a necessidade de abordagens integradas e políticas públicas que não apenas compreendam, mas também enfrentem as interconexões entre segregação, desigualdade, violência e vulnerabilidade, visando promover um ambiente mais equitativo e inclusivo.

Ao analisarmos as respostas dos questionários preenchidos pelos moradores do Bairro Canãa, torna-se evidente que as considerações teóricas apresentadas anteriormente se confirmam na realidade local. O intenso processo de urbanização por área demográfica, mencionado na introdução, revela-se como um fator correlacionado ao aumento das taxas de criminalidade. Conforme discutido por Souza (2008), a violência impacta decisivamente a vida diária dos residentes, moldando os padrões de circulação no espaço e o próprio habitat.

A percepção do medo e a realidade da violência convergem para criar uma "fobópole", uma cidade dominada pela insegurança e pelo receio da criminalidade, como destacado pelo autor. Nesse contexto, a relação entre o sentimento de insegurança e a modificação da dinâmica da vida cotidiana torna-se evidente no Bairro Canãa. A privação

do usufruto de espaços públicos, como parques e praças, ilustra como a violência interfere diretamente nas relações sociais e na modelagem do espaço urbano, corroborando com as teorias discutidas.

As análises teóricas apresentadas encontram eco nas experiências vivenciadas pelos moradores do Bairro Canãa, evidenciando a importância de compreender as complexas interações entre violência, urbanização e sociedade em contextos específicos. Este estudo teve como objetivo analisar as percepções de violência urbana no contexto do Bairro Canãa em Uberlândia-MG, examinando seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores.

Contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e territoriais, fornecendo insights valiosos para futuras intervenções e políticas públicas voltadas à promoção da segurança e qualidade de vida na comunidade. A proposta é mostrar, por meio de referenciais teóricos e da realidade do bairro, as necessidades reais dos moradores locais, além de expor sugestões de como a sociedade pode ter voz e se emancipar para lutar pelos seus direitos.

As discrepâncias na distribuição de riqueza e renda exercem um impacto significativo sobre as classes menos privilegiadas da sociedade, influenciando diversos aspectos socioeconômicos e socioculturais. Isso se traduz na restrição do acesso a serviços vitais, como cuidados de saúde de qualidade, educação de excelência, oportunidades de capacitação e formação profissional, além de empregos estáveis e bem remunerados.

Essas disparidades contribuem para um ciclo de pobreza e marginalização social, dificultando a ascensão social e perpetuando a exclusão das comunidades mais desfavorecidas.

Para abordar essa questão de forma abrangente, é crucial considerar uma variedade de estratégias e políticas que visem não apenas mitigar as desigualdades existentes, mas também promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

Entre as alternativas propostas, destaca-se a emancipação das pessoas, que vai além da assistência direta e busca capacitar os indivíduos a se tornarem agentes ativos de mudança em suas próprias comunidades. Isso pode ser alcançado através do fortalecimento da participação cívica e do desenvolvimento de habilidades de liderança,

permitindo que as pessoas exerçam maior controle sobre suas vidas e influenciem as decisões que afetam seu bem-estar.

Além disso, a promoção da informação e conhecimento sobre os deveres e direitos individuais é essencial para garantir que todos tenham acesso às informações necessárias para fazer valer seus direitos e responsabilidades. Isso inclui educar as pessoas sobre questões legais, direitos trabalhistas, acesso a serviços públicos e outras áreas relevantes, capacitando-as a tomar decisões informadas e defender seus interesses.

Outra abordagem fundamental é o incentivo à educação e formação. Investir em educação de qualidade desde a primeira infância até a vida adulta é fundamental para capacitar as pessoas a romperem o ciclo da pobreza. Isso não só aumenta as oportunidades de emprego e renda, mas também promove o desenvolvimento pessoal e o pensamento crítico, capacitando as pessoas a enfrentar os desafios do mundo moderno.

Essas sugestões visam tornar o ambiente do bairro um lugar mais agradável para se viver, indo além da mera sobrevivência.

O objetivo do estudo de “refletir sobre como a dinâmica social e as múltiplas manifestações de violência urbana presentes no Bairro Jardim Canaã e em seus loteamentos associados podem impactar as práticas socioespaciais e o estilo de vida dos moradores” foi alcançado. Conseguimos captar uma visão profunda de como os próprios moradores percebem e vivenciam o bairro, transcendendo os dados, notícias e percepções externas que comumente moldam a compreensão da violência na área.

Além dessas percepções, o estudo revelou novas perspectivas, abrindo um campo amplo para discussões futuras. Embora o Bairro Jardim Canaã seja frequentemente estigmatizado como violento, os residentes, apesar de frequentemente testemunharem atos de violência, relatam um sentimento de segurança em viver na área. Isso pode ser atribuído à necessidade de adaptação ao ambiente ou, possivelmente, à dificuldade em expressar plenamente o medo e a insegurança. Este achado desafia as narrativas predominantes e sugere que a vivência da violência e a sensação de segurança são mais complexas do que aparentam.

A análise sugere a continuidade da pesquisa com um enfoque maior na voz dos cidadãos. A partir deste ponto de partida, é crucial colaborar com os moradores para entender por que determinadas classes sociais são mais vulneráveis às desigualdades e à

violência. O estudo também evidencia que a violência não se restringe apenas às classes mais baixas, mas se manifesta de maneira mais visível nelas, o que demanda uma compreensão dos fatores que inter-relacionam cidade, violência e segregação.

Para fomentar um engajamento construtivo, os resultados deste estudo serão disponibilizados amplamente, especialmente para os moradores e instituições do bairro. A divulgação do estudo visa promover o engajamento da comunidade na busca por soluções e melhorias no ambiente local. Esta iniciativa é essencial para fortalecer os laços sociais e incentivar uma cultura de participação ativa. O objetivo é capacitar os moradores a contribuir ativamente para a transformação positiva de seu bairro, promovendo um diálogo contínuo e ações que abordem não apenas a segurança, mas também as causas subjacentes da violência e desigualdade.

A abordagem participativa busca criar um espaço onde a comunidade se sinta ouvida e engajada, favorecendo a co-criação de estratégias de intervenção e políticas públicas que respondam às reais necessidades dos habitantes do Jardim Canaã. Este estudo não é apenas um retrato da realidade atual, mas um ponto de partida para um processo contínuo de empoderamento e melhoria da qualidade de vida no bairro.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, V. **A Modernidade e a Dialética da Inclusão/Exclusão Social**. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2006. p. 655-678.

ALBERGARIA, J. **Criminologia Teórica e Prática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1988.

ANDERSON, B. . **Security and the Future: Anticipation and the Government of Threat**. *Journal of Cultural Economy*,. Volume 41, Edição 2, páginas 227-235, 2009.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010

ARRIAGADA, I., & RODRIGUEZ, E. **Urban Segregation: Definitions, Theories and Measurement Techniques**. In: **United Nations Human Settlements Programme (Ed.), The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements** (pp. 26-41). Earthscan Publications, 2003.

ARAÚJO, T.T. F. **Violência e Criminalidade Urbana: Qual a solução?** Publicado em 07/2017. Disponível em (<https://jus.com.br/artigos/59429/violencia-e-criminalidade-urbana-qual-a-solucao#:~:text=Desde%20j%C3%A1%20%C3%A9%20importante%20entender,%C3%A9%20o%20conjunto%20dos%20crimes.>) Acesso em 26 abr 2022.

BAIRRO Canãa revela particularidades nesses mais de 20 anos de existência. G1 do Triângulo Mineiro. 2012. Disponível em <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/11/bairro-canaa-revela-particularidades-nesses-mais-de-20-anos-de-existencia.html#:~:text=Bairro%20Cana%C3%A3%20em%20Uberl%C3%A2ndia&text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20bairro%20surgiu,dos%20primeiros%20moradores%20do%20bairro.> Acesso em 30/03/2022

BAIERL, L. F. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. Cortez; 1ª edição, 2018.

BENJAMIM, W. **Origem do Drama Barroco Alemão**. Editora Brasiliense, 1986.

BISSELL, D. "A Materialidade da Violência Urbana: Práticas Culturais, Espaços e Infraestruturas". *Revista de Estudos Urbanos*, 12(3), 245-260, 2010

BODY-GENDROT, S. **Cities and Insecurity: Urban Development and Contemporary Social Disorder**. Londres: SAGE Publications, 1995.

BOURDIEU, P. **Language and Symbolic Power**. Harvard University Press, 1991.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BOYLE, P.; HAGGERTY, K. **Spectacular Security: Mega events and the Security Complex**. *International Political Sociology*, v. 3, n. 3, p. 257-274, 2009.

- BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. 1ª ed. Brasília (DF): MS; 2003.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social**. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012
- BRENNER, N.. **Urbanização como processo de escala planetária: reflexões teóricas sobre o crescimento urbano contemporâneo**. In: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, 2013.
- BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica** / Neil Brenner. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. **Towards a new epistemology of the urban? City**, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- BULLARD, R. D. (2009). **Environmental Justice in the 21st Century: Race Still Matters**. Environmental Law Institute.
- BULLARD, R. D. e WRIGHT B.H. **Justiça Ambiental para todos: Perspectivas Comunitárias sobre Saúde e Pesquisa. Toxicologia e Saúde Industrial** . 1993;9(5):821-841. doi: 10.1177/074823379300900508
- BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality**. Westview Press, 1990.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990
- CAPEL, H. **La morfología de las ciudades**. Vol. I: Sociedad, cultura y paisaje urbano. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 21. ed., rev. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- CERTEAU, M. de. (1994). **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Vozes.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOUL, P. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: 1996. 372p.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOUL, P.. (1993). **L'invention du quotidien: Arts de faire**. Paris: Gallimard.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CONRADSON, D. e LATHAM, A. . **Redes Transurbanas de Aprendizagem: Situando as Materialidades da Pedagogia**. Em AC Pratt & P. Jeffcut (Eds.), Trabalho Educacional de Organizações de Mulheres, 1890–1960 (pp. 238-257), 2007.
- CORRÊA, R. L.. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios
- CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ.S.H., AZEVEDO. M. R, GONÇALVES. H. **Vitimização por violência urbana em uma cidade de médio porte do sul do Brasil**. Rev Bras Epidemiol 2011; 14(1): 15-26 Pelotas, Brasil

CULTURA da paz no Brasil. Unesco. 2017. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/culture-peace#:~:text=Os%20C3%ADndices%20de%20viol%C3%Aancia%20e,%C3%A9%20constitu%C3%ADda%20por%20homens%20negros.%20Acesso%20em%2003.04.2021>. Acesso em 03/04/2021

DERRIDA, J. **Força de Lei: Fundamentos Místicos da Autoridade**. Papyrus Editora, 1990.

DUHAU, E. e GIGLIA, A. **"Las reglas del orden. Habitar la metrópoli"**. Editora Siglo XXI, Universidad Autónoma Metropolitana- Azcapotzalco, 2008.

FEDERICI, S. **O Patriarcado do Salário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1975.

FARMER, P. **An Anthropology of Structural Violence**. Current Anthropology, 45(3), 305-325, 2004.

FELIX, A. F. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: UNESP, 2002. 149 p.

FERNANDES, N.; FERNANDES, V.. **Criminologia Integrada**. 2ª ed. rev. atual., e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. . **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, 2009.

GALTUNG, J. **Cultural Violence**. Journal of Peace Research, 27(3), 291-305, 1990

GRAHAM, S., & MARVIN, S. **Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition**. Routledge, 2001.

GRAHAM, S.. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar** . Livros Verso, 2011.

GIGLIA, A. Do Espaço Urbano à Vivência: Notas sobre o Cotidiano e a Cidade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, n. 2, p. 95-110, 2012.

GÓMEZ, M. E. **A Construção do Espaço Urbano: Práticas Cotidianas e Significações Culturais**. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, H. A.. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana** /David Harvey; tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

HARVEY. D. **O direito à cidade**• Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012

HARVEY, D. **O processo urbano sob o capitalismo: uma estrutura para análise**. Jornal Internacional de Pesquisa Urbana e Regional, 2(1-4), 101-131.1978.

- HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, Brazil, 1994.
- HIERNAUX, J.-P. **O Imaginário da Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HOCHSCHILD, A. (1989). **The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home**. Nova Iorque: Viking Penguin.
- HOLZER, W.. **O Lugar na Geografia Humanista**. Território (UFRJ), v.4, n.7, p. 67-78, 1999.
- IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 5, 2007
- IAMAMOTO, M. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 341-375.
- IAMAMOTO, M. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 2015.
- JACOBS, J. (1961). **"Morte e Vida de Grandes Cidades"** (Death and Life of Great American Cities). Vintage Books.
- WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. The police and neighborhood safety Broken Windows. In: **Social, Ecological and Environmental Theories of Crime**. Routledge, 2017. p. 169-178.
- KATZMAN, R. (2001). **Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias**. Buenos Aires, Siempro/Unesco.
- LAWRENCE, R., & KARIM, K. H. (2007). **Introduction: The Violent Geographies of Fear and Consumption**. In R. Lawrence & K. H. Karim (Eds.), *The Geographies of Violence: Fear, Terror, and Political Violence* (pp. 1-20). Routledge.
- LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Blackwell, 1974.
- LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.
- LINDÓN, A. **Espaço Público e Urbanidade: Reflexões e Debates latino-americanos**. São Paulo: Editora Contexto, 2000
- LOURENÇO, N. – **Segurança, Sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O Espectro axial da relação Direitos, Liberdades e Garantias e Poderes do Estado**. In LIBERDADE E SEGURANÇA, 1, Lisboa, 2009. Intervenções. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2009.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- MARCUSE, P.. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado**. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.
- MARICATO, E. "A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial." In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega. 2000.
- _____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003
- MARX, K. **O Capital**; trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital: Crítica da economia política - Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo. 2017.

MARTINHO, C. "**Algumas palavras sobre rede.**" Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias. Rede DLIS/RITS (2001): 24-30.

MASSEY, D. S., & DENTON, N. A. **The Dimensions of Residential Segregation.** *Social Forces*, 67(2), 281-315. (1988)

MASSUMI, B. **Medo (Disse o Espectro)**. Em D. Tarleton & D. Stivale (Eds.), *A Política do Medo Diário* (pp. 35-42). Imprensa da Universidade de Minnesota. 2005

MAYOL, P. **O Espaço do Cotidiano.** São Paulo: Papirus Editora, 1999.

MCCORMACK, D. P. **Geographies for Moving Bodies: Thinking, Dancing, Spaces.** *Geography Compass*, 2(2), 414-431, 2008.

MCFARLENE C. **Aprendendo a cidade: conhecimento e montagem translocal**, Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

MENDONÇA, J. G; MARINHO, M. A. C.. **As transformações socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Ed.). Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. Belo Horizonte: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles; Puc-minas, 2015. Cap. 4. p. 145-177. (Coleção Estudos comparativos).

MERLEAU-PONTY, M. 1999 (1945). **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes (2ª ed.).

MINAS GERAIS. **Decreto n. 43.334, de 20 de maio de 2003.** Cria o Programa Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais Diário do Executivo. Belo Horizonte, 2003.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral / 3ª Seção do Estado-Maior. **Instrução n. 0002/05- CG.** Regula a criação e emprego do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR. Belo Horizonte, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MITCHENER-NISSEN, T. "**Danos que não são crimes**": medo do crime e sentimentos de insegurança. ***Crime e Delinquência Crime e Delinquência**, 60(1), 75–100, 2014.

MORAES, M. "**A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas.**" *História, ciências, saúde–Manguinhos* 11.2 (2004): 321-33.

MORAIS, R. de. **O que é violência urbana.** 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

MOSHER, J. S. **Violência Urbana.** Em NJ Smelser & PB Baltes (Eds.), *Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais* (pp. 16262-16265). Pérgamo, 2004.

MUGGAH, R. **Researching the Urban Dilemma: Urbanization, Poverty and Violence.** Nova York: Springer. 2012.

MUGGAH, R.; SAVAGE, k. **Urban violence and humanitarian action: engaging the fragile city.** *The Journal of Humanitarian Assistance*, v. 19, n. 01, p. 2012, 2012.

NEGRI, S. M. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises** COLET NEAS DO NOSSO TEMPO 2008 Ano VII – v. 8 p. 129-153 n° 8 P. 20

NEOCLEOUS, M. **Segurança, liberdade e o mito do equilíbrio: rumo a uma crítica da política de segurança.** Teoria Política Contemporânea, 7(2), 131-149, 2008.

NETO, A. L. M.. **Deslocamentos Urbanos E Desigualdades Sociais: Um Estudo Do Movimento Diário Da População De Belo Horizonte**, 2009.

PAVONI, A. **Controle de Eventos Urbanos Lei, Ética e Material.** Ed. Routledge, 2018.

PINO, Angel. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15 mar. 2017.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, A. **Atmosferas de Direito: Sentidos, Afetos, Espaços. Emoção, Espaço e Sociedade**, 15, 67-74, 2015.

PLASSA, W.; PARRÉ, J. L.. **A violência no estado do Paraná: uma análise espacial das taxas de homicídios e de fatores socioeconômicos.** Econ. e Desenv., Santa Maria, v.31, e1, 2019, p. 01 – 16. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/38645/pdf> acesso em out. 2021

PRAÇA, F. S. G.; PRAÇA, M. A. M. **Ética no desenvolvimento da produção intelectual: o papel da educação acadêmica.** In: Cartas á Educação. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PRAÇA, F. S. G. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão.** Nº 1, p. 72-87, 2015.

PUTNAM, R. D. **"Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community."** Simon & Schuster, 2000.

REYGADAS, L. (2004). **Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. Política y cultura**, (num 22), 7-25. disponível em : http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422004000200002&lng=es&tlng=es. acesso em 01 de março de 2023

RELPH, E. **An inquiry into the relations between phenomenology and geography.** *Canadian Geographer*, v.14, n.3, p.193-201.1970.

RELPH, E. **Lugar e ausência de lugar.** Londres: Pion Limited, 2014.

RODGERS, D. **Violência Urbana e Governança da Cidade: A Experiência de Cidades do Terceiro Mundo.** In S. P. Ruger & J. D. Haider-Markel (Eds.), *The Globalization of Urban Violence: Research, Policy and Practice* (pp. 55-78). Lexington Books. 2010

RODGERS, D., & O'Neill, B. (Eds.). (2012). **Crime, Violence, and Global Warming.** Palgrave Macmillan.

ROLNIK, R. **O direito à cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUVALCABA, R. e SCHTEINGART, M. ,2012 **Ciudades divididas: desigualdad y segregación social en México, El Colegio de México, México.** SEAMON, D. Phenomenologies of environment and place. *Phenomenology + Pedagogy*, v. 2, n. 2, p. 130-135.

SABATINE, F.; CARCERES, G. e CERDA, J. **Segregación residencial en las principales ciudades chilenas.** In Revista eure. Santiago, vol. 17 n. 82, 2001, p. 21-42

SANTOS, M. 2006. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP (4ª ed.).

_____. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M; S., M. A. A; SILVEIRA, M. L. **Território, Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. SP: Hucitec Anpuz, 2002.

SANTOS, M. et al. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SARAVÍ, G. **Metodologías de investigación urbana: Una revisión crítica**. CLACSO. 2008

SARAVÍ, G. . **La trama de la desigualdad urbana: territorio, segregación y exclusiones**. Siglo Veintiuno Editores.2008

SAWAIA, B. B. (2007). **Psicologia Social e Desigualdade: Um estudo sobre representações da pobreza**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

SCHEPER-HUGHES, N., e BOURGOIS, P. (2004). **Introduction: Making Sense of Violence. In Violence in War and Peace: An Anthology** (pp. 1-26). Wiley-Blackwell.

SILVA, A. **Representações e Imaginários Urbanos: A Cidade Viva e Projetada pelos Grupos Sociais**. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 39, p. 123-141, 2011.

SILVA, A.M.S.; PINHEIRO, M. S. de F.; FRANÇA, Maria Nani. **Guia para normatização de trabalhos técnicos-científicos**. 5. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.

SIMONE, A. **Urbanidade e negritude genérica. Teoria, Cultura e Sociedade**, 33 (7-8), 183-203, 2016.

SPRINGER, S., & Le Billon, P. . **Violent Spaces: Violent Landscapes**. In S. Springer & P. Le Billon (Eds.), *Violence and Space* (pp. 1-12). Oxford University Press, 2016.

SEJUSP/MG. **Guia de orientações para a execução do trabalho**. Belo Horizonte, MG: Diretoria de Proteção da Juventude, 2020. Documento Interno. 146 p.

SLOTERDIJK, P. **No Interior Mundial do Capital: Rumo a uma Teoria Filosófica da Globalização**. - Malden, MA: Política. Editado por Wieland Hoban, 2013.

SOARES, L. E. **Violência urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOARES, T. M. et al. **Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 41, n. 3, p.757-772, set. 2015. Fap, UNIFESP (SciELO). Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201507138589>. Acesso em dezembro de 2016.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

SPOSITO. E. S.. **A vida nas cidades**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2013

SPOSITO. M. E. B.. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997. TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. do R. S. **Violência, insegurança e “imaginário do medo”**. Caderno CEDES, Campinas, v.19, n.47, p. 51-66, dezembro, 1998.

- _____. **Diferenças e desigualdades em cidades médias no Brasil: da segregação à fragmentação socioespacial.** In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2019, Boston, USA. Anais do [...], May 24 - May 27, 2019a.
- SPRINGER, S. **Violência urbana e neoliberalismo.** In M. Steger & J. Goodman (Eds.), *Globalização: Perspectivas Críticas* (pp. 25-43). Vozes. 2009
- SLOTERDIJK, P. **Esferas I: bolhas** (José Oscar de Almeida Marques, Trad.). São Paulo: Estação Liberdade. 578 p., 2016.
- TYNER, JA e INWOOD, J. **A violência como força produtiva: espaço de fabricação e subjetividade em uma cidade global.** Anais da Associação de Geógrafos Americanos, 2014.
- TINOCO. A. P. **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA URBANA: CAMADAS MÉDIAS E OPERÁRIAS DA CIDADE DE GOIÂNIA.** [manuscrito] / Adrienny Pereira Tinoco. Goiânia- 2010. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6318/6/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20%20Adrienny%20Pereira%20Tinoco%20-%202016.pdf> acesso em 07 jul 2022.
- TISCHER, V. e POLETTE, M. **Sistema de avaliação de cidades de referência em Transportes e mobilidade urbana sustentável, 2019.** Disponível em : <https://www.scielo.br/j/cm/a/9q4p4rF5zcCYTGsygSWMYQr/?format=pdf&lang=pt> acesso em 09 de janeiro de 2022.
- Uso de drogas no Brasil está ligado à desigualdade e à exclusão social, aponta Unesco.** Correio Braziliense, Brasil, 09 de set. 2018. Disponível em (<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2008/12/09/internabrasil,56029/amp.s.html>). Acesso em jan. 2019.
- VALAYDEN, V. . **The Organization of Urban Violence. In Urban Violence in the Middle East: Changing Cityscapes in the Transition from Empire to Nation State** (pp. 19-32). Springer, Cham, 2016.
- VIANA, N. **A Violência urbana: a Cidade Como Espaço Gerador de Violência.** Goiânia: Edições Germinal, 2002
- VILLAÇA, F.. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- WATTS, M. J. **Silent Violence: Food, Famine, and Peasantry in Northern Nigeria.** University of California Press, 1983.
- WILSON, J. Q., & KELLING, G. L. **Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety.** Atlantic Monthly. 1982.
- WHITE, M. J. (1983). **Conceptualizing Segregation.** *American Sociological Review*, 48(2), 146-159.
- WIRTH, L. (1979). **Urbanismo como Modo de Vida.** Martins Fontes. (Original publicado em 1938).
- WRIGHIT, B. **The Wrong Complexion for Protection: How the Government Response to Disaster Endangers African American Communities.** New York University Press. 2007
- WHITEHEAD, T.. **The Violent and the Dead. In Violence in War and Peace: An Anthology** (pp. 27-50). Wiley-Blackwell, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.**
Econ. e Desenv., Santa Maria, v.31, e1, 2019, p. 01 – 16. DOI: 105902/1414650938645. ISSN
2595-833X. Artigo Original. Submetido em: 19/08/2019

ŽIZEK, S. **Violence: Six Sideways Reflections.** Picador, 2008.

ANEXOS

ANEXO 1- FORMULÁRIO DE QUESTIONÁRIO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO
Campus Pontal
Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – PPGEP

FORMULÁRIO DE QUESTIONÁRIO

- As respostas do questionário aplicado contribuirão para o resultado final da pesquisa: Os impactos da violência urbana na dinâmica socioespacial do Bairro Canaã em Uberlândia-MG.
- O pesquisador assume o compromisso com a privacidade e a confidencialidade dos dados utilizados preservando integralmente o anonimato e a imagem do participante, bem como a sua não estigmatização;

Data: ____/____/____

1. Informações sobre o perfil do respondente.

1.1. Idade:

- 18 – 30 anos
- 30 – 40 anos
- 40 – 50 anos
- 50 – 60 anos
- 60 – 70 anos
- 70 anos ou mais
- Prefiro não responder

1.1. Estado Civil:

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- União Estável Formalizada
- Vivem juntos sem documentação
- Divorciado (a)
- Viúvo (a)
- Prefiro não responder

1.2. Escolaridade:

- Lê e escreve
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Superior Incompleto
- Superior Cursando
- Superior Completo
- Pós-graduação
- Prefiro não responder

1.3. Composição Familiar:

- De 1 - 3 pessoas
- De 4 – 6 pessoas
- Mais de 6 pessoas
- Moro sozinho (a)
- Prefiro não responder

- Qual é a sua renda mensal?
- Menos do que 0,5 salário-mínimo
- De 0,5 - 1 salário-mínimo
- De 1 – 1,5 salário-mínimo
- De 1,5 – 2 salários-mínimos
- Mais de 2 salários-mínimos.
- Prefiro não responder

1.4. Renda mensal de todos da família:

- Menos do que 0,5 salário-mínimo
- De 0,5 - 1 salário-mínimo
- De 1 – 1,5 salário-mínimo
- De 1,5 – 2 salários-mínimos
- De 2 – 3 salários-mínimos.
- Mais de 3 salários-mínimos
- Prefiro não responder

1.6. Qual seu sexo?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

1.7. Sobre cor ou raça, você se considera:

- Preta

- Branca
- Parda
- Indígena
- Amarela
- Prefiro não responder

1.8. Qual é sua ocupação? (no momento)

- No lar (sem remuneração)
- Aposentado
- Estudante
- Trabalhador
- Desempregado ou a procura de emprego
- Prefiro não responder
- Identificação do domicílio.

2. Informações sobre moradia:

2.1. Reside ou residiu recentemente em qual bairro na cidade de Uberlândia/MG?

2.2. Quanto tempo de residência no bairro?

- Menor que 1 ano
- De 1 até 2 anos
- De 2 até 4 anos
- De 4 até 8 anos
- De 8 até 15 anos

- Mais de 15 anos
- Prefiro não responder

2.3. Situação do imóvel

- Próprio
- Alugado
- Cedido
- Ocupado
- Prefiro não responder

2.4. Sua residência possui equipamentos de proteção?

- Sim
- Não

Quais? _____

2.5. Acesso a saneamento básico

- [abastecimento de água potável](#) (DMAE ou Caminhão pipa)
- [esgotamento sanitário](#) (rede de esgoto)
- coleta de lixo
- manejo das águas pluviais (bueiro, boca de lobo)

2.6. Acesso a rede básica de saúde próximo a sua residência

- Sim

Não

2.7. Acesso a rede de educação próximo a sua residência

- Sim
- Não

2.8. Existem opções de lazer próximo a sua residência (praças, parques, clubes etc.)

- Sim
- Não

Quais? _____

2.9. Participa de festividades, eventos culturais ou exposições próximas da sua residência?

- Sim
- Não

Quais? _____

2.10. Participa de alguma associação, OSC ou demais instituições do território?

- Sim
- Não

Quais? _____

3. Informações sobre o Bairro:**3.1. Como costuma se locomover dentro do seu Bairro?**

- A pé
- Bicicleta
- Skate
- Ônibus
- Mototáxi
- Taxi
- Aplicativos
- Carona
- Carro próprio
- Motocicleta própria
- Outros: _____

3.2. Como você costuma se locomover quando precisa ir para fora do seu bairro, (exemplo: centro da cidade)?

- A pé
- Bicicleta
- Skate
- Ônibus
- Mototáxi
- Taxi
- Aplicativos
- Carona
- Carro próprio
- Motocicleta própria
- Outros: _____

3.3. Você se sente seguro em morar no seu bairro?

- Sim
- Não

3.4. Se não, em qual horário se sente mais inseguro?

- Manhã
- Tarde
- Noite
- Madrugada

3.5. Já sofreu ou presenciou algum desses crimes no seu bairro?

- Estupro
- Estupro Tentado
- Estupro de Vulnerável
- Estupro de Vulnerável
- Tentado, Extorsão
- Extorsão Tentada
- Extorsão Mediante Sequestro
- Homicídio Consumado
- Homicídio Tentado
- Roubo Consumado
- Roubo Tentado
- Sequestro e Cárcere Privado
- Sequestro e Cárcere Privado Tentados
- Tráfico de Drogas
- Prefiro não responder

3.6. Você já sofreu ou presenciou algum desses tipos de violência no seu bairro?

- Intolerância de gênero
- Intolerância religiosa
- Suicídio
- Automutilação
- Violência doméstica (contra mulheres, crianças, idosos)
- Violência comunitária: a violência praticada por grupos sociais, políticos e econômicos. A atuação de facções criminosas, os crimes de ódio e as disputas por territórios se encaixam nessa categoria."
- Outros: _____
- Prefiro não responder

3.7. Poderia nos fazer algumas considerações sobre a questão da segurança no seu bairro?

ANEXO 2 - TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Segregação Urbana e Violência: Um Olhar Sobre as Percepções de Violência Urbana e seus Impactos na Produção do Espaço e na Vida Cotidiana dos Moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG.**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda e Carolina Grotto.

Nesta pesquisa nós estamos buscando realizar uma análise sobre como os impactos da violência urbana no território, pode afetar o modo de viver dos moradores.

O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido pelo pesquisador Carolina Grotto entre os dias 20 e 31 de julho de 2023. Você tem o tempo que for necessário para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016).

Na sua participação, você responderá ao questionário que visa coletar algumas informações necessárias à realização da pesquisa citada. Por meio das respostas coletadas, será possível entender um pouco mais o papel da cidade e do espaço público no cotidiano e nos usos dos espaços.

O questionário é composto por 25 perguntas para colher informações sobre a percepção dos moradores em relação à violência urbana, o uso do espaço e as práticas cotidianas. Importante ressaltar que o questionário, contendo perguntas relativas à vitimização por cada um dos tipos de violência estudados, foi submetido ao Comitê de Ética. O pesquisador responsável atenderá as orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

O risco que pode surgir com a pesquisa ocorre de acordo com a possibilidade de o participante se sinta constrangido a responder alguma das questões. Para que o risco seja tratado, em todas as questões um item “prefiro não responder” aparecerá, permitindo que o respondente salte a questão. Os benefícios serão proporcionados pela melhor

compreensão sobre o espaço público, produzindo subsídios para políticas públicas. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assinada e rubricada pelos pesquisadores.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Carlos Roberto Loboda, telefone 34-998089384 ou com Carolina Grotto, telefone 34-9869-1020, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Geografia (UFU) campus Santa Mônica - Bloco 1H - Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Mônica Uberlândia - MG - CEP 38400-902. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante de pesquisa

ANEXO 3 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Segregação Urbana e Violência: Um Olhar Sobre as Percepções de Violência Urbana e seus Impactos na Produção do Espaço e na Vida Cotidiana dos Moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG.

Pesquisador: CARLOS ROBERTO LOBODA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74126123.6.0000.5152

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas do Pontal

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.319.887

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas dos documentos Informações Básicas da Pesquisa nº 2188436 e Projeto Detalhado (projeto_carolina_grotto.doc), postados, respectivamente, em 13/09/2023 e 01/09/2023.

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica socioespacial do bairro Jardim Canaã e loteamentos que o compõe da cidade de Uberlândia - MG, levando em consideração a percepção das relações espaciais de diferentes tipos de ocorrências criminais de Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Domestica e Tráfico de Drogas, as percepções de violência urbana e a produção do espaço, no intuito de compreender como essa problemática pode afetar as práticas cotidianas (ou modo de viver no território) dos moradores. Para alcançarmos esse objetivo, será realizada a pesquisa de campo, a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema. O público-alvo serão aproximadamente 50 moradores do território. Será utilizado um protegido composto por 25 perguntas para colher informações sobre a percepção dos moradores em relação à violência urbana, o uso do espaço e as práticas cotidianas. O espaço público é de

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

todos e para todos, dessa forma analisar a percepção da população de determinado local que, está limitada a usufruir um espaço público destinado a atividades coletivas, por medo ou insegurança, se faz necessário para além da garantia de qualidade de vida, mas também como subsídio para criação de políticas públicas, sejam no âmbito da prevenção à criminalidade, no âmbito do respeito ao meio ambiente, do direito do cidadão entre outros. Contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária. Tal exposição confirma a relevância e pertinência do tema proposto. E considerando que, ao Poder Público, compete à elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do Estado, um estudo detalhado sobre o como a violência urbana pode afetar as dinâmicas socioespaciais de um território, poderá contribuir para a criação, implementação e revisão de Políticas Públicas efetivas.

METODOLOGIA

(A) Pesquisa/Estudo – Pesquisa de abordagem qualitativa, estudo empírico, descritivo, em que “[...] os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador. [...]”, com habitantes do Bairro Canaã de Uberlândia/MG.

(B) Tamanho da amostra – 50 participantes, moradores do bairro Canaã de Uberlândia/MG.

(C) Recrutamento e abordagem dos participantes – “[...] A abordagem dos moradores ocorrerá de maneira aleatória pela pesquisadora. Os participantes serão informados sobre o tempo estimado necessário para preencher o questionário, que varia de 10 a 15 minutos. Importante destacar que o questionário, abrangendo questões relacionadas à vitimização em relação a cada tipo de violência estudada, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética”.

(D) Local e instrumento de coleta de dados / Experimento – Bairro Canaã da cidade de Uberlândia/MG.

(E) Metodologia de análise dos dados – “O processo de construção da pesquisa far-se-á com base em estratégias distintas, mas complementares. Inicialmente nossa atenção estará direcionada para o levantamento, organização e sistematização dos referenciais teóricos, o que será realizado a

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

partir de uma pesquisa bibliográfica envolvendo livros, artigos, periódicos, teses, dissertações, e outras fontes relevantes que tratam direta ou indiretamente da temática da pesquisa, como: práticas socioespaciais, cotidiano, políticas de segurança, territorialização, violência e insegurança urbana, fragmentação, segregação espacial, dentre outros que poderão ser incorporados na fase inicial da pesquisa. A segunda etapa será a realização de um levantamento de dados secundários sobre as ocorrências criminais de Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Doméstica e Tráfico de Drogas, registradas entre 2012 e 2022, com o objetivo de entender a dimensão e distribuição espacial da violência no bairro Jardim Canaã e loteamentos adjacentes. A terceira etapa será o trabalho empírico, ou seja, a pesquisa de campo, a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema. O público-alvo serão aproximadamente 50 moradores do território. Será utilizado um protegido composto por 25 perguntas para colher informações sobre a percepção dos moradores em relação à violência urbana, o uso do espaço e as práticas cotidianas. Importante ressaltar que o questionário, contendo perguntas relativas à vitimização por cada um dos tipos de violência estudados, foi submetido ao Comitê de Ética. Partindo do princípio de que a questão da violência e, de forma específica, a urbana, é um fenômeno multifacetado e complexo e que envolve necessariamente questões subjetivas, utilizaremos uma abordagem metodológica de base qualitativa como forma de apreender as múltiplas facetas e representações sociais deste fenômeno, centrada na interpretação que os participantes possuem quanto à situação investigada. Nessa perspectiva a pesquisa se orienta para o processo/contexto e não para o resultado. A pesquisa será descritiva, ou seja, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador. (M.M. Andrade 2003). Este tipo de metodologia normalmente é empregada com mais frequência em pesquisas de natureza social e cultural com análise de fenômenos complexos e específicos. (PRAÇA, F. S. G. p. 16 2015) A estratégia para a articulação entre teoria e empiria se dará a partir do analítico descritivo, pois tendo como base este formato, será relatado o cotidiano das relações interpessoais dos envolvidos. A técnica de organização das respostas será por meio de tabulação dos dados, que serão lançadas em uma planilha dinâmica do Microsoft Excel. Num período de seis meses de análise, o custo desta pesquisa deverá envolver gastos com transporte, máquina fotográfica, computador, impressora, scanner, folhas e canetas. Por fim, será realizada uma análise dos dados recolhidos, que envolverá a triangulação entre os dados secundários, os referenciais teóricos e as informações recolhidas na pesquisa de campo. A interpretação dos resultados será realizada a partir da análise do conteúdo dos dados coletados. ”

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLANDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

(F) Desfecho Primário – “Conseguir concluir as análises sobre a dinâmica socioespacial do bairro Jardim Canaã e loteamentos que o compõe da cidade de Uberlândia - MG, levando em consideração a percepção das relações espaciais de diferentes tipos de ocorrências criminais de Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Domestica e Tráfico de Drogas, as percepções de violência urbana e a produção do espaço, e compreender como essa problemática pode afetar as práticas cotidianas (ou modo de viver no território) dos moradores.

(G) Desfecho Secundário - Após concluir as análises sobre a dinâmica socioespacial do bairro Jardim Canaã e loteamentos que o compõe da cidade de Uberlândia - MG, levando em consideração a percepção das relações espaciais de diferentes tipos de ocorrências criminais de Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Domestica e Tráfico de Drogas, as percepções de violência urbana e a produção do espaço, se não for possível compreender como essa problemática pode afetar as práticas cotidianas (ou modo de viver no território) dos moradores, ou ficar com lacunas, ou muitas divergências, aplicar mais pesquisas com mais moradores”.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO – “ A população alvo será composta por moradores o bairro Jardim Canaã e loteamentos que o compõe da cidade de Uberlândia - MG, a serem abordados espontaneamente nos espaços públicos do território. Os mesmos serão orientados sobre o objetivo da pesquisa e sobre o TCLE.”.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO – “Os participantes da pesquisa serão os moradores da área estudada, que serão abordados e convidados a participar do estudo. A seleção destes participantes será feita de forma aleatória. Adicionalmente, líderes comunitários também terão a oportunidade de participar. No entanto, será exercida atenção extra para identificar qualquer potencial envolvimento político específico por parte desses líderes. Caso seja constatado tal envolvimento, esses casos serão descartados do estudo, garantindo a imparcialidade e a integridade dos resultados.”

CRONOGRAMA – Etapa de coleta de dados de 26/10/2023 a 30/11/2023.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

ORÇAMENTO – Financiamento próprio R\$ 100,00.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO – “Analisar a dinâmica socioespacial do bairro Jardim Canaã e loteamentos que o compõe da cidade de Uberlândia - MG, levando em consideração a percepção das relações espaciais de diferentes tipos de ocorrências criminais de Estupro, Homicídio Consumado e Tentado, Roubo Consumado e Tentado, Violência Domestica e Tráfico de Drogas, as percepções de violência urbana e a produção do espaço, no intuito de compreender como essa problemática pode afetar as práticas cotidianas (ou modo de viver no território) dos moradores.”

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- Contextualizar sobre a história das cidades, o processo de constituição das cidades contemporâneas, o processo de adensamento da sociedade urbana, os novos paradigmas de produção da vida social, liberdade do espaço e cidadania;
- Realizar uma caracterização do processo de constituição e formação do Bairro Jardim Canaã e loteamentos que o compõe da cidade de Uberlândia, no intuito de identificar possível relação entre expansão urbana e aumento da violência;
- Identificar as Políticas de Segurança Pública para o Brasil, com enfoque nas Políticas de Prevenção a Criminalidade do estado de Minas Gerais e, de forma específica, em Uberlândia;
- Avaliar a espacialidade das ocorrências dos crimes, com ênfase na análise das características socioespaciais do Bairro Jardim Canaã e loteamentos que o compõe, identificando os diferentes tipos e ocorrências;
- Averiguar qual é a percepção dos moradores sobre a violência urbana no território, identificando seus impactos e desdobramentos, sobretudo, no que tange à dinâmica socioespacial estabelecida nos espaços públicos, enquanto locais de sociabilidade.”

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS – “A pesquisa carrega a preocupação inerente de que os participantes possam se sentir constrangidos ao responder certas questões. Para abordar essa preocupação, todas as perguntas incluirão uma opção de resposta "prefiro não responder", proporcionando aos entrevistados a possibilidade de pular qualquer pergunta que considerem desconfortável. Além disso, é crucial abordar os riscos associados à potencial identificação dos participantes. Para isso, os participantes serão devidamente informados sobre o Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido,

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

assegurando que compreendam os riscos e garantindo a confidencialidade de suas respostas”.

BENEFÍCIOS - “Visando a contribuição acadêmica, mediante a estudos que vão contribuir para o entendimento da distribuição socioespacial, intentamos trabalhar em contribuir para a perspectiva da noção de cidade a partir do todo, do sentido que expressa a ideia de um local produzido pelas pessoas e para estas pessoas, um espaço que por direito deve proporcionar o básico de equidade a todos os cidadãos. Enfim, ressaltamos a busca por uma contribuição social que o estudo pode conferir, partindo do intento em propiciar achados que possam colaborar para a o entendimento e a transformação da ordem social local.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Após a análise do CEP/UFU não foram encontradas pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos estão de acordo com exigências e orientações do CEP/UFU.

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise do CEP/UFU não foram observados óbices éticos nos documentos do estudo.

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: DEZEMBRO/2023.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

O CEP/UFU alerta que:

- a) Segundo as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- b) O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;
- c) A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS nº 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

apresentando o seu posicionamento.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2188436.pdf	13/09/2023 11:11:15		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_Equipe_Executoraassinado.pdf	01/09/2023 07:56:45	CAROLINA GROTTTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_carolina_grotto.doc	01/09/2023 07:51:12	CAROLINA GROTTTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2022_tcle_capazes_maiores_18_anos_agosto.docx	17/08/2023 07:25:01	CAROLINA GROTTTO	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	01/08/2023 17:35:24	CARLOS ROBERTO LOBODA	Aceito
Outros	formulario_entrevista.doc	01/08/2023 11:48:49	CARLOS ROBERTO LOBODA	Aceito
Outros	Curriculo_loboda.pdf	01/08/2023 11:33:37	CARLOS ROBERTO LOBODA	Aceito
Outros	Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_carolina.pdf	01/08/2023 11:33:13	CARLOS ROBERTO LOBODA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 6.319.887

UBERLANDIA, 23 de Setembro de 2023

Assinado por:
ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA SAMPAIO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br